

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 05/2020

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO

- Presidente:** - *Luís Augusto de Melo Guimarães*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Outras presenças:** - *A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues e pelos Senhores Vereadores:*
- *Orlando Ferreira Pires*
 - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
 - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
 - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
 - *José Miguel Romão Cunha*
 - *Sílvio António dos Santos*

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Dado já haver quórum, começo por cumprimentar todos os Senhores Deputados presentes, a Senhora Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, bem como aos Senhores membros do público. Muito bom dia a todos, vamos então dar início à nossa Sessão. Temos uma Ordem do Dia muito extensa, pelo que eu peço que facultem o iniciarmos já de imediato esta Sessão. Para além disso, fazer aqui um pequeno pedido a todos, dada a Ordem do Dia extensa, está na nossa mão conseguirmos hoje resolver o problema por inteiro, assim sendo, agradeço que no Período Antes da Ordem do Dia não se exceda de forma alguma a uma hora que está estipulada no regimento, agradeço também que evitem as respostas e contra respostas, bem como agradeço à Senhora Presidente, o favor de ser célere nas suas intervenções para podermos de facto sair daqui hoje com o nosso trabalho todo feito.

Vamos dar início aos nossos trabalhos, como já referi, vão ser muito duros, mas com certeza muito positivos e a sua discussão não deixará de ser extremamente importante para a nossa cidade.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente, bom dia.

Feita a chamada passo à ordem das restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

A Senhora Deputada *Lídia Maria Mota Noura* é substituída pelo Senhor Deputado *Fábio Emanuel Reimão Correia*.

Registo de Faltas.

Lídia Maria Mota Noura, José Carlos Teixeira, Marlene Margarida Grifo Baptista e Joaquim António Morais Clemente;

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Lídia Maria Mota Noura*: Sessão de 25 de setembro de 2020.
- *José Carlos Teixeira*: Sessão de 25 de setembro de 2020;
- *Marlene Margarida Grifo Baptista*: Sessão de 25 de setembro de 2020.
- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 25 de setembro de 2020.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 2.ª Sessão Ordinária de 05 de junho de 2020, da Ata da 3.ª Sessão Ordinária de 06 de junho de 2020 e da Ata da 1.ª Sessão Extraordinária de 27 de julho de 2020.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este Ponto, pergunto se alguém se quer inscrever para intervir?

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções e 48 votos a favor, aprovar a Ata 2.ª Sessão Ordinária de 05 de junho de 2020.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções e 48 votos a favor, aprovar a Ata 3.ª Sessão Ordinária de 06 de junho de 2020.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções e 47 votos a favor, aprovar a Ata 1.ª Sessão Extraordinária de 27 de julho de 2020.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pergunto junto do público quem é que se quer inscrever para intervir?

Registo três inscrições do público.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Senhor Presidente, pobre não é aquele que não possui dinheiro, mas sim aquele que não tem caráter e depois ainda dizem que tem o terceiro grau académico, mas não parece. Pergunto: O que tem a ver a política com o grau académico?

Senhor Presidente, o Senhor Deputado *Agostinho Beça* disse-me há dias, numa conversa ao telefone que cada vez que eu fizer uma intervenção nesta Assembleia Municipal se retira da sala, para não ripostar, não compreendo porquê.

Senhor Presidente, é uma vergonha e aqui vou falar de quem recolhe o lixo e não lava os caixotes do lixo há muito tempo, no verão são cheiros insuportáveis, a empresa que antecedeu esta empresa lavava mais amiúde os caixotes do lixo, coisa que não está a acontecer com esta empresa.

Senhor Presidente, também quero falar sobre a água do rio, por acaso ainda não é o caso de o meu neto andar na água, mas preocupa-me os netos de outros avós, pois a água do rio não estava em boas condições no verão. É lamentável e pergunto: Onde é que anda o Senhor Delegado de Saúde? A água nem para os animais estava boa para beberem, quanto mais para as pessoas andarem lá dentro.

Senhor Presidente, quero aqui agradecer publicamente, mais uma vez à Senhora Presidente em nos ter recebido, a mim e a alguém da minha aldeia, para falarmos de assuntos relacionados com a Freguesia do Cobro e a anexa, já que o Senhor Presidente da Junta não o faz e vou dizer aqui publicamente, enquanto não me cansar e a voz não me doer, irei defender os interesses da Freguesia enquanto não me cansar.

Senhor Presidente, nesse mesmo dia que falamos com a Senhora Presidente, falei do bairro Tua Sol, onde supostamente há um espaço para fazer um parque para as crianças, porque as crianças daquele bairro e não são tão poucas como isso, brincam na via pública, o que é muito perigoso. É lamentável que isso aconteça, a Senhora Presidente prometeu que iria fazer aquele parque infantil em maio para ser inaugurado em junho, disse de 2020, mas isso não aconteceu, é uma vergonha Senhora Presidente.

Senhor Presidente, tenho conhecimento que o Senhor Presidente do Cobro não tem nenhum dia a Junta aberta para receber os fregueses, a não ser nos dias que há caça. Pergunto: Isto é normal?

Termino, peço desculpa se fui incómodo com alguém ou se usei alguma palavra que tenha ferido alguém, mas a humildade é muito bonita, mas não se esqueçam de uma coisa Senhora Presidente, vocês são nossos funcionários, é para isso que nós pagamos, para que vocês trabalhem para nós.

----- O Senhor Município *MANUEL LAGE* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Resido na rua da Misericórdia em Mirandela, ao lado da minha residência encontra-se o lote 5 em construção, uma moradia unifamiliar.

Ora, essa moradia desde o início da sua construção, que se encontra em irregularidades, que vão contra o PDM da nossa cidade de Mirandela.

Gostaria de saber como é possível a nossa Câmara Municipal, autorizar e aprovar um licenciamento como é o caso, sem que o mesmo cumpra o estipulado no referido PDM, pelo menos no que toca ao distanciamento legal das paredes com as outras habitações.

Numa fase inicial, após algumas reclamações que fiz, foi efetuado um embargo à obra, o qual passados alguns dias foi levantado, no entanto, nem na altura, nem até à presente data, não foram corrigidas/demolidas as paredes que se encontravam e encontram mal licenciadas.

Posteriormente, como continuavam as irregularidades, também eu por inúmeras vezes continuei a reclamar, sendo que a obra neste momento está parada e, segundo informações do Chefe da DOMU, estão a corrigir todas as situações que vão contra o PDM, o que eu espero, pois pretendo apenas que seja cumprida a lei.

----- O Senhor Município *NELLO BORGES CARNEIRO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Sou fundador dos Tua's em Movimento, o grupo foi fundado em 15 de agosto de 2016. Os Tua's em Movimento foram fundados por várias razões, mas em especial por uma razão, pelo desenvolvimento, proteção e futuro transmontano.

O que se passa em Trás-os-Montes é grave, eu não entendo como é que os políticos locais da linha do Tua, seja de Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vila Flor, Murça e Carrazeda de Ansiães, não defendem a linha do Tua, não entendo. Estive 30 anos fora de Portugal, fui seminarista em Vinhais, regresssei ao país, sou candidato à Câmara de Vila Flor e continuo a não entender esta "parvalheira", esta aberração que foi feita ao Tua e todos os políticos locais têm grande responsabilidade em não terem defendido a causa da linha do Tua e do povo transmontano.

Roubaram-nos o transporte público em 1992, era eu garoto, se não não se tinha passado assim se eu estivesse cá, foi quando infelizmente continuei os meus estudos lá fora, que eu não fui emigrante, fui para continuar os meus estudos, acabo por ser emigrante também, mas regresso ao país para ajudar o povo transmontano. Preciso de Trás-os-Montes e Trás-os-Montes precisa de gente e essa gente para chegar a Trás-os-Montes, há um grande meio que é o comboio e vocês andam todos aqui a brincar com um Plano de Mobilidade que não presta para Trás-os-Montes, esse Plano de Mobilidade não serve a região transmontana, nem Mirandela serve. Não interessa o Plano de Mobilidade que está em curso e que vocês querem implantar, não presta para a região e nunca prestará, porque se prestasse já tinha sido iniciado há muito tempo.

É a maior aberração da Península Ibérica, vocês façam uma análise das pessoas que emigraram deste a desativação da linha do Tua, do Corgo, do Sabor, do Tâmega e mesmo do Douro, com extensão a Salamanca.

Os Tua's em Movimento lutarão, não só pela linha do Tua, como pela abertura de todas as linhas transmontanas, porque se formos a ver em toda a Europa está tudo ligado pelo comboio, o comboio foi sempre o melhor transporte público do passado, do presente e será do futuro, porque é o que leva mais gente, é o que traz mais gente, é o mais económico, é o mais lindo e é aquele que estabiliza pessoas, cria emprego, é a alavanca da economia regional, local e nacional e em Portugal deu-se a prioridade ao alcatrão e às empresas de camionagem, com o capitalismo do Senhor "Cavaquinho Silva".

Faço aqui um apelo a esta Assembleia Municipal, para que se unam na defesa dos interesses transmontanos, porque Lisboa só nos vem aqui roubar, sabem disso, não sabem?

Eu faço um apelo, nós Tua's em Movimento vamos boicotar a ecopista que está prevista para Bragança/Macedo de Cavaleiros, que é uma aberração, porque fica mais cara a manutenção da ecopista do que a manutenção de uma linha de caminho-de-ferro e a ecopista não traz nada para a região e vocês não se opõem a nada, parece que são cúmplices de tudo, é grave.

A união do povo transmontano vai derrubar todas essas aberrações, porque nós estamos a conseguir unir os transmontanos. Se forem precisas manifestações e força humana também vamos ter, porque isto tudo é grave.

Fiquei a saber há 15 dias, na Reunião de Câmara em Mirandela, que agora o Plano de Mobilidade pretende instalar o Metro, mas o Metro para quê? Sim é útil da Brunheda até Mirandela, mas não será mais útil ligar a linha do Tua em direção a Espanha? O povo português não é burro, só temos de ligar a linha a Espanha, da parte espanhola até Madrid, numa área de 300 km, há 6,5 milhões de pessoas, é um forte potencial turístico para a região e vocês andam aqui a brincar, andamos aqui todos a brincar, mas comigo não vão brincar, nem comigo, nem com os Tua's em Movimento.

Podem tentar o que vocês quiserem e há outra aberração gravíssima, quando Lisboa decide, ou impõe que a linha passa de interesse público para interesse privado, cometeu um grande erro, porque nós privados, eu tenho linha, tenho quilómetros de linha, eu e familiares meus, ninguém nos perguntou se cedíamos a linha a um privado, eles não podem circular num espaço privado, nós não cedemos o espaço a um privado, andam a brincar com o povo transmontano.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES (PSD)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Surgiu-me agora uma dúvida. Independentemente das minhas convicções, não tenho nada contra o último Senhor que falou, surge-me uma dúvida, é se qualquer cidadão deste país, não sendo nem natural, nem residente, nem com interesses em Mirandela, pode vir falar a esta Assembleia Municipal?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Aquilo que diz a Lei é que um elemento do público é quem aparece, de facto nós não podemos fazer esse tipo de restrição a quem quer que seja.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Relativamente às questões que agradeço do Senhor Município *Manuel Brázido*, quanto aos graus académicos, nada tem a ver com o sentimento de competência e pretensões que os mesmos têm e por isso esta afirmação relativamente aos graus académicos, apesar de não se referir concretamente à Assembleia Municipal, de qualquer forma foi uma referência que fez na intervenção.

Quanto às questões relacionadas com a limpeza dos caixotes do lixo, é uma competência que está a ser delegada e paga à empresa Resíduos do Nordeste, julgo que tem havido da parte da Câmara Municipal um acompanhamento destes serviços pela Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais, tivemos agora um procedimento relativamente às ilhas ecológicas, para a sua manutenção que é importante, não só a limpeza, mas a manutenção das mesmas. Não conhecemos nenhum caso problemático, se tiver essa informação, agradecemos que faça chegar ao Senhor Presidente da Mesa, referindo e reportando situações pontuais de que eventualmente não esteja a ser cumprido o contratualizado pela empresa Resíduos do Nordeste.

Relativamente à água do rio, de facto houve um fenómeno conhecido por eutrofização, ou seja, questões relacionadas com a oxigenação do rio, fizemos a abertura das comportas para que o caudal pudesse oxigenar e o problema foi resolvido. Este processo de eutrofização acontece em águas paradas e por isso a movimentação das águas acaba por resolver o problema e ficou solucionado.

Em relação ao bairro Tua Sol, informar que estamos neste momento a acabar o projeto para o parque infantil para abrir o procedimento, vamos abrir juntamente com outros parques infantis do concelho, mas este rondará os 70 mil euros, o procedimento vai ser conjunto, mas este parque infantil vai ser uma realidade, prevemos que na primavera esteja operacional.

Quanto às questões relacionadas com a Junta de Freguesia, não me compete a mim dar esta resposta e quanto à última questão, que diz que estamos aqui para servir as pessoas e servir os mirandenses, não posso concordar mais com isso e é por isso que aqui estamos todos, para defender Mirandela e todos os interesses dos mirandenses.

Quanto à intervenção do Senhor Município *Manuel Lage*, de facto este é um processo que entrou já em 2017, é o processo 85/2017, a Câmara Municipal identificou que não havia o cumprimento do processo que estava licenciado e a obra foi embargada. Neste momento a Divisão de Obras Municipais e Urbanismo vai levantar o embargo, após dar entrada na Câmara Municipal um plano de trabalhos que cumpra o PDM, até lá a obra continuará embargada.

Em relação à intervenção do Senhor Município *Nello Borges Carneiro*, já tivemos a oportunidade de ouvir este senhor município na Reunião de Câmara e agradecer a sua intervenção, são opiniões diferentes, visões diferentes, de qualquer forma dizer que estamos todos a trabalhar em prol do futuro e do desenvolvimento do Nordeste Transmontano.

O Plano de Mobilidade está a ser desenvolvido pela Agência de Desenvolvimento Territorial do Vale do Tua, temos também a trabalhar o Parque Natural Regional do Vale do Tua, em que a Câmara Municipal de Mirandela participa com outras Câmaras Municipais e julgamos ter um forte potencial turístico e desenvolvimento regional.

O Município de Mirandela já há muitos anos que está neste projeto, quando foi da negociação com o Governo relativamente à construção do Vale do Tua, houve a negociação de algumas contrapartidas e neste momento já foram feitas as obras de qualificação da linha e de estabilização dos taludes, aguardamos o licenciamento da operação e, quer as carruagens, quer o comboio turístico possam ser mantidas, em princípio pela CP ainda no PMO de Carvalhais. Julgamos ser um projeto que potenciará em particular o desenvolvimento turístico do concelho de Mirandela.

Antes da Ordem do Dia

3 - Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Aproveito este momento para vos informar que vai haver eleições para a presidência da CCDR-N no dia 13 de outubro e desta vez de uma forma diferente, nós vamos ter de fazer uma Assembleia Extraordinária só para o ato eleitoral.

É um pré-aviso que faço, para todos agendarem esta questão, até porque sendo uma Sessão Extraordinária eu não posso fazer a convocatória com uma antecedência superior a oito dias, mas sendo assim já está o aviso feito.

Essa votação ocorrerá entre as 16.00 horas e as 20.00 horas e trata-se apenas de uma votação para a qual a vossa presença ocorrerá só entre esse período para a votação.

Se eventualmente, hoje não se acabarem os trabalhos, em vez de prosseguirmos amanhã, podemos aproveitar para nesse dia estendermos os trabalhos de hoje. Eu penso que não será necessário, de que qualquer forma, agradeço que agendem essa situação, porque como já vos disse, é uma situação nova, nós vamos intervir diretamente nessa votação do Presidente, porque para a eleição do Vice-Presidente o ato eleitoral será feito nas instalações da CIM-TTM e será apenas votado pelos Presidentes de Câmara.

----- O Senhor Deputado Municipal *MANUEL PAVÃO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

[Handwritten initials and marks]

Eu pedi a palavra por duas breves razões, a primeira é para dizer a esta Assembleia, do meu gosto pessoal por retomar o privilégio do vosso convite, estive afastado por razões de saúde, de maneira que, dizer-vos publicamente da alegria que me vai na alma por voltar ao vosso contacto, era um dever da minha parte.

Em segundo lugar, para vos informar que estive na semana passada, como convidado, no II Congresso da Associação Nacional das Assembleias Municipais, realizou-se em Braga, num fórum muito moderno, no Altice e tive o gosto de, para além de apreciar o número elevado de Assembleias Municipais que já aderiram à Associação, que nós criamos aqui em Mirandela, de ouvir com algum orgulho, que Mirandela estava nas bocas, não do mundo, mas nas bocas de todos os presentes e tive também o gosto de ouvir um Membro desta Assembleia Municipal, da Mesa, Dr. *José António Ferreira* proferir uma boa e bem elaborada intervenção, da qual resultou uma expressão, que eu não posso dispensar-me de dar-vos a conhecer, o *José António Ferreira* disse que Mirandela, a nossa cidade, era o berço da Associação Nacional das Assembleias Municipais, o que caiu bem naquele Congresso e que eu penso que vai ter alguma repercussão.

Queria dizer-vos também ainda sobre este II Congresso, que por minha sugestão ao Senhor Presidente do Congresso, que fosse divulgado e fosse sugerido a todas as Assembleias Municipais do país, das 308 e já são mais de 150 as adesões, que durante as Sessões de cada Assembleia fosse projetado o decálogo sobre as Assembleias Municipais e a Declaração de Mirandela, o que era uma ótima e importante divulgação sobre a nossa cidade.

Por último, sobre este Congresso queria dizer-vos que trouxe um precioso livro sobre o curto historial da Associação Nacional das Assembleias Municipais, que eu pedia que fosse entregue ao Senhor Presidente, para que o possa ceder a todos os Membros desta Assembleia, comprometendo-me eu por outro lado, por levar a cada um dos Grupos Municipais um exemplar destes que já me foi prometido.

Aproveitava também, muito rapidamente, para lembrar o seguinte a esta Assembleia, julgo que faz agora um ano que o rio Tua sofreu um grave atentado ambiental, com as repercussões e com os prejuízos que todos conhecem, pela minha parte e como disse na oportunidade, fiz uma queixa para o Senhor Ministro do Ambiente, para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte, este ano em abril, maio, voltei a insistir junto da Agência Portuguesa do Ambiente, que não me respondeu e na semana passada voltei a inquirir o Gabinete do Senhor Ministro do Ambiente, sobre quais os resultados dessa averiguação.

Passou um ano, um ano é o tempo mais que suficiente para fazer uma averiguação deste tipo e o país continua sem saber, neste contexto, eu pedia à Senhora Presidente da Câmara, que nos dissesse o que é que a Câmara Municipal fez, quais os resultados e qual é o ponto da situação.

Queria apenas numa palavra, congratular-me com a intervenção do cidadão *Nello Borges Carneiro* sobre a questão da linha do Tua, todos se recordarão que Mirandela lutou muito contra a barragem do Tua e nós temos o que está à vista, hoje deve ser impossível retomar a questão da linha ferroviária do Tua e ligá-la à linha de alta velocidade que passa a norte da Galiza.

Mas aquilo que está à vista é aquilo que nós sabemos, a criação do Parque Natural e Regional do Vale do Tua, que tem estado num marasmo absolutamente inacreditável e que se tornou, tal como a Agência num ponto de acolhimento, num “Centro de Emprego” para autarcas que estão desempregados.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado *Manuel Pavão*, deixe-me agradecer a oferta do livro e referir que de facto embora não tivesse estado presente no Congresso da Associação Nacional das Assembleias Municipais, acompanhei passo a passo o que se passou e não poderei deixar de referir aqui a minha satisfação, quer pela intervenção do *José António Ferreira* que ali representou esta Assembleia e que foi extraordinária, tal como referiu o Senhor Deputado *Manuel Pavão*, elevou Mirandela. Também referir a nossa satisfação e até orgulho de que a ANAM tenha atribuído um prémio com o nome *Manuel Pavão*, entre os outros prémios que foram atribuídos, mas este é um muito especial, porque ao termos um prémio com o nome *Manuel Pavão*, temos um prémio com o nome de Mirandela e que é de todo devido, porque de facto Mirandela foi o berço da Associação e o Senhor Deputado *Manuel Pavão* foi o seu mentor.

Muito obrigado por tudo Senhor Deputado.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Uma saudação especial para o Senhor Deputado *José Manuel Pavão* e meu grande amigo.

Cansado de ver os sucessivos Governos das últimas décadas, incapazes de se libertarem das atitudes centralistas, às vezes, mais do que regionalista, apetecia-me ser separatista, passo o exagero.

A meu ver já há muito tempo tarda a anunciada regionalização, essencial para a tão desejada autonomia quanto às decisões sobre a gestão e desenvolvimento do território, mas parece ter surgido agora um sinal, de que se está a caminhar nesse sentido, como já disse o Senhor Presidente da Mesa, o Presidente do organismo do Estado que tutela precisamente a gestão do território e desenvolvimento regional, pela primeira vez vai ser eleito e não nomeado.

Estou a falar do ato eleitoral para o Presidente da Comissão de Coordenação e do Desenvolvimento Regional, que em outubro terá lugar em todas as Assembleias Municipais do país, conforme a convocatório oficial feita através do Despacho n.º 8703 de 10 de setembro e de acordo com o Regulamento para esta eleição indireta, aprovado pela Portaria n.º 533 de 28 de agosto de 2020, ambos os Diplomas do Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, cuja leitura recomendo. No próximo dia 13 de outubro os 61 Membros desta Assembleia Municipal, estamos convocados para exercer esse direito de voto, enquanto elementos do colégio eleitoral constituído por todos os Membros das Assembleias Municipais da região.

Contudo, o processo parece não ter começado da melhor maneira! De facto, até ao momento, sabemos apenas que há um único candidato, mas não se conhecem as suas ideias e projetos, as suas intenções, a sua forma de ser e de estar, não vimos nenhuma apresentação pública do mesmo e muitos de nós, eu próprio, nem sequer conhecem a sua figura física. Assim, convenhamos que há alguma dificuldade em decidir o sentido de voto, mas tenhamos esperança que seja o início de um processo que não ficará por aqui e estejamos atentos a eventuais esclarecimentos sobre o assunto nos próximos dias.

Ainda sobre estas questões de desenvolvimento e gestão do território, quero partilhar convosco uma ideia que achei deveras interessante. Há uns dias num programa na internet, promovido por um órgão noticioso regional, ouvi um nosso concidadão, não de Mirandela mas da região, defender a constituição de uma metrópole que integre as cidades hoje em dia cada vez mais próximas, Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Bragança. Concordo plenamente e acrescento a cidade de Miranda do Douro, que também se espera que fique mais próxima em breve.

Esta metrópole de quatro cidades transmontanas, já poderia ter muito maior escala e capacidade para ombrear com outras que existem por essa Europa fora. Independentemente do conceito de Comunidade Intermunicipal e dos ideais de regionalização em geral, urge resolver os constrangimentos que resultam da falta de união em torno de um bem coletivo, que é o desenvolvimento e o progresso da região.

É tempo de deixarmos o provincianismo redutor e até castrador, de qualquer instrumento de desenvolvimento e progresso. Deixemos os conflitos bairristas, inúteis e inglórios e olhemos para os interesses comuns das populações, olhemos para o planeamento da gestão do território em conjunto, olhemos para as candidaturas aos fundos comunitários sem redundâncias, distribuindo as valências e os investimentos estruturantes.

Podem acusar-me de ser idealista e sonhador, mas como livre pensador, acredito que os mais jovens, alguns aqui presentes, irão mudar este paradigma e agarrar as oportunidades que parecem estar a surgir.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Ainda sobre a eleição do Presidente da CCDR, agradecia que o Senhor Deputado *José António Ferreira* acrescentasse um pouco mais sobre o assunto, dado ser ele também um bom conhecedor desta matéria e que nos pode acrescentar informação.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Agradeço o contributo para o esclarecimento do próximo dia 13 de outubro, dado pelo Senhor Deputado *Agostinho Beça*, importa clarificar aqui uma pequena *nuance*, de facto, conforme eu em tempo oportuno falei e aponte as deficiências do modelo inicialmente criado para o efeito, ele vai ter uma configuração diferente e conforme do Despacho aqui referido esta eleição direta do Presidente da CCDR, é feita através de Assembleia Municipal, como explicou o Senhor Presidente da Mesa, Assembleia Municipal Extraordinária convocada expressamente para o efeito.

Contudo, o que eu gostava de vos clarificar, ou ajudar a clarificar, quem não tenha muito presente o modelo de como isto vai funcionar, é que essa Assembleia Municipal Extraordinária não vai obedecer a este registo, ou seja, em que nós tenhamos de estar aqui sentados e a Mesa aqui deste lado a dirigir qualquer tipo de trabalho. Ela no fundo vai funcionar como uma Assembleia Municipal eleitoral, a Mesa da Assembleia Municipal vai-se transformar em Mesa do ato eleitoral, terá de comparecer uma hora antes do início do período da votação, que ocorrerá entre as 16.00 horas e as 20.00 horas, ou seja, a Mesa a partir das 15.00 horas monta todos os procedimentos e operações referentes à eleição, vocês são livres de comparecer nesse espaço de tempo para exercer o vosso direito de voto.

De qualquer forma posso-vos referir que o Presidente da Mesa eleitoral, no caso o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, pode declarar encerrada a votação logo que tiverem votado todos os elementos inscritos. Na medida das vossas possibilidades, essa Assembleia Municipal vai iniciar-se às 16.00 horas e como disse o Senhor Presidente, sem prejuízo de nesse dia podermos ter de agendar outro tipo de trabalho, em função do dia de hoje, vocês são livres de comparecer nesse espaço de tempo, para exercer o vosso direito de voto, que é manifestamente apenas isso que veem aqui fazer nesse decurso de tempo.

Qualquer outra dúvida depois podemos esclarecer melhor.

Aproveito esta minha intervenção, para dirigir uma palavra de reconhecimento e de agradecimento ao Senhor Deputado *José Manuel Pavão* pelas referências que fez à minha pessoa e à minha intervenção no II Congresso da Associação Nacional das Assembleias Municipais, sinto-me reconfortado, pensando que pelas suas palavras, tenha porventura representado condignamente Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Venho aqui apresentar uma Moção que é e tem diretamente a ver com aquilo que é o suplemento de insalubridade, penosidade e risco.

“MOÇÃO

Suplemento de insalubridade, penosidade e risco

O Decreto-Lei n.º 53-A/98 de 11 de março, que “regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade” consagrou as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuir em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública, cuja regulamentação nunca foi efetuada, em prejuízo dos trabalhadores que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos.

Com a publicação e a entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi revogado expressamente o Decreto-Lei n.º 53-A/98 de 11 de março, ficando previstos os suplementos remuneratórios, como componentes da retribuição, sem no entanto, os designar e/ou regulamentar, continuando os trabalhadores a executar trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade sem qualquer reconhecimento da sua condição, nem do pagamento da compensação devida.

[Handwritten initials and marks]

A obrigatoriedade do pagamento dos suplementos remuneratórios, passa a estar tipificada na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, a qual revoga a Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, mas na verdade sem determinar o seu âmbito de aplicação, regras de cálculo e modo de pagamento destes suplementos, bem como dos respetivos complementos a atribuir em acréscimo aos referidos suplementos, permanecendo esta obrigatoriedade num vazio e os trabalhadores visados sem o pagamento de qualquer suplemento e/ou complemento que compense os danos eventuais ou efetivos do trabalho executado em condições de risco, penosidade e insalubridade.

No decurso da difícil situação de pandemia que vivemos, ficou demonstrada a importância da atribuição do suplemento de insalubridade, penosidade e risco. Os trabalhadores da Administração Local dos Municípios e das Freguesias, de diversos setores, desde a Proteção Civil, à recolha de resíduos, aos serviços de água e saneamento até à limpeza urbana, desempenharam um papel essencial e são dos trabalhadores mais expostos ao risco de contágio durante a pandemia da Covid-19, tendo um maior nível de penosidade e risco nas funções que desempenham em qualquer circunstância.

O papel dos trabalhadores das autarquias que asseguram os serviços essenciais, com forte exposição ao perigo, deve merecer não só o aplauso de todos, mas uma valorização efetiva.

É tempo de regulamentar o suplemento de insalubridade, penosidade e risco. A aplicação do suplemento deve estar dependente da efetiva execução de tarefas ou do exercício de funções em condições de risco, em condições de penosidade, em condições de insalubridade, ainda que se encontrem reunidas as condições de segurança legalmente definidas para o desempenho das mesmas.

Assim, a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida a 25 de setembro de 2020, recomenda a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco na Administração Pública e a sua atribuição aos trabalhadores da administração central e local, que exercem funções em situações de penosidade, insalubridade e risco, com caráter de urgência.”

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aproveito, relativamente à apresentação desta Moção, para informar a Assembleia Municipal da decisão tomada em Comissão Permanente com os líderes de todas as Bancadas municipais, foi decidido nessa última reunião da Comissão Permanente terminar com a regra, de resto não inscrita, de se proceder sempre que algum Deputado Municipal apresente uma Proposta ou uma Moção, fazermos duas votações, ou seja, primeiro que a Assembleia se manifeste se aceita ou não aceita a inclusão da Proposta ou da Moção e como estarão recordados depois é que passávamos à votação da mesma, ora, esta regra não inscrita mas que era um hábito trazido de anteriores Assembleias Municipais e da forma de funcionamento, decidimos dar por terminado, consagrando o direito a todos os Deputados Municipais de apresentarem as Moções e as Propostas que a Lei lhes confere, submetendo-as a votação, sendo naturalmente a Assembleia o plenário para avaliar o mérito das Propostas ou Moções, expressando através da sua votação a aprovação ou não dessas mesmas Propostas ou Moções.

A partir de agora, conforme assumido em Comissão Permanente existe essa liberdade concedida na Lei de se entregar Propostas ou Moções e elas são diretamente submetidas a votação da Assembleia Municipal.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar A Moção para a atribuição do Suplemento de insalubridade, penosidade e risco.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Venho aqui trazer quatro pontos que me parecem pertinentes e importantes para o concelho de Mirandela.

O primeiro ponto refere-se aos Nichos do Santuário, bem mereciam outro tratamento, nomeadamente o piso e o lixo que ali se acumula, mais a erva que vai nascendo entre os arredondados seixos do rio e destoar do granito novo e polido colocado nos pisos à sua volta, em frente e lateralmente.

Aliás, esta situação originou até uma reclamação escrita afixada nos Nichos e que eu passo a ler: “Câmara Municipal de Mirandela, venho por este meio comunicar a minha indignação e revolta por mim e pelos mirandelenses, uma cidade bela que é Mirandela encontra-se de uma forma tão desprezível, suja e sem manutenção de limpeza nos jardins dos Nichos fim da Ponte Velha, é necessário mais limpeza e consciência por parte de todos por favor, obrigado”, não está assinada, no entanto não deixa de ser uma manifestação de uma realidade que eu também constatei.

Por outro lado o desnível do piso granítico de frente dos Nichos, continuação da Ponte Românica, provoca mal-estar entre muitos que lá passam e acabam por tropeçar e até cair, provocando pequenos, que podem ser perigosos, acidentes, é fácil de resolver, haja sensibilidade para tal, inclusivamente alguém de cadeira de rodas que queira passar lá, tem uma bermazinha e não pode passar entre os Nichos, tem que dar a volta, se quiser fazer a sua oração é difícil.

Outro ponto, estrada que liga o Hipermercado Continente aos Salesianos, há cerca de um ano o piso abateu em parte da via, apesar de ser novo, pois foi preciso passar este tempo todo para que só há dois dias as máquinas são visíveis e marcaram presença, será desta vez que vai ser arranjada e colocada ao serviço da população? Porque demoram tanto tempo estas situações pequenas a serem resolvidas?

Outro ponto, em Frechas parece-me que já se vê o calcetamento em direção às explorações pecuárias, há muito tempo merecido, a maior cunicultura do distrito de Bragança, vai ter um acesso condigno, que peca por tardio, pois há vários anos que o problema existia. Será que é desta que ficará concluído o referido calcetamento?

Boletim Informativo da Câmara, na primeira semana de setembro, chegou a nossas casas, via correio, o Boletim Informativo da Câmara Municipal de Mirandela. Informar é sempre positivo, é pois uma iniciativa aceitável e, à partida, uma iniciativa de aplaudir, contudo, após folhearmos e lermos o seu conteúdo, ficamos com algumas sensações desagradáveis, corrigir algumas delas só irá melhorar as funções de um Boletim deste género e servir melhor a população, população alvo que é os municípios do concelho de Mirandela, simultaneamente torná-lo-á mais transparente.

[Handwritten initials and marks]

Por isso vamos elencar alguns aspetos que identificamos, pouco ou quase nada fala das Freguesias e das aldeias, porque não incluir algumas páginas abertas às Juntas de Freguesia? Tinha todo o interesse e todo o cabimento.

O Boletim cheira a pré campanha autárquica eleitoral, porque não saiu há mais tempo, desde o início do mandato e só surge agora na fase final, isto é, a pouco mais de um ano de eleições autárquicas?

Ter cuidado com títulos que podem levar precisamente a este tipo de conclusões que referi atrás, eleitoralistas, um Boletim Informativo de uma autarquia tem que se pautar por uma informação séria, apartidária e englobar todo o Município e mais, porque não abrir as suas páginas a sugestões dos municípios?

Não encontramos nada referindo-se a outros Órgãos municipais autárquicos, como a Assembleia Municipal por exemplo, os conselhos municipais, Assembleias e Juntas de Freguesia, etc., seria bom ter um espaço disponível para outros Órgãos autárquicos.

E as principais deliberações do Executivo em cada Reunião? Não é no Boletim Municipal que deve figurar um resumo, para que os municípios tomem conhecimento, porque se se gasta dinheiro com uma Informação destas, tem de se aproveitar a informação para aquilo que é necessário, nomeadamente as deliberações do Executivo.

Outros aspetos poderíamos referir, contudo aos poucos penso que poderão melhorar o Boletim Informativo e servir melhor os mirandelenses.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Senhora Presidente, sinceramente nem sei por onde começar, pelo que vou direto aos assuntos.

Senhora Presidente, continua com um rio verde e uma Bandeira Azul hasteada? Já não sei quem tem razão, se é a Senhora Presidente, ou aqueles que de boa-fé lhe atribuíram uma Bandeira Azul, testemunho inequívoco da qualidade daquele espaço e daquela água, o que nos levanta sérias reservas.

Senhora Presidente, as faturas da água? Onde a saga, aquelas faturas da água oferecidas ao abrigo do programa da Covid-19 do mês de março aos municípios de Mirandela, que continuamos a ver faturas da água faturadas em excessivo, pergunto outra vez, se é que a Câmara Municipal, de forma encapuçada, não se anda a financiar à custa da água junto dos municípios de Mirandela?

Senhora Presidente, e os restaurantes? Que foram encerrados abusivamente nos dias que eram para ser de festa, onde, penso eu, de forma abusiva e excessiva encerrou os restaurantes de Mirandela, quando Bragança nos seus dias de festa e Valpaços não tiveram tal procedimento. Pergunto-lhe se hoje continuava a tomar essa medida?

E o Boletim Municipal, Senhora Presidente?! Que tão mal falou dos Boletins Municipais do PSD que tinham outra qualidade, ao ponto de ameaçar, se é que não o fez na altura, com uma queixa ao Ministério Público. Pergunto-lhe se este Boletim Municipal é o início da sua campanha eleitoral? Isto é, a sua propaganda política começa com o Boletim Municipal?

A Senhora Ministra da Coesão Territorial, Senhora Presidente, veio visitar os concelhos de Vila Flor e de Mirandela, que tanta obra visitou em curso no concelho de Vila Flor. Diga-nos por favor, que obras é que a Senhora Ministra visitou no concelho de Mirandela? Até porque, podia-nos dar conta das suas intenções, das suas promessas, além de uma cerca que anunciou, os tais 200 mil euros a favor do Complexo Agroindustrial do Cachão.

Depois de tantos anúncios neste mandato, Senhora Presidente diga-nos o que é que a Senhora Ministra da Coesão Territorial deixou de importante no concelho de Mirandela?

Senhora Presidente, e o programa da SIC do *César Mourão*?! Nós somos Mirandela cidade jardim, Mirandela o oásis de Trás-os-Montes e não é que se dá ao desplante, eu sei que não é fácil por vezes, dá-se ao desplante de deixar, em horário nobre, correr um programa que só nos enxovalhou e deu cabo de uma memória coletiva, que nada é como aquilo que transpareceu naquele programa. Diga-nos por favor, as suas responsabilidades.

E Senhora Presidente, até porque o ano letivo está para começar, só agora é que a CIM-TTM é que se deu conta que tinha falta de transportes? Depois de a CIM-TTM no ano civil anterior anunciou novas tarifas para os transportes públicos, onde ia haver o abaixamento de 15 % nos bilhetes de transportes, onde a área metropolitana de Lisboa e Porto tinham 30 %.

Depois, transportes de período escolar, eram 9 balcões móveis que iriam fazer um conjunto de serviços públicos, que iam abranger 547 localidades, 240 serviços.

Senhora Presidente e agora é que a CIM-TTM que teve como bandeira no ano anterior os transportes públicos e a mobilidade das pessoas idosas em meio rural, não é que agora se dá conta que não tem transportes suficientes para satisfazer as normas da DGS em termos de segurança, só se deu conta agora?! E não é que o seu Governos só agora, depois de começar o ano letivo é que anunciou a contratação de 1500 funcionários para as escolas.

Senhora Presidente, depois de tanto atraso, diga-nos por favor, se é que a Câmara Municipal tem alguma coisa em atraso que ainda irá anunciar em relação ao ano letivo? Que é que anda a fazer com as refeições escolares, que traz a população em sobressalto?! Encontrei uma avó de Abreiro que teve de vir a Mirandela comprar a senha da refeição escolar, sob pena de o neto não ter a refeição que deve ter, tendo em conta o imbróglgio que foi criado com a reserva ou com a marcação das refeições escolares.

Senhora Presidente e isto agora das AEC's, os professores que chamou até si em relação às AEC's, não é que agora por estarem na Câmara Municipal através de uma empresa que contratou, eles não têm direito à ADSE! Tudo por causa da política Senhora Presidente.

Diga-nos também, uma vez que tem instalações novas, se a Esproarte aumentou ou diminuiu o número de alunos inscritos neste ano letivo.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Desejo a todos uma boa saúde neste período de pandemia e é sobre essa que eu vou aqui falar, mostrando alguma indignação.

Ao iniciar um outono de um ano terrível para o mundo, quero aqui deixar uma palavra de apreço para o que de positivo tem sido feito pelas autoridades municipais responsáveis no âmbito do controlo desta pandemia, que persiste em nos atormentar.

Desde o início são muito visíveis felizmente, os sinais de aceitação e cumprimento por todos das medidas de contingência que têm vindo a ser impostas. Mas... e há sempre um mas... como por exemplo hoje o imponderável imprevisto de falta de água, que impediu a lavagem das mãos a muita gente.

Isto para dizer que cabe a cada um de nós a maior responsabilidade para a eficácia dessas medidas e sempre haverá quem se esqueça de as cumprir em locais de risco e com isso contribuir, incorrendo em prejuízo do coletivo.

Em Mirandela não é diferente e vou dar um exemplo.

Falo na reabertura do ano letivo e da enorme influência social que lhe está subjacente, a qual este ano induz um elevado grau de risco de contágio se não forem cumpridas aquelas medidas, nomeadamente a distância social, fator a que dizem estar associado o maior grau de transmissão.

Observei nos últimos dias que a distância social, de uma forma generalizada não está a ser cumprida nas entradas de diferentes escolas, de diferentes concelhos, dadas as aglomerações de alunos e pais, as quais não deveriam ocorrer, porque são ilegais pelos tempos que correm.

Não sei o que se passa no interior, quanto a circuitos de circulação, colocação de máscara e demais medidas, mas fico apreensivo tendo em conta a postura no exterior.

Pessoalmente, e agora vou mostrar a minha indignação, não entendo como neste cenário de pandemia, cujos sinais de propagação parecem estar a crescer nas últimas semanas, todos os esforços tendentes à sua mitigação não devam ser postos em prática e o seu cumprimento rigorosamente fiscalizado e punido, pois está em causa a saúde pública.

Por outro lado, como município, interrogo-me se neste início de aulas tão atípico, uma administração escolar não deveria alocar todo o seu *staff*, empenho e saber, para ajudar a resolver este aspeto tão premente e preocupante para a comunidade, ou se já o fez e os efeitos são zero, por exemplo, a provável ineficácia de uma ação policial.

O que fazer então, para todos nos sentirmos mais confortáveis, com uma escola segura?

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Senhor Presidente, eu fico contente com aquilo que venho aqui dizer, porque até que enfim o procedimento funcionou, eu enviei uma carta ao Senhor Presidente e ele respondeu ao meu pedido e obrigado por isso, tanto ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, como à Senhora Presidente da Câmara, coisa que até aqui nada disso tinha acontecido e foi um pedido feito sobre as horas extraordinárias pagas, mas só me enviou de 2017, 2018 e 2019 e verifica-se que no ano de 2019, o valor total é de 106.822,00 €, na rubrica 040101 – águas e saneamento e depois veio numa outra rubrica, que é a rubrica 606105 – eventos e gestão de recursos culturais de 2017 a 2018 esta rubrica aumentou cerca de 900 % em horas extraordinárias, para quem é que foi esse dinheiro? Acho exorbitante.

Eu posso-lhes dizer que em 2017, isto são dados fornecidos pela Câmara Municipal, o valor era de 4.487,00 € e em 2019 o valor é de 11.067,48 € e gestão de recursos culturais em 2017 o valor era de cerca de 4.000,00 € e em 2019 o valor é de 13.679,24 €.

As horas extraordinárias de 2017 eram de 61.896,00 €, e em 2019 são de 106.822,00 €, nos eventos tem um valor de 13.000,00 € e durante os anos transatos esse valor nunca ultrapassou os 5.000,00 €. Eu não sei como é que a Câmara Municipal gastou tanto dinheiro em horas extraordinárias.

Eu perguntava à Senhora Presidente da Câmara, se este tipo de procedimento, é um procedimento fundamentado, com uma fundamentação elencada num parecer técnico e naquilo que se fez durante este período, se não é uma autêntica devastação em termos de dinheiros públicos. Esse valor, parece-me um valor muito alto e eu enviei para a Procuradoria Geral da República uma fundamentação para querer saber estes números.

----- A Senhora Deputada Municipal *DÉBORA PEREIRA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Não se trata de uma intervenção, mas apenas de um apelo, enquanto Deputada Municipal, eleita para defender os interesses dos municípios, mas também como moradora do bairro Tua Sol, que hoje mais uma vez acordou sem uma gota de água a correr nas torneiras, o que já não é a primeira vez que acontece este ano, sei que não é certamente culpa do Município a rotura e que isso acontece...

Mas está em causa a população de todo o lado direito da cidade, que já se depara com esta situação há muito tempo, ainda mais numa altura destas, em que é tão importante quer a higienização pessoal, quer de alimentos e superfícies.

Assim sendo, peço e apelo a que se arranje uma solução definitiva para este problema.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *ANDRÉ GERALDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu venho aqui com o intuito de ser advogado de defesa de alguns colegas, porque isto é inacreditável, ao fim de quase um mandato e haver aqui ainda tanta gente ressabiada com as eleições passadas, as últimas, é inacreditável. Eu só acho que os meus colegas pecam em não vir aqui a esta tribuna e desmascarar essas pessoas que andam aí, andamos aqui a aturar um *Kadafi* há dois anos, agora foi-se o *Kadafi* embora, veio o substituto, então será que o meu colega *Manuel* há-de ser assim um Presidente tão reles e o

Handwritten initials and marks in the top right corner.

povo já lhe deu não sei já quantos mandatos. Será que só há coisas ruins no Cobro, vós é que devíeis estar aqui, não era eu a defender-vos, porque eu não aceitava isso. Quando se deu a reorganização das Juntas de Freguesia em 2013, eu pus o horário de atendimento a dois dias por semana em cada aldeia e durante oito meses não me apareceu uma única pessoa para resolver qualquer tipo de assunto, nem na Freixeda nem em Vila Verde, porque as pessoas conhecem-nos, sabem onde nos encontrar, têm os nossos contactos e não nos aparecem na hora de atendimento.

Eu acho que não é de bom-tom vir para aqui tentar denegrir a imagem seja de quem for, se é o povo que nos elege, não aceito isso.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Múrias *CLÁUDIA AFONSO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Decidi hoje fazer esta intervenção a fim de saber qual o ponto de situação da obra da estrada que vai do cruzamento de Múrias até ao Regodeiro.

Senhora Presidente, todos nós sabemos que esta obra constou no Orçamento do Município em 2019 e também no de 2020, ambos votados nesta Assembleia Municipal e os quais a Junta de Freguesia de Múrias representada por mim votou favoravelmente, pois constava nos dois Orçamentos um investimento para a minha Freguesia, constava a obra tão desejada.

Certo é, que o ano de 2020 está a terminar e “continuamos na mesma como a lesma”, obra nem vê-la, o projeto está terminado, já foi à aprovação da Associação de Municípios, mas sei, de fonte segura, que ainda não deu entrada na contratação, em várias reuniões com a Senhora Presidente, foi dito pela Senhora Presidente que sim, que a obra ia seguir e que era desejado iniciar por setembro, setembro já está a terminar e nada temos.

Eu pergunto de forma clara: Quando Senhora Presidente? Quando se vai dar início a esta obra? Este ano certamente a obra já não vai iniciar e no início do próximo ano é certo que também não. Diga-me Senhora Presidente, vamos ou não vamos ter obra feita no final deste mandato?

Senhora Presidente, sei que são apenas quatro anos e que passam a correr, mas também sei que não pode ser sempre a Freguesia de Múrias a perder, ao longo destes quatro anos podiam ter sido pedidas mais obras estruturais, mas como tínhamos o sim da obra da nossa estrada e como temos consciência que não pode ser tudo feito, fomos sempre insistindo na obra que todos anseiam e acabamos por deixar para trás outras obras também importantes.

Chegamos a esta altura e o que temos? Apenas a palavra da Senhora Presidente, que respeito e valorizo, mas para os fregueses de Múrias é muito pouco, pois temos para trás 20 anos de promessas e mais promessas. Queremos obra feita, isto é um ponto assente, a minha posição será sempre esta, a minha Freguesia sempre em primeiro lugar.

Um bem-haja a todos.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Apenas quero trazer aqui alguns pontos do interesse da minha Freguesia e também penso, que do interesse do concelho.

Quero partilhar com vocês uma situação que eu assisti ontem, desloquei-me ao Hospital de Mirandela com um familiar que tinha uma consulta às 11.00 horas, chegamos atempadamente e com alguma surpresa, sem exagero estavam cerca de 30 pessoas à porta, a maior parte idosos, só entrava uma pessoa de cada vez e com o inverno à porta, penso que é uma situação da total responsabilidade da ULS, mas talvez a Câmara Municipal tenha alguma palavra a dizer, quando começar a chover e quando estiver muito frio vai ser uma situação muito complicada para quem tiver consultas no Hospital.

Outra situação, recebemos na Junta de Freguesia um e-mail acerca de 15 dias, penso que outras Juntas também terão recebido, de uma senhora de Braga, bem informada, sobre a concessão de lítio e outros minerais no concelho de Mirandela. Eu gostaria de saber se a Câmara Municipal foi informada, se tem conhecimento? Se nos poderá dar mais alguma informação sobre isso, porque de facto nós, Junta de Freguesia não tínhamos conhecimento, não sei se os meus colegas tinham ou não. Isto até pode não dar em nada, mas acho que merecemos ser informados daquilo que se está a passar no nosso concelho, um Despacho de 2019, em que foi concedida essa prospeção a uma empresa. Penso que é um assunto muito sério.

Em relação à Freguesia, foi falado aqui pela minha colega das Múrias *Cláudia Afonso*, a questão da estrada, a vossa está numa situação mais avançada, já tem projeto, a nossa penso que ainda não, enquanto não for projetada, como ansiamos há tanto tempo, gostaríamos pelos menos que fossem compostos os buracos que vão aparecendo, já foi enviado um e-mail nesse sentido, com fotografias a indicar os locais, e que agora com as primeiras chuvas vão certamente agravar-se.

Outra situação caricata, que aconteceu na Freguesia, a Freguesia de São Pedro Velho é composta por São Pedro Velho, Ervideira e Vilar D'Ouro, as pessoas da Ervideira deram-me a conhecer uma situação que eu não tinha de todo conhecimento, que chove na igreja da Ervideira, de imediato contactamos o Senhor Padre no sentido de ver o que se poderia fazer para resolver essa situação, só que há uma situação caricata, a Ervideira apesar de pertencer à Freguesia de São Pedro Velho, a igreja pertence à paróquia das Aguieiras, acho que é uma situação que deveria ser vista, analisada, porque no meu entender quem é responsável pelas igrejas e capelas primeiro será a Diocese e só depois é que poderá ter a ajuda da Câmara e da Junta de Freguesia.

Neste caso contactei o Senhor Padre e ele concorda que tem de ser a entidade religiosa a resolver o assunto, ou a solicitar qualquer tipo de subsídio à Câmara Municipal, mas há este contrassenso, tem de ser a paróquia das Aguieiras a fazer o pedido para uma igreja na Freguesia de São Pedro Velho. Eu como não quero que haja esse constrangimento com as Aguieiras, propus ao Senhor Padre sermos nós, Junta de Freguesia a fazer esse pedido, quando eu entendo que deve ser a entidade religiosa a fazê-lo, ele disse-me que não, ele é que é o Presidente da Comissão Fabriqueira e que acha justo ser a Comissão Fabriqueira a fazer esse pedido.

Outro assunto, a maior parte das Freguesias penso que pediram paralelos, nós também estamos à espera, ainda não os recebemos, sei que também há outras Freguesias que não receberam, eu queria fazer aqui uma sugestão que não sei se será possível ou não,

mas se fosse possível gostaria de pedir já os 5 mil euros de material do ano que vem, se não corremos o risco de não os recebermos, ou de os recebermos fora de tempo.

Quanto aos transportes públicos, São Pedro Velho continua sem transportes públicos para a cidade, apesar do projeto da CIM-TTM, que deveria ter arrancado no primeiro trimestre de 2020.

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Queria dar os parabéns ao Senhor Vereador *Silvio Santos*, que ele hoje faz anos, que Deus o conserve assim muitos anos, sempre de boa saúde e com aquela energia que lhe vamos reconhecendo.

No início de junho fomos assolados com uma situação na Freguesia que foi o atropelo áquilo que é o interesse público de uma localidade, houve alguém que se entendeu, ao fim de 30/40 anos, proprietário de um espaço público de um pedaço de um caminho e um dia de madrugada decidiu lá colocar um cadeado, porque alegadamente, dizia ela num e-mail que dirigiu muito solenemente aos serviços Municipais, que tinha enviado uma carta à Câmara Municipal e a Câmara Municipal esteve um ano sem lhe responder e como a Câmara Municipal não lhe respondeu, entendia que tinha de colocar lá um cadeado, porque aquilo era da pessoa.

Acontece que desde esse dia, como devem entender a população não se sente bem, o Presidente da Junta de Freguesia não se sente bem e sente-se ainda pior quando se sente impotente perante duas situações, a primeira é que a situação em causa carece da falta de resposta do Município, que em tempo útil, penso que esteve um ano para responder a uma carta, devia-o ter feito em tempo útil e depois está em causa um licenciamento que foi feito em 2010, para o qual foi emitida uma licença de construção, mas a própria pessoa também não exerceu a licença de construção.

Houve aqui uma incúria não só do Município, como houve uma incúria da equipa de fiscalização, que ao longo dos anos andou a dormir sobre aquele assunto e quando a Junta de Freguesia trouxe este assunto à baila em meados de 2019, ninguém podia ter dormido, tinha de andar toda a gente muito acordada e deviam ter dado resposta em tempo útil a isto.

Dirigi uma carta em resposta a um ofício que a Câmara Municipal me mandou, em que dizia que a Junta de Freguesia devia arranjar testemunhas e que devia ir com o assunto para Tribunal. Não, quem tem de resolver o problema e quem titula as vias municipais é a Câmara Municipal de Mirandela e nesse sentido, estamos há quatro meses com um pedaço de rua cortado, que é um espaço público, em que algum privado quis exercer um direito de fazer daquele pedaço aquilo que lhe apeteceu e até hoje estamos inibidos de usar uma determinada área, que foi infraestruturada pela Câmara Municipal, foi calçada pela Câmara Municipal e tem estado ao serviço da população desde a década de 90, não é uma coisa recente.

A Câmara Municipal pode mudar de cor política, mas a Câmara Municipal tem a obrigação de zelar pelo interesse público, hoje, ontem e amanhã e não podemos aceitar a incúria profissional de Técnicos da Câmara Municipal, de fiscalizações da Câmara Municipal perante este problema evidenciado, têm andado a jogar ping-pong lá dentro para ver quem é que resolve o problema e aqui tem que entrar a autoridade política para por um ponto final nisto. Ou há interesse público e o interesse público é a rua estar aberta sem cadeado e a pessoa se quer ser dona daquilo que vá a Tribunal prová-lo, ou então estamos num concelho que tem dois pesos e tem duas medidas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero saudar o regresso do Senhor Deputado *José Manuel Pavão*, gosto em revê-lo com saúde e também felicita-lo pela criação da Associação Nacional das Assembleias Municipais, julgo que é um orgulho para todos os mirandelenses esta dinâmica que se imprimiu na constituição desta Associação Nacional, até porque o número de adesões de novos elementos tem sido muito significativo em todo o país.

Também saudar o Segundo Secretário *José António Ferreira* pelas intervenções que fez no II Congresso da ANAM, que tive oportunidade de acompanhar e de ler, pela simpatia que teve em partilhar comigo, julgo que Mirandela estava muito bem representada neste Congresso.

Relativamente às questões colocadas sobre o rio Tua e sobre o atentado ambiental que houve há um ano atrás, dizer-lhe que o acompanhamento desta investigação está a ser feito pelas autoridades e neste momento não temos conhecimento do ponto de situação, sabemos que foram feitas algumas diligências no sentido de averiguar os factos. O ponto de situação neste momento é que tanto a Câmara Municipal de Valpaços, como a Câmara Municipal de Mirandela têm todo o interesse, por um lado em ver concluído o processo de investigação e por outro evitar novos atentados ambientais, que têm sido verificados muitas vezes e que são um risco ambiental para o nosso rio.

Em conversas com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, julgo que temos de fazer ações conjuntas para evitar estes crimes ambientais, o Ministério do Ambiente também tem que ter aqui uma participação ativa junto das empresas que potencialmente poderão estar envolvidas nesta situação, só uma força policial que possa por cobro a esta situação poderá resolver, como outras tantas que têm acontecido no nosso concelho. Relembro a situação de acumulação há anos de uma empresa que agora está insolvente, à entrada de Mirandela onde há um acumular de materiais recicláveis, que estão em estado deteriorado e também junto às Latadas, também um acumular de resíduos sólidos que já foram entretanto notificados para a sua retirada.

Relativamente ao Parque Natural Regional do Vale do Tua, respeito a opinião do Senhor Deputado *Manuel Pavão*, lembro que os elementos que constituem o Parque Natural Regional do Vale do Tua, quer o Presidente, quer os trabalhadores que estão neste momento a exercer funções no Parque já estão há vários anos, nem sequer foram nomeados politicamente por este Executivo, é anterior à nossa entrada na Câmara Municipal.

Permita-me discordar do facto de que o Parque esteja num marasmo, de facto tem havido muitas candidaturas e tem havido um trabalho constante de promoção do território e apresenta uma saúde financeira bastante invejável, porque tem cumprido com todos os objetivos e metas às quais se propuseram.

[Handwritten initials and marks]

É o primeiro Parque Natural Regional do país e só podemos estar orgulhosos da sua constituição e neste momento em regime de rotatividade sou também Presidente da Agência por inerência de funções de Presidente da Câmara, é com gosto que assumi essas funções, tem sido um gosto redobrado em trabalhar com todos os elementos do Parque Natural Regional do Vale do Tua.

Quero felicitá-lo pelo Prémio *Manuel Pavão*, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu e bem, o nome de Mirandela está implícito neste prémio e desejo as maiores felicidades à Associação Nacional das Assembleias Municipais. A Câmara Municipal de Mirandela estará sempre disponível para acompanhar a Associação Nacional das Assembleias Municipais.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, em relação ao ato eleitoral da CCDR, neste caso do norte em que nós estamos integrados, muito se tem discutido sobre a forma como houve o acordo entre os dois maiores partidos no país, relativamente à seleção dos candidatos e por isso é público o desconforto que existe entre os autarcas e entre aqueles que votarão no próximo dia 13 de outubro, às eleições da CCDR, a falta de conhecimento da visão estratégica do desenvolvimento do território que os eleitos poderão ter, não houve apresentação de projetos, de candidatura, não houve o conhecimento dos candidatos e por isso este processo não foi um processo bem conduzido, na minha opinião, sabendo que as decisões que foram tomadas a nível nacional estão tomadas, e no dia 13 de outubro cá estaremos para votar no Presidente da CCDR e também eu depois farei uma votação na CIM-TTM do Vice-Presidente que o colégio eleitoral são só os Presidentes de Câmara.

Quanto às questões dos conflitos bairristas e interesses comuns, não posso estar mais de acordo, de facto temos de estar unidos para conseguirmos candidaturas e projetos comuns, de um território onde só unidos conseguiremos captar mais investimento.

Em relação à Moção que já foi aprovada, dizer que vamos ler com toda a atenção esta Moção e verificar a possibilidade do suplemento de risco, penosidade e insalubridade, desde que se valorizem também os trabalhadores que exercem atividades de maior risco.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, em relação aos Nichos do Santuário, aquela zona foi requalificada há bem pouco tempo, os Nichos do Santuário foram até pintados para terem outra dignidade e vamos verificar esta questão do lixo e das ervas, posso também partilhar convosco a preocupação de todos os cidadãos e aqueles que nos visitam, para terem o cuidado de não colocar o lixo no chão, de qualquer forma os nossos varredores e os Serviços de Limpeza Urbana têm feito um esforço muito grande, no sentido de manter os locais o mais asseados possível e vamos verificar esta situação.

Relativamente à acessibilidade e ao desnível do piso granítico, quando foi do projeto julgo que estariam cumpridas todas as acessibilidades, como sabem qualquer intervenção naquela zona tem de ter o Parecer favorável da Direção Geral da Cultura, mas de qualquer forma vou solicitar ao Gabinete de Arquitetura da Câmara Municipal que vejam qual é a solução que poderão encontrar nesta zona que é muito visitada e que terá de ter uma acessibilidade adequada, agradeço este alerta.

Quanto à estrada que liga o Continente aos Salesianos, lamentavelmente às vezes as obras demoram menos tempo do que aquilo que está previsto, mas segundo os nossos Técnicos não houve a consolidação das terras e por isso houve aquele abatimento. Várias vezes a Câmara Municipal abordou o empreiteiro, no sentido que fossem retomadas as obras, contudo a situação da pandemia também não ajudou, julgo que neste momento estarão reunidas as condições para fazerem a obra, vou ainda verificar qual é o prazo de execução com os serviços.

Relativamente a Frechas do calcetamento da rua, a Junta de Freguesia iniciou o calcetamento da rua com a bolsa de materiais, ontem foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal um apoio extraordinário para a conclusão do acesso.

Quanto ao Boletim Informativo da Câmara Municipal, foi o primeiro Boletim Informativo, estava para sair já há bastante tempo. O Boletim Informativo é uma forma de vincularmos algumas informações, não pode ter demasiada informação porque também tentamos fazer um Boletim a baixo custo, vão sair mais edições e vamos melhorar os conteúdos, alargando a participação dos Órgãos Municipais, mantendo o visual como está até hoje, foi assim que foi pensado e foi assim que foi lançado.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, quando diz rio verde, Bandeira Azul, aquilo que lhe posso dizer foi o que já disse aquando da resposta de um município, o que aconteceu diz respeito a um fenómeno que acontece nos rios com águas paradas, eutrofização, problema que rapidamente foi resolvido. Aquilo que lhe posso dizer é que, quer a Bandeira Azul, quer os Serviços Operacionais, acompanharam o processo, fizeram as devidas análises, são situações naturais que acontecem em águas paradas, como é o caso da nossa albufeira e por isso a movimentação das águas permite que haja uma oxigenação, resolvendo o problema.

Relativamente às faturas da água, o Executivo resolveu isentar o custo da água do mês de março, lamento que diga que a Câmara Municipal está a financiar-se à custa dos municípios, até porque este Executivo diminuiu o IMI, diminuiu o IRS e numa fase difícil isentou a faturação do mês de março. O que aconteceu em relação à faturação foi que, como não houve leituras em três meses e continua a não haver sempre que os contadores da água se encontrem no interior das residências, os leitores da água não entram dentro das residências, por sua vez não efetuam a contagem nesses casos, por questões de proteção, quer à família, quer ao próprio colaborador, foram feitas estimativas de consumos e muitas vezes as estimativas de consumos não traduzem a realidade do que realmente foi consumido e por isso no mês seguinte, havendo uma leitura, o valor consumido ultrapassa o valor que foi estimado e daí esse acerto na fatura seguinte, a maioria das situações foram essas, as pessoas consumiram de facto mais do que o que era estimado. Apesar de terem havido alguns erros na faturação do início, erros que foram depois solucionados através da empresa *Medidata* que já trabalha com a Câmara Municipal há muitos anos. Mas tudo aquilo que foi cobrado foi aquilo que foi consumido, contudo há acertos na fatura seguinte quando o valor foi estimado.

Quanto à forma abusiva e excessiva do encerramento dos restaurantes, não considero que seja uma forma abusiva e excessiva, considero que foi uma orientação que o Senhor Delegado de Saúde nos deu em reuniões que tivemos, onde esteve presente a Câmara Municipal e todas as entidades envolvidas e por isso ultrapassaram um período difícil os restaurantes, passaram o mês de agosto com um movimento normal, sem casos Covid-19, o que foi importante para todos, mas que poderia ter sido posto em causa ou não por aquilo que acontecesse naquele fim-de-semana.

À semelhança de outros casos pelo país inteiro, a restauração tem sofrido muito quando existe um caso Covid-19, não se trata apenas de terem de estar 14 dias em quarentena e terem de encerrar o estabelecimento, mas também o receio que as pessoas têm em voltar àquele restaurante. Julgo que até comercialmente foi uma forma de proteção para todos, para os mirandelenses e para o setor da restauração, que neste momento está a recuperar lentamente a sua normal atividade.

[Handwritten initials and marks]

Quero também felicitar todos os proprietários e todos os trabalhadores que trabalham neste setor, porque de facto têm tido uma conduta exemplar, cumprindo de forma rigorosa todas as recomendações e exigências da Direção Geral de Saúde.

Quando refere que falei mal dos Boletins Municipais do PSD e da queixa ao Ministério Público, dados os anos que já passaram, sabe que eu raramente tendo a fazer a judicialização da política, ou seja, a queixa ao Ministério Público não a fiz como é óbvio, pois se a tivesse feito já teria conhecimento dela e por isso lamento que venha referir essa questão.

Relativamente às obras que a Senhora Ministra da Coesão Territorial visitou, dizer-lhe que ela visitou obras potenciais, é verdade, visitou o Complexo Agroindustrial do Cachão para o qual precisamos do apoio do Norte 2020 para a sua qualificação, numa primeira fase, 3.5 milhões de euros é aquilo que é apontado para a fase zero e também visitou a Estação Ferroviária, por pertencer à identidade deste Município e por estar a ser um projeto que vai ser financiado através do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Posso-lhe dizer que havia outros locais a que poderíamos ter levado a Senhora Ministra, mas optamos por lhe mostrar aquilo que precisamos de fazer no futuro, ou seja, vale a pena sempre mostrar aos nossos governantes que precisamos do apoio do Governo para resolver assuntos estratégicos e fundamentais para o desenvolvimento e coesão territorial, não mostrar aquilo que já está feito pensando que está tudo bem.

A verdade é que não está tudo bem e precisamos do apoio do Governo para estas situações, visitamos também o Aeródromo Municipal, em que temos também o Aero Clube que tem muita dinâmica e por isso é também um setor estratégico para nós.

Acerca do Complexo Agroindustrial do Cachão, também tenho que partilhar convosco esta informação, é lamentável que as pessoas desvalorizem um investimento de 200 mil euros no Complexo, quando a acumulação de lixo esteve anos e anos, com dois incêndios pelo meio e que agora se venha desvalorizar qualquer investimento.

É o investimento possível, sinceramente eu não desvalorizo nenhum investimento. Este Executivo fez aquilo que não foi feito durante anos, que foi retirar o lixo que foi instalado no Complexo, fruto da acumulação desses resíduos e está lentamente a fazer obras de qualificação, preparando o futuro do Complexo Agroindustrial do Cachão. Lamento que se refira a esta questão com alguma inferioridade de investimentos.

Relativamente ao programa da SIC do *César Mourão*, é lamentável, posso-vos dizer que esta questão relacionada com estes programas, eu tenho visto outros programas de outras cidades e em todo o lado, em todos os Municípios têm sido programas lamentáveis, de humor demasiado difícil de entender e que inferioriza todas as nossas ligações sentimentais a qualquer terra, qualquer município de outros Municípios onde já foi feito o programa sente-se mal-humorado com este programa. Lamento, como todos vós, a forma como se conduz o humor em Portugal.

Quanto à CIM-TTM, relembro que o Senhor Deputado também faz parte da Assembleia da CIM-TTM, as questões que levantou aqui, poderia tê-las levantado na Assembleia da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, não o ouvi fazer qualquer intervenção, de qualquer forma dizer-lhe que em relação aos transportes de facto a Câmara Municipal transferiu a competência dos transportes públicos para a CIM-TTM e neste momento há muito trabalho que já está feito, a candidatura foi submetida e vamos ver o que vai ser aprovado.

Relativamente aos Balcões Móveis, julgo que se estava a referir ao Balcão Móvel que nós suspendemos devido ao risco da Covid-19, suspendemos e ainda não reiniciamos, estamos a aguardar pelo desenvolvimento da situação epidemiológica devido ao surto das Aguiéiras, mas logo que seja possível o Balcão Móvel vai ser reiniciado.

Quanto aos 1500 funcionários para as escolas e quanto às questões sobre o início do ano escolar, lamento que critique e não apresente soluções, ou seja, tudo aquilo que foi feito foi com a responsabilidade de todos, com a participação da Proteção Civil, da PSP, da GNR, da Associação de Pais, de muitas entidades envolvidas para que o ano letivo decorra com a normalidade possível. O Agrupamento de Escolas fez um Plano de Contingência, a Escola profissional de Agricultura tem um Plano de Contingência, a Esproarte tem um Plano de Contingência. Este início de ano letivo tem sido um início de ano letivo excepcional e quero partilhar consigo um sentimento, que acho que é comum a todos, o esforço que toda a comunidade educativa tem feito para que as coisas corram com normalidade e que os alunos se sintam na escola com a tranquilidade que merecem num processo de aprendizagem, desde professores, pais, encarregados de educação, auxiliares, todos estão empenhados em que não tenhamos nenhum caso, porque isso seria dramático e conduziria ao encerramento das escolas, de qualquer forma é um risco que corremos, nunca estamos em risco zero e por isso tudo tem sido feito para que tudo corra com tranquilidade.

Em relação às refeições escolares, dizer-lhe que devia acompanhar as informações que têm sido dadas, as refeições escolares do pré-escolar e do 1.º ciclo eram pagas unicamente no GAM, dadas as circunstâncias da Covid-19 fizeram-se em acordo com o Agrupamento de Escolas, três locais para pagamento, Torre de Dona Chama, Escola Luciano Cordeiro e Escola Secundária, no sentido de que todos os pais do pré-escolar e do 1.º ciclo não tivessem de ir pagar as refeições ao GAM.

Acontece que a plataforma informática deveria estar pronta e online, para todos aqueles que poderiam pagar as refeições online, neste momento já está a funcionar, por exemplo em Abreiro podem ir à Junta de Freguesia pagar as refeições, porque já pode ser feito online, a medida cautelar que foi feita foi uma boa medida, ou seja, em vez de haver um único posto para pagamento, havia três postos de pagamento.

Em relação às AEC's, esta é uma situação que como sabe já existe há muitos anos, a Câmara Municipal já esteve com as AEC's, neste momento regressou a competência das AEC's para a Câmara Municipal, como sabe são horários muito curtos e aquilo que é feito na Câmara Municipal de Mirandela é feito em todo o país e por isso não é nada de excepcional.

Em relação à Esproarte, felizmente a Esproarte conseguiu este ano letivo ter o número de alunos necessários para manter a abertura das duas turmas, houve alguma dificuldade porque os moldes da divulgação que faziam nos anos anteriores não foi possível fazer este ano, dadas as restrições da apresentação presencial da Esproarte, foi feito um trabalho conjunto com a Direção, com todos os professores da Esproarte no sentido de haver alunos inscritos para a abertura de duas turmas, felizmente conseguimos ter as duas turmas, o que vemos com grande satisfação e isto só se deve ao esforço de todos aqueles que participaram na divulgação e no contacto telefónico com os alunos de forma a termos as turmas necessárias.

É com agrado que lhe digo que de facto mantemos o financiamento do POCH, com a abertura das duas turmas.

[Handwritten signature and initials]

Relativamente ao Senhor Deputado *José Trovisco*, em relação às medidas Covid-19, de facto tudo aquilo que foi dito, eu concordo e todos devemos dar o exemplo, os pais, as famílias, os alunos. Agradecer a sua intervenção e estaremos juntos naquilo que for necessário daqui para a frente.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *António Figueiredo* e em relação às horas extraordinárias, dizer-lhe que em relação ao Serviço de Cultura houve um aumento das horas extraordinárias, é verdade, a reabertura do cinema conduziu também a que as horas extraordinárias sejam pagas, esta é uma questão que tem sido levantada quer em Reuniões de Câmara, quer em sessões da Assembleia Municipal, mas não podemos deixar de cumprir os direitos dos trabalhadores que é, fora das horas de serviço, têm direito ao trabalho remunerado.

Podemos equacionar se o trabalho pago é necessário ou não, o que é necessário é termos cultura, o cinema aberto, infelizmente ou felizmente vamos ter esta sala em obras a partir do dia 19 de outubro, para a reabilitação deste Auditório e não vamos ter sessões de cinema, obviamente que o valor das horas extraordinárias vai descer neste Serviço de Cultura.

A fundamentação técnica é sempre feita pelo trabalhador que realiza as horas extraordinárias, em que preenche um boletim de horas extraordinárias e é validado pelo Chefe de Divisão, neste caso o Chefe de Divisão é a Dr.ª *Fátima Fontoura* e que valida o cumprimento das horas extraordinárias.

Neste momento a Câmara Municipal tem uma plataforma nova de registo de assiduidade, em que as justificações de faltas podem ser feitas online.

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada *Débora Pereira*, eu partilho com ela as preocupações da água, nós temos naquela zona vários problemas de roturas de água, hoje de madrugada houve uma rutura de água junto ao infantário Miminho e os nossos colaboradores já resolveram a questão. Já há água, mas fruto das canalizações com alguns anos, como as condutas são subterrâneas, não identificamos um problema por si só, sabemos que são situações que podem ocorrer. Eu conheço bem a problemática de acordar sem água, é de facto difícil, mas acredite que tudo fazemos para que de imediato os colaboradores vão para o local resolver a avaria.

A água é um bem fundamental, tomáramos nós não ter estas roturas, mas acontecem por todo o concelho. Há zonas mais problemáticas, outras menos problemáticas, conhecemos outras zonas que temos de intervir rapidamente com a construção de novas condutas, naquela zona não temos um problema identificado, as roturas acontecem em locais diferentes, mas são acidentes que ocorrem, felizmente sem danos graves, mas que causam muito incómodo aos moradores e por isso lamento e agradeço a vossa compreensão, sei que não é fácil de perceber.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila verde *André Geraldo*, as Juntas de Freguesia têm o seu Presidente, têm a sua autonomia e por isso devemos sempre defender a autonomia das Juntas de Freguesia.

Quanto à intervenção da Senhora Presidente da Junta de Múrias *Cláudia Afonso*, por variadíssimas vezes já falamos sobre a construção, a pavimentação do CM1073 do acesso ao Regodeiro e a pavimentação da Estrada Municipal 560-2 de acesso às Múrias, a primeira tem um investimento de cerca de 187 mil euros, a segunda de 277 mil euros, estes são os dados que quando iniciamos o projeto foram feitos, a informação de abertura do concurso foi feita, a estrada de Alvites, Regodeiro, Múrias, já têm as informações preparadas para a abertura de procedimento, fizemos uma alteração orçamental retirando algumas verbas de outras rubricas, para que pudéssemos ter cabimento para estas estradas ainda este ano.

Relativamente à estrada de Vilar D'Ouro, o projeto vai ser iniciado, bem sei que também a do Rego de Vide também está para procedimento, faltava-nos o cabimento orçamental que não tinha sido possível ainda fazer, porque tínhamos as verbas cabimentadas para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, houve várias empreitadas que ficaram desertas e que vamos ter de abrir outro procedimento e acabamos por conseguir alterar as rubricas que precisávamos para abrir os procedimentos.

Em relação a estas questões dizer-vos que, vamos abrir os procedimentos, vamos ver se temos concorrentes, infelizmente com a Covid-19 as empreitadas estão mais caras do que aquilo que estavam no passado, abrimos agora o procedimento que já está adjudicado ao Açude de Abambres e outras que estavam programadas.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *Carlos Pires*, em relação à Unidade Local de Saúde do Nordeste, eu vou solicitar aos serviços de saúde para fazerem uma informação à Unidade Local de Saúde atestando a sua preocupação e em relação à concessão do lítio, posso-lhe dizer que o nosso conhecimento era a concessão que existia na zona da Freixeda que neste momento está suspensa, vou tentar conhecer esta nova concessão, não houve qualquer informação à Câmara Municipal, nós temos um professor do Instituto Politécnico de Bragança que nos está a acompanhar nos Pareceres Técnicos que nos foram pedidos em 2019 em relação à concessão da Freixeda, mas não temos conhecimento de quaisquer outras concessões que tenham sido feitas.

Relativamente à estrada de Vilar D'Ouro, vamos iniciar agora o projeto, sem projeto não há obra. Quanto aos buracos na estrada vou solicitar aos Serviços para fazerem a sua recuperação o melhor possível, sabemos que não é uma solução definitiva, mas são estradas que já estão assim há muitos anos e é impossível resolver todas ao mesmo tempo.

Quanto à igreja da Ervideira, esta é uma questão da igreja, mas tudo aquilo que for necessário estaremos disponíveis. Em relação aos paralelos, esta é uma questão preocupante para todas as Juntas de Freguesia e também para nós, vocês sabem que há uma escassez grande de material, estamos ainda a equacionar se vamos dar o material se é preferível a transferência do valor monetário para que vocês possam adquirir o material, porque estamos com muita dificuldade quer no abastecimento, quer na qualidade do próprio paralelo. A escassez de material nesta fase e devido à pandemia estendeu-se por todo o país.

Relativamente aos transportes públicos, esta é uma competência da CIM-TTM.

Em relação à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *António Martins*, esta questão é uma questão que nós conhecemos muito bem, já foram feitos vários relatórios pela Fiscalização, o assunto está entregue ao gabinete Jurídico, as questões jurídicas não são questões rápidas, são questões bastante demoradas, a GNR também tem conhecimento do assunto e estas situações não são fáceis de resolver, no entanto dada a situação sabemos que mais difícil é uma resolução imediata. Vamos acompanhando a situação no sentido de repor a legalidade, uma vez que a proprietária da casa assume aquilo como propriedade privada, aquilo não se encontra bem no eixo da via, é um logradouro de uma entrada e isto são questões que de facto são difíceis de resolver.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Senhora Presidente quando fala, fala de uma maneira de retórica política e eu estou farto da retórica política, quando se fala em retórica política fala-se em persuasão e manipulação, eu não sou contra o ganhar o dinheiro dos trabalhadores, se trabalham têm todo o direito de ganhar, a Senhora Presidente podia ser mais honesta naquilo que estava a dizer para comigo e para com o Auditório, em 2017 não estava a Senhora Presidente na Câmara Municipal, só entrou no final do ano, sabe quanto é que gastaram em 2017, 4.000,00 € e cerca de 1.000,00 €. Sabe quanto é que gastaram em 2019? É que as pessoas têm de saber isto, porque estar aqui a “abanar o presunto e não chegarmos ao presunto” é muito bonito! Só os porcos cevados é que chegam ao presunto, porque o povo não chega ao presunto! Em 2019 gastaram-se cerca de 11 mil euros mais cerca de 13 mil euros e eu vim ao cinema em 2016, 2015, em 2014, em 2013, porque é que se gasta tanto dinheiro? No ano passado não houve Covid-19. Diga-me Senhora Presidente, isso é tudo retórica política.

A Senhora Presidente não tem nenhum fundamento.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Deixai-me dizer-vos o seguinte: Estamos a falar de uma despesa... e nós devemos fiscalizar muito bem as despesas, mas se calhar às vezes é preciso fiscalizar a não despesa. Também é nossa função saber se há trabalhadores que estão a fazer horas extraordinárias e não são remunerados, porventura no passado foi isso que aconteceu.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que o Senhor Presidente está a dizer é grave e tem que o provar.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu ainda não terminei, o que nós precisamos fiscalizar, isso é que é válido, não é o que é pago ou não pago, mas sim se há trabalhadores que fazem horas extraordinárias e não são remunerados, bem como se há alguns que por ventura estão a ser remunerados para tal e não as fazem. Aí é que está o fulcro da questão e é isso que nós vamos tentar aprofundar.

Porque realmente o resultado desses mapas, que eu também analisei e também me surpreenderam, podem não nos dizer muito. Podem ser a reposição de uma legalidade, digo eu, ou não. Devemos analisar a fundo e vamos fazê-lo. Eu desafio-vos a fazerem esse estudo, não em relação ao que se paga, mas em relação ao tipo de trabalho que se exerce durante esse período.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dentro daquilo que nos pediu, alguma contenção nas nossas intervenções, apenas vou fazer esta intervenção num espírito colaborativo, quer com a Mesa da Assembleia e também com os Senhores Deputados, porque de facto o tempo urge.

Apenas vou pegar no Boletim Municipal, porque é um boletim de propaganda política, em relação às outras respostas não vou comentar, não vou tecer mais nenhum comentário.

A Senhora Presidente diz aqui, no “bom caminho”, “estamos satisfeitos pelas conquistas até ao momento conseguidas e cito apenas como exemplo o Edifício dos Paços do Concelho e a emblemática Estação dos Caminhos-de-ferro”. Quando a Senhora Presidente diz que estão satisfeitos com as conquistas, está satisfeita com o quê? Com as obras do teto do Palácio dos Távora?! E com a emblemática Estação dos Caminhos de Ferro de Mirandela?!

Senhora Presidente, eu até duvido que a Senhora Presidente possa ter feito esta primeira página, mas agora a seguir, duvido que a Senhora Presidente tenha visto e controlado este Boletim Municipal.

Eu louvo as iniciativas ao abrigo da Covid-19, está fora de questão, já lhe tecemos aqui os elogios, a Senhora Presidente é profissional a cumprir as normas da DGS, mas depois tem aqui uma fotografia em dia de Páscoa ou de Ressurreição, na qual a Senhora Presidente proibiu o acesso a cemitérios, onde as famílias se viram privadas de se despedirem condignamente dos seus entes queridos falecidos, a Senhora Presidente em dia que os cemitérios estavam proibidos, deu-se ao deslante neste Boletim Municipal, de colocar aqui a fotografia que mostra que esteve no cemitério nesse dia. Só pode estar a gozar com esta Assembleia Municipal, mesmo depois de lhe termos chamado à atenção.

Falamos também que disponibilizou os “Bungalows” do Parque de Campismo de Mirandela aos profissionais de saúde, uma vez que estavam privados de conviver com os seus familiares, isto é uma humilhação aos profissionais de saúde, num dia de hoje tão fresco e arejado, estão a imaginar o Senhor Doutor, ou a Senhora Enfermeira ou um Auxiliar de Saúde de chinelo, ir a um balneário coletivo, altamente refrigerado, tendo em conta a temperatura ambiente, ir tomar o seu banho, fazer a sua higiene e voltar para o local de trabalho.

Depois a Senhora Presidente diz aqui: “Foram entregues gratuitamente computadores a 200 crianças”, foram 295, houve 352 pedidos, quer dizer que 16 % das crianças não tiveram computador. Isto é uma falta de rigor.

Está aqui a dizer que ofereceu a fatura da água do mês de março, mas sabemos que há municípios que estão a pagar mais água, é verdade que estão a pagar menos impostos municipais, menos IRS e menos IMI, mas depois estão a ser cobrados valores exagerados de água, onde a Câmara Municipal se anda a autofinanciar.

E esta fotografia do Santuário de Nossa Senhora do Amparo, sabe o que é que disse o Senhor Bispo no ato da inauguração que a Senhora Presidente não disse, é que a Senhora Presidente não foi capaz de elogiar os homens construtores do anterior Executivo, sabem o que é que lhe disse o Senhor Bispo? “Quem não elogia os homens construtores da obra, não pode evocar a palavra de Maria”, continua a não aprender.

Passados três anos continua a remover o lixo do Cachão?!

Senhora Presidente diz aqui: “Mais saber, mais saúde”, o carro de saúde vai vir?! É que fez tanta falta neste período da Covid-19.se é importante o carro de saúde que venha mesmo Senhora Presidente, porque de saúde a Senhora Presidente nunca falou sobre o Hospital de Mirandela.

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fiquei com a ideia que já perdemos a questão em Cedães, porque a Senhora Presidente falou num logradouro, uma via pública não é um logradouro, são conceitos completamente diferentes no urbanismo e eu não queria ver a Senhora Presidente de Câmara a dizer que aquilo é um logradouro, aquilo é uma rua pública.

A mim parece-me que já perdemos a questão, porque a Senhora Presidente quando fala num logradouro, um logradouro é uma coisa, uma via pública é outra, ali não há logradouro, há uma via pública. Aquilo é uma rua, por isso é que é da gestão da Câmara Municipal.

Eu não quero sair daqui com a sensação que já perdemos ali aquela questão por falta de força política perante os Técnicos Municipais e perante a Fiscalização Municipal, porque não se pode andar de Pareceres em Pareceres e não podemos andar a ver uma coisa e depois escrever outra completamente diferente. A Senhora Presidente tem de defender os interesses dos mirandenses de todo o concelho e tem de defender o interesse público e aquilo é uma rua pública, não é um logradouro, porque se fosse um logradouro nem sequer estávamos preocupados com isto, o assunto estava arrumado.

Não quero que a Senhora volte a dizer isso, a Senhora falou em logradouro, esqueça o logradouro, aquilo é uma rua pública, são conceitos completamente diferentes.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *ANDRÉ GERALDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero retribuir um grande abraço ao Senhor Deputado *José Manuel Pavão*, da mesma forma que o Senhor Deputado já tinha saudades de estar presente, nós também já tínhamos saudades de o receber.

Vou fazer um comentário para sossegar o meu colega Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *Carlos Pires*, Carlos podes sossegado que eu já acompanho estes projetos de projeção há mais de uma década e podes estar sossegado que a primeira pessoa a ter conhecimento de causa, que até tens de passar uma declaração em como não há nada de contrário que tu vejas para a dita prospeção, tu és das primeiras pessoas a saber, portanto aguarda sossegado que não avança nada a nível de legalizações, de autorizações para prospeção sem o teu consentimento.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço a oportunidade que me dão para esclarecer algumas das questões, porque dadas as limitação de horários que temos, posso não ter sido explícita em algumas respostas.

Relativamente ao Senhor Deputado *António Figueiredo*, vamos dizer tudo aquilo que está por trás das horas extraordinárias, que não é muito, mas infelizmente, não vou citar nomes, vou referir-me só a pessoas sem referir os nomes, uma vez que é minha obrigação defender a identidade dos interlocutores.

A Câmara Municipal de Mirandela tinha no início do nosso mandato alguns funcionários que pertenciam a outras instituições alocados a serviços municipais, ou seja, estamos a falar de dois funcionários, um deles que fazia serviço a tempo inteiro sem direito a horas extraordinárias, que era quadro da Esproarte e que trabalhava aqui no Auditório, horas a fio sem direito a horas extraordinárias, todos sabemos a quem nos estamos a referir, todos sabemos que mesmo as pessoas que trabalhavam aqui e que não eram quadro da Câmara Municipal, não deviam trabalhar aqui uma vez que o direito ao seguro de trabalho é nas instituições a que diz respeito e de facto havia duas pessoas que estavam alocadas aqui no Auditória e na portaria da Câmara Municipal, que não eram quadros do Município.

Esses trabalhadores não tinham direito a horas extraordinárias, pois não eram funcionários da Câmara Municipal. Retomando esses dois trabalhadores horários de trabalho e efetivação na Esproarte, houve a regularização dessa situação. E houve mais, houve mais trabalhadores que estavam a assumir funções na Câmara Municipal e que pertenciam a outras instituições, nomeadamente da Associação Comercial e Industrial de Mirandela, uma trabalhadora que estava alocada ao Posto de Turismo, que fazia sábados e domingos e que não eram pagas horas extraordinárias, porque a Câmara Municipal não pode pagar horas extraordinárias a funcionários de outras instituições.

Quando eu me refiro que a Câmara Municipal neste momento paga horas extraordinárias, pelo cinema, pelos eventos, pelas Feiras, é porque a Câmara Municipal tem alocada a estes serviços funcionários da Câmara Municipal e não de outras instituições.

Quando eu entrei, no início do mandato, de facto não eram pagas horas extraordinárias porque os trabalhadores afetos pertenciam a outras instituições. Isso justifica que muito do dinheiro hoje em dia pago aos trabalhadores da Câmara Municipal, não era pago aos trabalhadores de outras instituições, daí o aumento do pagamento de horas extraordinárias nos serviços de cultura.

Em relação a outras situações, como houve o aumento, a atualização salarial, a percentagem paga por horas extraordinárias é afeta ao aumento do salário e por isso este aumento também é justificado pelo aumento dos salários porque houve o desbloqueamento dos escalões, ou seja, ao trabalhadores passaram para um escalão superior e o pagamento das horas extraordinárias é feito conforme o preço pago por hora de cada trabalhador.

Não sei se fui clara, na altura não quis estar a referir estas situações, porque são situações particulares.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Senhora Presidente agora fez um discurso não retórico, mas de manifestação e isso já é louvável.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, muitas vezes os Senhores dizem que as minhas respostas só se baseiam no passado, não queria estar a falar de trabalhadores, não queria estar a expor as pessoas. Mais que eu, o Senhor Deputado já está aqui há muitos anos, já conhece as pessoas, já sabe do que estamos a falar, isso é do conhecimento público, aliás, todos os que estamos aqui nesta sala sabíamos que tínhamos aqui um trabalhador que não pertencia aos quadros da Câmara Municipal, pertencia aos quadros da Esproarte, era a Esproarte que pagava através do POCH, um fundo comunitário, um trabalhador que estava 100 % ao serviço da Câmara Municipal, tanto ele como outra Senhora que estava na portaria da Câmara. Isto é sim uma irregularidade. Não é retórica o que eu fiz, o que eu fiz foi tentar proteger as pessoas de quem estamos a falar.

Os Senhores Deputados acusam-me sempre de estar sempre a falar no passado, isto é passado, porque neste momento o pagamento das horas extraordinários é feito devidamente, com a autorização do Chefe de Divisão e com a salvaguarda de que as pessoas estão efetivamente a trabalhar, mal seria que o Chefe de Divisão ou o responsável pelo serviço autorizasse horas que não fossem efetivamente dadas a trabalhar, aliás, hoje em dia com a nova plataforma de registo eletrónico as pessoas têm de trabalhar para que seja pago o dia e para que sejam pagas as horas extraordinárias.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, agradeço a atenção que deu ao Boletim Informativo, vejo que está informado sobre o conteúdo, sobre as imagens e que tem estado atento ao Boletim Informativo, o que também me deixa bastante satisfeita, é porque de facto é um Boletim apelativo e que motiva o interesse e a leitura atenta áquilo que diz respeito.

Relativamente às questões que colocou e outras que já falamos aqui, dizer-lhe que eu não controlo o Boletim. É uma iniciativa da Câmara Municipal e por isso o controlo das informações, não me parece fazer parte da atividade de qualquer político, nós escrevemos as partes que nos dizem respeito, as restantes são feitas pelos serviços municipais, bem como por exemplo a Informação da Presidente, que não é feita por mim, é feita por um aglomerado de serviços, que enviam a informação e depois a mesma é acoplada, nunca eu retirei uma linha de nenhuma informação dos serviços, o controlo de que fala não é minha função e como sabe eu sou uma democrata e por isso acabo por concordar com aquilo que os serviços enviam.

Relativamente aos Bungalows, lamento informá-lo, mas não conhece os *Bungalows*, uma vez que não considero nenhuma humilhação aos profissionais de saúde, os *Bungalows* estão dotados de uma casa de banho privativa e por isso não me parece ser nenhuma humilhação aos profissionais de saúde, existirão outras pessoas que vivem com menos condições e diariamente, não por um período de tempo longo.

Quanto ao autofinanciamento, dizer-lhe que não há autofinanciamento nenhum, o financiamento da Câmara Municipal são os financiamentos que vocês conhecem, o FEF, nunca vai buscar dinheiro aos municípios, antes pelo contrário, estamos a devolver dinheiro aos municípios.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *António Martins*, este é um processo que estamos a acompanhar, como digo não é um processo fácil e eu gostava que fosse corrigida a minha intervenção quando digo logradouro, eu queria dizer junto ao logradouro.

Ordem do Dia

4 - Período da Ordem do Dia.

4.1 - Aprovação às alterações ao Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela - Inclusão dos n.ºs 6 e 7 do artigo 16.º e inclusão dos n.ºs 5 e 6 no artigo 55.º.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Como sabem, houve algumas alterações a nível de Assembleia que tiveram que ser vertidas para o Regimento. A Comissão do Regimento reuniu, mais uma vez, para fazer esses acertos e já procedeu à proposta que os Senhores Deputados receberam via *e-mail* das alterações do Regimento as quais iremos discutir e posteriormente votar.

Passo a palavra ao Senhor Secretário da Assembleia Municipal para transmitir concretamente o que foi alterado, embora esteja descrito no novo Regimento que foi previamente enviado.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como referiu o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a aprovação a estas alterações ao Regimento que agora, aqui, são colocadas, deve-se a duas inclusões em dois artigos. Uma por imperiosa necessidade, que é o artigo 16.º - Sessões e Reuniões, por força da decisão da Assembleia Municipal de autorizar as transmissões *online (live streaming)* na Sessão de Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2020 e posteriormente através da aprovação do Regulamento na Sessão de Assembleia Municipal de 06 de junho de 2020. A outra alteração efetuou-se no artigo 55.º, com a inclusão de dois pontos. Aqui, não se deve a uma imperiosa necessidade de inclusão, mas surgiu da oportunidade de aperfeiçoarmos este artigo referente às Comissões Permanentes de forma a dar-lhe outra eficácia e consistência.

Portanto, aquilo que é proposto aprovar em termos de alterações ao Regimento é a inclusão do ponto 6 e 7 no artigo 16.º - Sessões e Reuniões em que o 6.º ponto tem a seguinte redação: "Por deliberação da Assembleia Municipal de Mirandela, de 28 de fevereiro de 2020, as suas sessões/reuniões podem ser transmitidas por áudio/vídeo em direto e online (live streaming)." Ponto 7: "A forma, meios e condições da transmissão das sessões/reuniões são as constantes no seu Regulamento, aprovado na sessão da Assembleia

Municipal de 6 de junho de 2020.”. Como referi, esta era uma imposição decorrente das votações anteriormente expressas nas duas Sessões de Assembleia Municipal mencionadas.

A outra alteração, resulta de facto daquilo que foi sendo a prática do funcionamento da Comissão Permanente em que aproveitamos esta oportunidade de reunir a Comissão de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela para incluir o ponto 5 e o ponto 6 por forma a dar-lhe maior eficácia e consistência, em que ponto 5 diz respeito, nomeadamente, à figura do suplente na Comissão Permanente. Assim, o ponto 5 diz: “*Em caso de ausência ou impedimento, o membro efetivo da comissão permanente pode ser substituído pelo membro suplente, previamente indicado em assembleia municipal.*” O ponto 6 diz: “*Para efeitos do número anterior, deverá o membro efetivo informar a Mesa da Assembleia Municipal da sua ausência com, pelo menos, 48 horas de antecedência da data da respetiva reunião.*”

São estes quatro pontos referentes as estes dois artigos, 16.º e 55.º, que é proposto para aprovação da Assembleia Municipal.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as alterações ao Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela - Inclusão dos n.ºs 6 e 7 do artigo 16.º e inclusão dos n.ºs 5 e 6 no artigo 55.º.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Na sequência desta aprovação e dado que está incluso, agora, no Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela a figura de suplentes na Comissão Permanente, foi pedido aos Líderes dos Grupos Parlamentares a nomeação de um suplente. Já tenho a lista em minha posse, para a qual peço a anuência dos Senhores Deputados.

CDU - Senhor Deputado *Jorge Humberto* (Não tem suplente, porque é apenas um membro);

CDS/PP - Senhor Deputado *José Faustino da Cunha*;

PSD - Senhor Deputado *Humberto Cordeiro*;

PS - Senhor Deputado *José Trovisco*;

Bancada dos Independentes - Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Agueiras, *Manuel Fontes*.

Alguém vê algum inconveniente nesta nomeação de suplentes?

Não havendo, serão efetivamente, e aqui aprovados em Assembleia Municipal, como suplentes da Comissão Permanente os Senhores Deputados mencionados.

4.2 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Congratulo-me pela vasta participação do Executivo na gestão, mas quero realçar a minha congratulação por na página 15 se citar a constituição de apoios aos estudantes.

Regozija pela iniciativa. De facto, é através da Educação que se pode ir mudando o tecido de um país e um concelho. Não sei se os 750,00 € por estudante são pelo ano inteiro, julgo que sim. É pouco, é parco, mas espero que em orçamentos futuros possa ser maior.

Julgo que no Regulamento devia haver qualquer referência à questão do aproveitamento, isto é, os alunos precisam de uma certeza de que vão ter apoio, não é num ano, mas no ano seguinte já não têm e têm que vir para casa, ou seja, têm que trabalhar para continuar a ter o apoio e terem de atingir um aproveitamento específico senão o apoio acaba.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer a intervenção do Senhor Deputado *Faustino da Cunha*. Quanto a esta atribuição de bolsas, a bolsa de estudo é no valor de 750,00 €, sendo atribuídas a 20 estudantes do concelho que ingressem ou frequentem o ensino superior. O investimento é de cerca de 15.000,00 €, foi o possível este ano. Para o ano pensamos poder incluir no Orçamento uma verba superior, mas obviamente que a finalidade é apoiar o prosseguimento do estudo a famílias carenciadas que pela condição da insuficiência económica do agregado familiar se veem impossibilitados de o fazer.

As candidaturas vão decorrer até novembro que é a terceira fase dos concursos.

A visão do Executivo é de que é importante a formação de quadros técnicos superiores e a igualdade de oportunidades entre todos os mirandelenses e é no sentido de alargar o apoio quer no montante atribuído, quer ao número de famílias carenciadas.

Esta foi a primeira vez que o Município está a atribuir estas bolsas para os estudantes que ingressem no ensino superior. Temos consciência que, face a esta pandemia, as condições económicas em muitas famílias pioraram, por isso, são fundamentais estes apoios. Apesar de o valor ser insuficiente é o possível este ano letivo.

Faremos depois a avaliação do número de candidaturas e os agregados familiares a quem foram atribuídas.

4.3 - Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 02 de julho de 2020, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal o Regulamento do Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *HUMBERTO CORDEIRO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A criação de um Órgão Colegial para um ano como é o caso do Conselho Municipal de Agricultura, proposto pela autarquia, num país onde o Ministério da Agricultura tem instalado Direções Regionais de Agricultura e Pescas e estas, delegações, zonas agrárias, muitas associações de agricultores e cooperativas, dotadas de recursos humanos, materiais e financeiros com conhecimentos técnicos e científicos de altíssima qualidade que lidam diariamente com os problemas relacionados com agricultura, florestas e pecuária - no caso do concelho de Mirandela, desde meados do século XIX - é no meu entender, muito estranho e sem qualquer razão de ser.

Dado o elevado número e algum protagonismo de conselheiros, faz-me desconfiar que podemos vir a ter alguns, como Capitães, Coronéis e Generais na próxima batalha eleitoral.

O Executivo da Câmara Municipal de Mirandela, ao pretender criar o Conselho Municipal de Agricultura, está a passar um verdadeiro atestado de menoridade e de inoperância à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte e às organizações da lavoura acima referidas.

Segundo este regulamento, irá utilizar os instrumentos e as fontes de informação produzidas e divulgadas pelo próprio Ministério de Agricultura e respetivos organismos descentralizados, as Direções Regionais de Agricultura.

Os Programas, os Planos de Ação, as estratégias mencionadas no preâmbulo do regulamento em análise, são instrumentos difundidos e implementados por técnicos preparados em todas as especialidades e categorias pelas Direções Regionais de Agricultura e organizações dos lavradores.

Por isso, a criação do Órgão Colegial, como o Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela, não acrescentará nada à lavoura e seus lavradores porque, todos sabemos que as propostas, conselhos e pareceres, nunca são vinculativos. Por esta razão a sua importância, seja qual for o contexto, raramente influenciam decisões dos órgãos executivos.

Vejamos um exemplo: Lembro as propostas desta Assembleia Municipal e as suas relações com o órgão de poder executivo: Quantas vezes foram aceites as propostas, moções, pareceres etc., etc., apresentadas por esta Assembleia Municipal dirigidas ao Executivo? E as moções, as petições, etc. etc., remetidas ao Governo Central e não obtiveram nenhuma resposta? E nós não somos um Órgão Colegial, somos um poder deliberativo. Mesmo assim, a importância é quase nula.

Mais: Os Conselhos de organismos públicos sejam: Gerais, Locais Municipais, Regionais ou Nacionais, sejam do que forem, a maioria das vezes não reúnem por falta de Quórum e por isso raramente funcionam. Isto mostra a sua reduzida importância e elevada insignificância.

Servem tão só para consumir uns milhares de euros às autarquias e às instituições que os criam.

Parece-me até que a sua existência, poderá criar enormes constrangimentos às Associações de Agricultores locais e à própria Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, com sede em Mirandela.

E por falar em Sede, não me admirará nada, que a existência deste Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela, venha a reavivar pretensões muito antigas, adormecidas, que possam pôr em causa o estatuto de Sede deste importantíssimo organismo público, instalado em Mirandela há cerca de século e meio, em razão dos ambiciosos objetivos inscritos neste Regulamento, sobrepondo-se à missão da própria Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Ao votar a viabilização deste Regulamento visando a criação do Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela, tenham especial atenção, sobretudo este último aspeto. Perguntam vocês: porquê? Imaginem que nos retiram a SEDE da Direção Regional. A Direção Regional, nas Direções de Serviços de Administração e Finanças, Direção de Serviços de Planeamento e Controle tem cerca de 100 funcionários. A Direção, normalmente, quando muda arrasta consigo essas Direções de Serviços, ora, retira funcionários a Mirandela.

Sendo 100 funcionários que correspondem a cerca de 300 pessoas, isto significa que podem sair de Mirandela cerca de 150 pessoas.

Senhores Deputados, votem segundo a vossa consciência, mas sejam conscientes a votar.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se este Órgão Consultivo de apoio à decisão do Executivo municipal fazia falta antes do surto pandémico, agora mais falta faz ainda.

Na minha opinião, no futuro, a lavoura do concelho tem que estar preparada para situações desta natureza.

Todos sabemos das enormes dificuldades dos pequenos produtores para aceder aos grandes mercados, o que só será possível de ultrapassar reorganizando o setor, criando estruturas de apoio à produção, agregando essa mesma produção e conseguindo volume de negócios capaz de dinâmicas mais fortes.

Assim, este Conselho, constituído por representantes de entidades de diversos centros de decisão e diferentes áreas ligadas diretamente à agricultura em si, envolve também outras organizações com atividades conexas e representantes das forças políticas com assento nesta Assembleia Municipal.

Realço, aqui, a referência à representação do Grupo de Independentes.

Além disso, também congrega representantes de alguns serviços da Câmara Municipal das áreas do Ambiente, da Veterinária, da Proteção Civil e das Florestas, demonstrando a mais-valia de sentar à mesma mesa pessoas com diferentes sensibilidades, diferentes saberes, qualificações e competências.

A terminar, não posso deixar de referir a ideia algo estranha, para mim, confesso, hoje mesmo aqui ventilada e já em tempos atrás, de que este Conselho poderia vir a constituir um “golpe de misericórdia” para a Direção Regional de Agricultura, insinuando até, como acabamos de ouvir, que poderia até ter a pretensão de se substituir a esse organismo diretamente dependente do Estado, de âmbito regional e com sede em Mirandela. Nada mais ridículo, a meu ver. Seria quase o mesmo que afirmar que o Conselho Municipal de Segurança pretenderia, porventura, também substituir a PSP em Mirandela.

Na verdade, também quero acrescentar que houve oportunidade de pronúncia, Senhor Deputado *Humberto Cordeiro*, em sede de consulta pública e não foi feito.

Penso que neste aspeto eu próprio sou insuspeito quanto às questões da Direção Regional de Agricultura, onde ainda sou trabalhador do quadro e serei provavelmente até me reformar. Portanto, quando porventura sair destas funções na Câmara Municipal tenho grande esperança de que este Conselho continue a funcionar como se espera e como se deseja.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Perante este Regulamento do Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela, não sei se porventura estão a criar um organismo, um órgão, um Conselho Municipal de Agricultura ou um órgão político. A Câmara Municipal quer que este órgão seja político e se calhar também técnico.

Se porventura for técnico, enfim... Com tantas associações na área, com tanto Técnico Superior especialista de currículos invejáveis, se é para delinear uma estratégia em relação à Agricultura, acho que tem momentos do dia que este deve ser dos conselhos que tem mais licenciados na área de Agricultura no país por m².

Portanto, se é para delinear uma estratégia técnica, uma estratégia para a Agricultura local, parece-me que existem outros instrumentos muito mais fáceis de gerir e possivelmente muito mais profícuos na ação.

Se é um conselho político só pode ser por causa da fragilidade da Senhora Presidente da Câmara, sendo ela também uma Técnica da Direção Regional de Veterinária, não se sente com a força capaz politicamente para defender a Agricultura do concelho de Mirandela.

Senhora Presidente, está a constituir um órgão com 20 Técnicos.

Coordenadora do Serviço Municipal de Proteção Civil. Peça-lhe um parecer, é sua colaboradora. Sob pena de lhe dizer uma coisa de um lado e depois num órgão destes, que porventura require alguma independência, dizer outra.

No Regulamento diz: “As entidades que não se façam representar em duas reuniões consecutivas ou três interpoladas sem apresentarem justificação, ficarão suspensas pelo período de um ano.” e depois diz que não controla nada. Como quem diz: “toma lá um cartão amarelo, rua daqui para fora.”

Senhora Presidente, esta Assembleia Municipal está farta de nomear comissões que são improdutivas, porque ninguém se entende. Até tem Conselhos Municipais de Educação depois do ano letivo começar quando deviam ter sido ouvidos muito antes. Encontrar o objeto e a oportunidade política para podermos ser interventivos e a favor, na altura, da Educação em relação ao funcionamento do ano letivo em causa, quando não estão lá instituições como o Agrupamento de Escolas de Mirandela e o Senhor Diretor que é detentor de uma informação, a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Vereador que são detentores de informação que mais ninguém tem, teríamos dificuldade de ser oportunos nas nossas intervenções.

Este órgão que a Senhora Presidente pretende levar para a frente é só porque a Presidente de Câmara não tem força suficiente para defender a Agricultura do concelho de Mirandela.

Se por ventura sente alguma ameaça em relação à Agricultura do concelho de Mirandela, manifeste-a publicamente. Assuma as suas responsabilidades políticas que foi para isso que foi eleita, a não ser que cada dia que passe a Senhora Presidente de Câmara tenha cada vez mais ou menos força política, quer localmente, quer distritalmente, quer a nível nacional.

Encontrou-se recentemente com a Ministra da Agricultura, se porventura tiveram alguma conversa que a tenha desagradado a ponto de propor este Conselho Municipal de Agricultura.

Portanto, se é sua pretensão, Senhora Presidente, tendo em conta os argumentos ainda vou pensar no pouco tempo que me falta para determinar o meu voto. Agora, uma organização - eu contei 20, já contaram 40 membros, onde há uma duplicação... Até há um representante dos Serviços Municipais com competências na área do ambiente. Senhora Presidente, trabalham na Câmara Municipal, peça-lhes pareceres e apresenta-se na Reunião de Câmara, no Conselho Municipal de Agricultura devidamente documentada, sob pena de lá também ser a Veterinária e não ser a representante da Câmara Municipal, aquela que foi eleita pelo povo para defender os interesses da Agricultura e das associações locais que a maior parte delas são eleitas democraticamente, porque não sei até que ponto uns têm mais poder que outros quando elas são todas eleitas democraticamente.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agora entendo porque é que alguns agricultores se queixam que a Câmara tem sido pouco proactiva no desenvolvimento da Agricultura, porque é que se deixou o Cachão chegar à posição em que está. É que não havia um Conselho Municipal de Agricultura. Agora há ou vai haver.

Não sei se são 20 se são 40 membros, se contar bem são 40, porque as comissões todas que aparecem no Regulamento a certa altura todos eles a poderem nomear um representante de cada uma das organizações dos setores agrícola, pecuário, florestal, apícola, da caça e da pesca nas águas interiores e de defesa do meio ambiente, bem como de agrupamentos gestores de Denominações de Origem e Indicações Geográficas Protegidas (DOP e IGP)... Só desta sala são cerca de 10. É ineficiente.

Ainda por cima a “trabalho pro grátis”, “pro bónus”, sem remuneração.

Sei que há aqui umas comissões que podem desenvolver, mas não coloco questões a isso, é mais um, não tenho problema nenhum em votar favoravelmente. Só que no artigo 5.º diz: “*O Conselho tem o dever de colaborar com todos os órgãos municipais, (...)*”. Ora, um Conselho quando dá pareceres não está sujeito à política de ter que colaborar. Dá o parecer que entende tecnicamente, senão parecem aquelas reuniões que agora o Governo faz com a Saúde em que depois os políticos resolvem o que entendem. Ouviram os Técnicos e depois vão falar. Não. O Conselho tem o dever de emitir pareceres. É evidente que a pedido dos órgãos da autarquia. É neste sentido, não é para colaboração.

No artigo 7.º há a questão das entidades que faltam. Já pertenci a um destes Conselhos e também sei que uns faltam e outros vão, até as forças públicas entre outras, vai tudo. Porque é que não há uma referência à comunicação de ausências para quem os nomeou poderem saber que faltaram? Como se faz com os Senhores Presidentes de Junta que quando faltam a estas Assembleias julgo que segue uma comunicação para a Junta de Freguesia pelo menos para a Assembleia de Freguesia saber que o Senhor Presidente esteve ou não esteve, participou ou não participou.

O artigo 17.º refere-se à aprovação dos pareceres, mas estes pareceres das comissões, das comissões que são nomeadas, depois emitem pareceres e eles serão aprovados? Porque, ao que parece, no desenvolvimento das reuniões - reúnem quatro vezes por ano - não dá para emitir lá os pareceres. Os pareceres têm que ser aprovados em alguma sessão. Vêm à Assembleia Municipal? São aprovados em alguma das comissões e depois vão a uma reunião plenária deste Conselho? Ao que parece, este Conselho tem a obrigação de reunir quatro vezes por ano, mas não diz que têm uma ordem do dia, têm que analisar e dar pareceres dos pareceres anteriores. Um parecer pode ter que ser emitido em oito dias, em seis dias, em três dias se é um assunto, por exemplo, com um problema num rio, tendo de haver parecer imediato.

São estas dúvidas que deixo e que gostaria de ver contempladas, porque oxalá que a agricultura tenha apoio na Câmara Municipal de Mirandela.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Há Deputados que estão a pedir a palavra. Quem interveio já passou o seu tempo, de maneira que não vamos alongar. Peço desculpa, mas não posso dar a palavra sobre este assunto. Inclusivamente a Senhora Presidente vai responder e só vai poder levantar questões quem interveio. É o que dita o regimento.

O Senhor Deputado *Humberto Cordeiro* teve o seu tempo, não houve ainda resposta acerca daquilo que formulou, acho que não é oportuno falar agora. Vamos ver quais são as respostas que lhe dão e em função disso poderá ter essa oportunidade. Já mostrou as suas apreensões, as questões foram levantadas, a Senhora Presidente de Câmara - que é a Presidente desta Comissão, se for aprovada - irá responder.

A Mesa da Assembleia Municipal também tem algumas opiniões, reconheceu a apreensão do Senhor Deputado, nunca é de mais termos esse tipo de preocupações, embora nos pareça que, quer a Câmara - Executivo, quer os Agricultores, quer as pessoas envolvidas, todos pretenderão que a Direção Regional de Agricultura se venha a manter em Mirandela.

Houve outras questões que foram levantadas que a própria Mesa se interroga. Um representante dos Serviços Municipais com competência na área do Ambiente, já é um colaborador da Câmara, já está lá, não deveria fazer parte desta comissão. A Coordenadora do Serviço Municipal de Proteção Civil também é uma funcionária da Câmara...

Que isto é uma comissão política, naturalmente que é, tal como o Executivo é um órgão político. Agora, esse órgão político e republicano ter, olhos e os ouvidos no terreno que lhe possam prestar informações, parece-me ser esse o objetivo da comissão, não será nada de mais. Fico naturalmente preocupado se ele não vier a ter utilidade prática, como alguns exemplos de comissões que não funcionam.. Não posso deixar mais uma vez de referir, e esta questão é uma crítica, o exemplo da Comissão de Segurança, que é tao importante, mas ainda nunca reuniu.

Por outro lado, há possivelmente aqui elementos a mais, particularmente os representantes da caça e da pesca. Qual é a mais-valia desses representantes nesta comissão?

Mais: Porquê um Presidente de Junta apenas a representar todos os Presidentes das Juntas. Um representante? É pouco. Os Senhores Presidentes de Junta deveriam estar todos cá, porque nas suas áreas conhecem melhor do que ninguém os problemas dos Agricultores.

São questões que de facto não foram levantadas e a Mesa também tem o direito de as levantar e para as quais gostaríamos de ver respostas da Senhora Presidente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não se trata de uma Comissão, é um Conselho Municipal de Agricultura. Não posso deixar de reler o texto da proposta, porque acho que há pouco esclarecimento relativamente à interpretação que vem no texto da mesma.

“Pretendendo-se, através deste Conselho Municipal de Agricultura, impulsionar a reflexão e debate, partilha de conhecimento, articulação, coordenação, informação e cooperação, no sentido de promover e desenvolver essas funções entre entidades que, na área do Município de Mirandela, têm intervenção ou estão envolvidas, especialmente, nas atividades do setor primário, nomeadamente agricultura, pecuária, produção florestal, caça e pesca nas águas interiores, analisando a situação atual e apontando linhas estratégicas de potenciais investimentos que visem melhorar as dinâmicas económicas e a valorização dos espaços rurais do território do concelho de Mirandela.”

Lida que está uma parte da proposta não há razão de ser para estas dúvidas, mas entendo-as. Entendo-as porque - e respondendo concretamente às questões levantadas pelo Senhor Deputado *Humberto Cordeiro* que, como sabe, somos da mesma família da Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte e muito me orgulho por à época termos conseguido que a sede da Direção Regional ficasse em Mirandela - as preocupações são legítimas, mas quero dizer que a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte tem conhecimento desta Proposta de Conselho Municipal de Agricultura e acham uma excelente ideia poderem participar nas reuniões deste Conselho, uma vez que cada vez mais se trabalha em rede, se trabalha com partilha de informação, se trabalha com

conhecimento e informação e tendo nós um órgão em que podemos juntar as associações, produtores, representantes de produtos de qualidade, Estado, Município e todas as áreas de promoção de Agricultura. Somos um concelho agrícola, somos um concelho onde a agricultura tem de estar num papel primordial, não só para o desenvolvimento de estratégias comuns, mas também para podermos ter capacidade de nos unirmos em torno de objetivos comuns.

Falo, por exemplo, num plano de regadio. É fundamental, termos pelo menos um plano municipal de regadio. É fundamental que haja este investimento e é um projeto que eu, como sabem, tenho como compromisso ter um Plano Municipal de Regadio. Não se consegue fazer pequenas charcas, pequenos regadios, a agricultura sem água não tem futuro. Todos sabemos disso.

Se o Município de Mirandela está a dar este primeiro passo para potenciar a nossa agricultura, para poder potenciar e colocar à mesma mesa os principais atores só temos que aplaudir, apesar desta proposta vir do Executivo. Portanto, a capacidade da Oposição valorizar as propostas também depende da sua capacidade de interpretar as mesmas.

Não é nada concorrencial ao que já existe. O Conselho Municipal de Educação não faz nenhuma frente ao Agrupamento de Escolas, ou seja, somos complementares à atividade.

Quando o Senhor Deputado diz que a importância é quase nula, parece-me que está a ser redutor relativamente aos objetivos e estranho até que um Técnico Superior da Direção Regional da Agricultura não dê importância a um Conselho Municipal de Agricultura.

Isto é valorizar a Agricultura no nosso concelho, isto é dar espaço às associações, é dar voz ao atores locais e é potenciar a agricultura no concelho de Mirandela. Portanto, estranho a posição do Grupo Parlamentar do PSD, pelo menos os Senhores Deputados que intervieram, relativamente a esta questão.

Como é que a sede da Direção Regional de Agricultura pode ser posta em causa por um Conselho Municipal de Agricultura? De facto, ou não estão enquadrados na política nacional ou não sabem qual é o objetivo de um Conselho Municipal de Agricultura. Estamos em patamares completamente distintos, as decisões de localização de sedes de vários organismos, aliás, foi o próprio PSD que tirou daqui vários serviços. Não foi uma decisão local, foi uma decisão nacional, foi uma decisão do Governo, como a decisão de colocar a sede da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte. Foi uma decisão do Governo do Partido Socialista e eu tive a honra de poder participar nessa decisão.

Não há nenhuma sobreposição de competências, há uma complementaridade e é dar voz a todos aqueles que trabalham na agricultura do concelho. Tenho a certeza absoluta que, quer as associações, quer todos os dirigentes associativos, quer a Direção Regional vê com “muito bons olhos” este Conselho Municipal de Agricultura, que acho ser fundamental para termos à mesma mesa os principais atores.

Falo, por exemplo, de alguns produtos que é muito importante valorizar muitos produtos agrícolas que são a fonte de rendimento das nossas Freguesias.

Portanto, a interpretação enviesada de tudo o que é um Conselho Municipal de Agricultura é que é preocupante. É que, de facto, não houve a interpretação de quais são os objetivos, qual é a visão estratégica e onde é que pretendemos chegar.

Quando se fala, por exemplo, na questão de ser um órgão político, um Conselho Municipal de Agricultura é como todos os outros Conselhos Municipais. É um órgão consultivo, é um órgão que reúne e apresenta propostas, debates, reflexões, quais são as linhas estratégicas.

O que posso dizer é que mesmo os quadros técnicos que estão aqui que são do Município, não são empregados do Município, são colaboradores no Município e se estão é porque são atores locais que estão implicados diretamente com a área da agricultura.

“Vão custar milhares de euros”? São todos a título gratuito. Ninguém recebe nenhuma comissão, nem nenhuma senha de presença, ao contrário de algumas comissões.

Dizer-se que o Conselho Municipal de Educação não reuniu? Reuniu antes do início do ano letivo, dia 15 de setembro, reuniu depois do ano letivo e vai reunir todas as vezes que seja necessário, porque existe o risco de contágio da COVID-19, portanto, tem que haver reuniões regulares e temos que estar todos unidos para encontrar soluções.

Em relação à força da Presidente de Câmara, quero dizer que essa medição não me parece que seja aqui colocada em causa.

Acho que todos os Senhores Deputados e todos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia deveriam votar favoravelmente esta proposta, porque é importante que haja a colaboração de todos para a agricultura. Somos um concelho agrícola.

A Câmara Municipal está a desenvolver um Regulamento de Apoio à Produção Pecuária, que já foi aprovado, portanto, vamos continuar a sentar à mesma mesa, como conselho consultivo. Esperemos que este Conselho Municipal de Agricultura seja uma realidade e trabalhe em prol da agricultura do nosso concelho.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Está dada a explicação em relação aos colaboradores da Câmara Municipal de Mirandela.

Quando à proposta apresentada poder estar sujeitar a algumas alterações, possivelmente isso deveria ter sido feito atempadamente.

No Regulamento refere: “Um representante de cada uma das organizações” e falaram que esses seriam cerca de 20 membros, depois referiram 40., mas atenção, serão naturalmente muitos mais. Por exemplo, quando se refere à caça e pesca, como exprimi há pouco, deixai-me esclarecer que só associações de caça no concelho de Mirandela há 27, 13 municipais, 13 associativas e uma turística. Se é um representante de cada, serão então 27 membros só do setor da caça. Não sei até que ponto é viável reunir tanta gente. No entanto permitam-me levantar a seguinte questão: poderá ser corrigido? Se este Regulamento for aprovado terá que ser publicado tal e qual em Diário da República.

Tal como, deixai-me também expor a seguinte dúvida: Há elementos desta Comissão que terão que ser nomeados em Assembleia Municipal, tais como os representantes de cada Partido e o representante das Juntas de Freguesia. Deverá ser feito hoje? Poderá ser feito posteriormente?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.
Julgo que pode ser feito hoje se a proposta for aprovada.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:
Também referi se a proposta for aprovada...

O Senhor Deputado *Agostinho Beça*, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, *Paulo Pontes* e o Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde, *André Geraldo* pretendem fazer uma Interpelação à Mesa.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dirijo-me à Mesa da Assembleia Municipal e é para esclarecer exatamente este aspeto que tem a ver com alínea i) do artigo 7.º. Faço um esclarecimento à Mesa, que foi precisamente o Senhor Presidente que questionou e vou procurar esclarecer se assim for aceite, sendo acerca dos representantes de cada uma das organizações de vários setores de atividade minimamente relacionada com a agricultura.

Diz na última parte da alínea i): “(...) que manifestem formalmente interesse em participar no Conselho.”. Portanto, duvido que todas essas organizações do setor da atividade de caça, porventura, venham a manifestar vontade de participar neste Conselho.

Por outro lado, a questão de nomear hoje, acho que não é adequado, porque é meu entender que só depois de formalmente aprovado, o que só se verificará depois da votação e publicação. Ou seja, não fará sentido hoje nomear quem for.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este esclarecimento por parte do Senhor Deputado *Agostinho Beça* foi mesmo esclarecedor. O facto de eu poder ser membro do Conselho não quer dizer que o venha a ser. Portanto, tem cerca de 30 pessoas, como disse o Senhor Presidente, mas não quer dizer que todos venham a demonstrar interesse. E se todos manifestarem interesse?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

É uma verdade, temos que aceitar. Vamos votar e a decisão final estará na “mão” dos membros da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *ANDRÉ GERALDO* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, acho que era de bom-tom esta comissão ser primeiro apresentada aos membros e nós votarmos posteriormente. Há uma questão que achava muito pertinente e deixava o desafio à Senhora Presidente. Da mesma forma como foram buscar um membro à Direção Regional, acho que era de bom-tom todas as associações que representam os agricultores na cidade ser convocado, pelo menos, um membro de cada uma.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:
Isso já está incluído.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra, 15 abstenções e 37 votos a favor, aprovar a Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Abstenho-me e faço declaração de voto. Espero que os ajustes que foram comentados possam vir no futuro a ser feitos para aperfeiçoar a comissão.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

A minha abstenção tem a ver com a formalidade em termos jurídicos daquilo que me foi apresentado. Irei para os órgãos judiciais tratar do assunto em termos de critério judicial em conformidade com a Lei, se o documento não se sobrepõe à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

----- O Senhor Deputado Municipal *HUMBERTO CORDEIRO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

“Eu, *Humberto António Cordeiro*, membro efetivo da Assembleia Municipal de Mirandela eleito pelo Partido Social Democrata, de acordo o estabelecido no número 1 do artigo 46º, do Regimento declaro que:

- 1- Considerando que, a criação de um Conselho Municipal de Agricultura não acrescenta mais-valias ao trabalho desenvolvido pelas Associações de Agricultores locais existentes e sobretudo à missão, às atribuições e competências da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, no essencial, os agricultores do Conselho de Mirandela estão bem representados;
- 2- Considerando que, a importância dos Órgãos Colegiais em geral, face aos órgãos executivos, para quem, por norma, se dirigem os seus conselhos, os seus pareceres e as suas deliberações, é praticamente nula;
- 3- Considerando também que o número elevado de conselheiros que integram o Conselho, podem conduzir à sua inoperacionalidade, constituem mais um custo que um benefício;
- 4- Considerando também que, face ao conhecimento profundo que detenho da Direção Regional de Agricultura, fruto de 38 anos de serviço que lhe prestei, e sabendo que das várias tentativas perpetradas, felizmente goradas, para nos retirarem a Sede deste valioso organismo público, receio que a criação do Órgão Colegial proposto, possa servir de mote para despertar “alagozes” adormecidos que gravitam por algumas localidades da vasta região que abrange o campo de ação da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte;
- 5- E finalmente considerando ainda, a minha estranheza, apenas a 1 ano de Eleições Autárquicas, vir o Executivo propor a criação de um Órgão Colegial, constituído por individualidades regionais com algum protagonismo, faz-me desconfiar que podemos vir a ter alguns, como Capitães, Coronéis e Generais na próxima “batalha” eleitoral.

Por estas razões e porque:

Gosto, defendo e luto para o bem na minha terra e da sua gente, só posso votar contra este Regulamento e a criação de um Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela.”

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Voto a favor, porque este Conselho surgiu por sugestão muito veemente de organizações da lavoura. Por outro lado, o documento poderia agora acolher as alterações que porventura viessem aqui a ser sugeridas e não vi que fosse formalizada nenhuma alteração.

A terminar, e um pouco à margem, esta era a declaração de voto. Só para esclarecer que não aceito esse tipo de insinuações, porque já por duas vezes, aqui em Assembleia Municipal, tive oportunidade de esclarecer bem o âmbito da Direção Regional de Agricultura e o facto de a sua sede ser em Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Foram 15 abstenções. Assim interpreto as 15 votações que foram pela abstenção: As explicações dadas não foram convincentes e que faremos, porventura, *mea culpa* se esta comissão, este Conselho Municipal vier a produzir tudo aquilo que a Senhora Presidente pretenda a bem da agricultura local, porque nesse dia vai ganhar a agricultura, vai ganhar a Câmara Municipal e também a Assembleia, aqueles que votaram contra e que se abstiveram, porque todas as votações têm um significado e nesse dia estaremos cá para fazer *mea culpa*.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE PIRES* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Abstive-me, porque não sei que é que votei. Sei o que estava em votação e vou explicar. Apercebi-me que foi dito ao longo da discussão, salvo erro, pela Senhora Presidente de Câmara, que esta proposta poderia ter ou careceria talvez de algumas correções e fiquei na esperança que, assim sendo, a proposta fosse retirada, fizessem as alterações e fosse presente novamente à Assembleia Municipal para votarmos. Portanto, francamente, não percebi o que é que votei e por isso abstive-me.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

O Senhor Deputado que me antecedeu acabou por dizer aquilo que eu pretendia dizer. Reconheço o mérito à Comissão, mas se efetivamente é intenção proceder a algumas alterações, deveria fazer-se essas alterações e depois vinha aqui novamente para ser votado. Era só essa sugestão que queria dar. Contudo, iria votar favoravelmente.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador *CRISTINA PASSAS* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Votei a favor e congratulo-me pela existência deste novo Conselho Municipal. Se no concelho de Mirandela precisamos de um Conselho Municipal de Educação, de Segurança, de Saúde, etc., em que estão representados todos os intelectuais do setor, os gurus, porque é que nós, Agricultores, não devemos ter direito a ter um Conselho Municipal? Temos esse direito, porque é uma das atividades mais importantes do nosso concelho.

Este Conselho Municipal tem que ser feito por pessoas que pensem, que tenham uma visão futura, porque Mirandela não é hoje. Temos que construir Mirandela de amanhã. Por isso, este Conselho Municipal, na sua nascença poderá ter sofrido algumas alterações e terem sido votadas neste momento. No entanto, é importante que este Executivo ou os outros que venham façam dele um órgão que seja estratégico a bem dos nossos pequenos agricultores e a bem do nosso mundo rural.

4.4 - Proposta de Aprovação de Lista de Candidatos/as a Juizes Sociais para o biénio 2020 – 2022.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16 de julho de 2020, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a Lista de Candidatos/as a Juizes Sociais (efetivos e suplentes), elaborada nos termos do art.º 33, do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, para o biénio 2020-2022;**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

É só para informar esta Assembleia que, cumprindo algum regulamento até administrativo, mas acima de tudo ética pessoal, como faço parte desta lista vou-me retirar da sala. As minhas palavras servem também para a Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não li o documento, peço desculpa. Quem são - já sei um - os Juizes Sociais? É o Senhor Deputado *Luís Mosqueiro*? Há 20. Quem são os 20?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, a lista foi remetida, mas forneço-lhe uma cópia.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não li o documento, peço desculpa. Só quero dar uma vista de olhos, porque há pessoas que não têm lugar para esse lugar e a pessoa que se apresentou, não voto nela. É um indivíduo que vive da “meritocracia” e eu não gosto dessas pessoas.

Já vi quem eram, das outras pessoas não tenho nada. A idoneidade acima de tudo e ele não é uma pessoa idónea para mim.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Deixem-me acrescentar que as candidaturas estiveram em aberto durante um longo período e foi do conhecimento geral, foram divulgadas em vários sítios, nomeadamente no *site* do Município.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra, duas abstenções e 44 votos a favor, aprovar a Lista de Candidatos/as a Juizes Sociais (efetivos e suplentes), elaborada nos termos do art.º 33, do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, para o biénio 2020-2022.

4.5 - Certificação Legal de Contas – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda. – Relatório 1.º Semestre 2020.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 10 de setembro de 2020, que se transcreve:

“A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Submeter este Relatório à apreciação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, estamos a falar da Certificação de Contas - Fernando Peixinho e visa a análise sucinta da situação económico-financeira à data de 30 de junho de 2020.

Não sei se este relatório é um *copy paste* e aquilo que foi dito sobre o Dr. *Peixinho* quando ganhou o concurso à PKF por um valor no dobro, onde foi dito aqui pela Senhora Presidente que ele iria prestar serviços que a PKF não prestava, nomeadamente ao nível do acompanhamento.

Parece-me a mim que este relatório, um conjunto de itens que aqui diz que ainda não estão implementados, nem se verificam num funcionamento dos serviços da Câmara Municipal de Mirandela, já são repetidos.

Permita-me que lhe diga. “Relativamente ao caixa, somos da opinião que devia ter um espaço independente dos referidos serviços de contabilidade para uma mais adequada segregação de funções.” Se a Câmara Municipal e esta entidade, os seus colaboradores tentarem implementar esta medida e se se verificar por razões diversas, uma delas porventura física, que não é possível, que se escreva aqui que a alínea a) do relatório de setembro deixou de vigorar neste relatório não porque esteja implementada, mas porque não é possível pelas seguintes razões.

Também está presente no relatório o seguinte: “Não ficamos convictos da total segurança relativamente à guarda dos valores em caixa.” Quem ler isto dá a sensação que a Câmara Municipal de Mirandela tem um conjunto de valores, nomeadamente os valores da caixa que estão um pouco desprotegidos e que deviam ser salvaguardados.

“As reconciliações bancárias têm que ser elaboradas tempestivamente por um funcionário da divisão financeira.” Mas é mesmo? Não faz, porquê? Porque não tem colaboradores? Porque não há vontade de fazer este acompanhamento e de se retirar, de uma vez, esta alínea?

Mais abaixo diz assim: “Os movimentos de mercadorias e de matérias-primas não são todos controlados pelo armazém (...).” Isto está a saque, Senhora Presidente? Eu sei que às vezes há requisições dos Senhores Presidentes de Junta, que a Câmara Municipal não tem um camião-grua e então o material sai do fornecedor e vai diretamente para a Junta. Mas que se escreva aqui isto.

Depois, diz: “Não se regista qualquer entrada, porque também não houve registo de saída correspondente. Por tais factos não é possível a mensuração dos ativos “inventários.”” Ao nível dos inventários deixe-me dizer-lhe isto: “Os *stocks* não coincidem com a unidade de medida pela qual é feita a descarga.”

Senhora Presidente, admito que até haja alguma ordem, a Câmara Municipal de Mirandela não esteja a saque, mas que este relatório de seis em seis meses ou das duas umas. Ou isto é *copy paste* ou o tal acompanhamento que a empresa quer fazer conjuntamente com a Câmara Municipal de Mirandela, na Câmara Municipal de Mirandela não está lá ninguém para o aturar. Então, isto anda de relatório em relatório que nos compromete a nós também, Deputados Municipais, porque não acredito em nada disto, pois de certeza que não há nada a saque na Câmara Municipal de Mirandela. Penso eu que não, dir-me-á a Senhora Presidente o contrário. Se calhar, pelo relatório até pode ter alguma novidade para nos dizer.

Na última página do relatório, já para resumir o assunto, diz assim: “No decurso do primeiro semestre de 2020 a evolução da exploração evidenciou uma tendência desfavorável consubstanciada numa diminuição dos rendimentos de 10%” - quer dizer que de receitas há 10% a menos - “e, os gastos aumentaram 5%, a que não é alheia a situação provocada pela Pandemia COVID-19.”

Depois diz assim: “(...) estima-se que as despesas relacionadas com a prevenção e combate à Pandemia possam atingir cerca de €200.000,00.” O quê? Então e aquela proposta que a Senhora Presidente fez de 2,5 milhões de euros? Será que o Dr. *Peixinho* sabe que há uma proposta aprovada pelo Executivo PS de 2,5 milhões de euros? Só comprova que estes 10% de receitas e estes 5% de gastos é a olho, foi por estimativa.

A Senhora Presidente anda a pagar este relatório como se ele fosse um relatório que convença os Deputados Municipais e os Senhores Vereadores do PSD? É que parece-me a mim que não há rigor, estão aqui lançados dois ou três números, e que a proposta de 2,5 milhões de euros o ROC não sabe que ela foi aprovada, que está em execução - a não ser que a Senhora Presidente não a execute - e que não tem conhecimento dela, pelo que duvidamos, ou melhor, queremos crer que este relatório seja feito com o rigor que é exigido.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou começar pelo que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* acabou de mencionar.

Fico perplexo que ao fim de dois documentos apresentados pela empresa do Dr. *Peixinho*, ou seja, o relatório de acompanhamento, continuem a persistir as irregularidades ou as não conformidades que já vinham do relatório que a Senhora Presidente e este Executivo encomendaram à empresa de auditoria e que mencionava os mesmos problemas que existiam no anterior Executivo PSD.

Espanta-me o espanto que o Senhor Deputado do PSD venha aqui falar de a Câmara estar a saque, entre outras situações, porque este procedimentos continuam iguais.

Deixa-me perplexo porquê? Porque olhando para este documento e olhando para o documento de auditoria, que foi feita quando este Executivo entrou em funções, os mesmos problemas subsistem. Aquilo que me faz e ao meu Partido alguma perplexidade é porque é que continuam estes problemas a subsistir.

Provavelmente a Senhora Presidente vai ter que dar uma explicação, porque ou não tem gente ou não há vontade política para mexer nisto ou se haverá vontade política, mas não haverá força para alterar o caminho destas coisas, porque há aqui coisas muito importantes. Não existe seguro de inventários que permita salvaguardar potenciais responsabilidades, riscos e contingências por parte do Município?

“A contabilidade analítica ou de gestão, que é um mecanismo de controlo de maior importância, já previsto no POCAL e agora no SNC-AP, o mesmo se encontrar formalmente implementado, não obtivemos evidência sobre a sua operacionalidade (...).” “Verificamos a existência de *stock* que não se encontra inventariado.” “Os movimentos de mercadorias e de matérias-primas não são todos controlados pelo armazém, indo alguns materiais diretamente para as obras, o que, naturalmente, fragiliza os mecanismos de controlo físico dos inventários.” Ou seja, Senhora Presidente, começo a questionar se no fim do seu Mandato poderemos ter que pedir uma auditoria também, porque realmente isto é incompensável. Já são dois relatórios que são apresentados e as evidências continuam a ser exatamente iguais áquilo que apresentou o relatório que o seu Executivo pediu quando tomou posse nesta Câmara.

Penso que já é tempo mais que suficiente para que este Executivo se tiver que implementar estas medidas, estas não conformidades ou estas irregularidades, tiver que substituir alguém no seu Mapa de Pessoal que o comece a fazer muito rapidamente, porque se não há competência para fazerem isto, se não há estrutura para fazer ou há falta de pessoal, contrate Senhora Presidente. Agora, já é tempo a mais para continuarem a subsistir estes problemas sem qualquer tipo de alteração. Isso é que é preocupante, porque já não se justifica continuarmos a assistir a estes relatórios com os mesmos problemas que já existiam no relatório quando o Executivo pertencia ao PSD. Das duas, três. Se é para continuar igual, então que continue e que se assumam as responsabilidades devidas. Se é para alterar, Senhora Presidente, já é tempo de fazer a alteração disto.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Lembram-se da Deloitte? Foi um termo de confidencialidade. Parece que é o que trazemos agora aqui na boca. Quiseram-nos calar e não conseguiram.

Senhor Presidente, este Dr. *Peixinho* não é o Dr. *Peixinho* que ia na lista da Dr.ª *Júlia* à Confederação das Eleições PS? Além de Técnico na Câmara Municipal que faz as contas, o ROC, é também apoiante - para não dizer outra coisa - da Dr.ª *Júlia*? Perguntava se era o mesmo.

É que essa lista, segundo foi dito, tinha lá um inimigo de Mirandela. Pedia à Senhora Presidente e ao Senhor Presidente que fosse isto esclarecido para não haver mais dúvidas. Para terminarmos o assunto, porque temos aqui um documento que não compreendemos a sua elaboração.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Deixai-me dizer o seguinte. Aliás, o Senhor Deputado *Jorge Humberto* falou de que poderia ter que haver uma auditoria no final do Mandato. Está na mão da população de Mirandela e dos Senhores Deputados haver uma auditoria quando se entenda, logo que seja requisitada.

Quem entende que se justifica deve propor uma situação dessas, o resto não passam de palavras.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isto de auditorias é muito bonito. Sabe o que é que o TAF de Mirandela me disse? Qua a auditoria era ilegal. O Procurador *Camilo* disse-me que a auditoria era ilegal.

Sabe o que é que a Senhora Presidente devia ter feito, que não fez e que toda a gente aqui aprovou, nessa altura? Tenho lá o documento, se quiser eu mostro. Tinha que se dirigir primeiro ao Tribunal de Contas, à IGF e à DGAL e não diretamente pedir a auditoria. A Presidente da Câmara cometeu uma ilegalidade. Tenho lá o documento do TAF, do Procurador-Geral da República de Portugal.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço as questões que foram colocadas relativamente ao documento da Certificação Legal de Contas - Relatório 1.º semestre de 2020.

No último ponto, Análise económico-financeira a 30 de junho de 2020, diz assim: “Com base no trabalho que realizamos verificamos que a estrutura financeira do Município de Mirandela mantém indicadores de equilíbrio financeiro posicionados dentro dos limites considerados normais para a manutenção do normal funcionamento da atividade financeira do Município e da sua sustentabilidade.

Apesar de uma tendência desfavorável e de uma diminuição dos rendimentos de 10%, os gastos aumentaram 5%. É verdade. Houve um investimento que todos conhecem relativamente à pandemia, continua a haver e vai haver sempre que o Município de Mirandela faça uma intervenção, nomeadamente através dos serviços de Proteção Civil de abastecimento relativamente aos Equipamentos de Proteção Individual a todos aqueles que têm feito e que estão plasmados nos relatórios quinzenais que são apresentados na Reunião de Câmara em que os Senhores Vereadores têm conhecimento de tudo aquilo que é feito através do Posto de Comando Operacional.

Vamos ver como é que as coisas evoluem e não terá que haver mais gastos ainda, apesar de o governo ter iniciado e ontem mesmo foi aprovado em Reunião de Câmara um Protocolo com o Agrupamento de Escolas para que os computadores portáteis que foram adquiridos pela Câmara possam ser financiados pelo Ministério da Educação através do Programa NORTE 2020. Ou seja, de forma a que as autarquias sejam ressarcidas de uma parte dos seus investimentos que foram feitos na pandemia e que vão continuar a ser feitos.

Hoje mesmo vamos aprovar uma Minuta de Acordos de Regularização de Dívida do Município de Mirandela no âmbito do setor da água e saneamento de águas residuais, pois houve uma moratória para pagamento a 10 anos dos 50% do valor da faturação da água.

Relativamente à Certificação Legal de Contas e deixando as questões partidárias que julgo que não são de interesse para esta Assembleia Municipal, mas que são aqui chamadas no sentido de trazer algum ruído e que nada interessam ao concelho de Mirandela, aos interesses e aos propósitos. Estamos aqui para debater os interesses do concelho de Mirandela, para melhorar tudo aquilo que está nas nossas mãos, não estamos aqui para fazer questões meramente partidárias. Aliás, os meus propósitos, enquanto Presidente da Câmara, sou filiada no Partido Socialista desde 1992, mas estou aqui enquanto Presidente da Câmara, não estou aqui enquanto militante de um Partido. Estou aqui por Mirandela e pelos mirandelenses.

Partindo agora para a Certificação Legal de Contas, é verdade que temos algumas não conformidades, uma delas relacionada com o espaço físico e que estão a ser resolvidas. Julgo que até ao final do ano estaremos preparados, uma vez que o setor das águas vai ser todo reunido na secção das águas de forma a permitir que a tesouraria tenha um local e uma sala própria. Isto é uma questão que

[Handwritten initials and marks]

tem a ver com a reorganização da infraestrutura, mas que tem aqui questões levantadas no sentido dos serviços de contabilidade estarem juntamente com a tesouraria e para haver uma segregação de funções.

Na página 6 do relatório diz: “Em relação ao “Caixa” foram feitos testes de verificação dos saldos da folha do caixa e não detetamos qualquer divergência entre os valores inscritos nos registos e os valores em cofre que, de resto, validámos através de procedimentos de análise feitos à data a que nos foi possível efetuar esses testes.

Relativamente aos “depósitos em instituições financeiras”, procedemos à verificação das reconciliações bancárias preparadas pelo Município o que nos permitiu concluir que todas as contas bancárias estão adequadamente conciliadas.” Ou seja, os valores foram verificados e eram efetivamente os que estavam à data da amostragem. Isto é uma questão meramente de infraestruturas.

Relativamente ao armazém, de facto, as matérias-primas que vão diretamente para as obras não passam no armazém, ou seja, o custo da deslocação - ir para o armazém e depois ir para a obra - seria um custo acrescido. A verificação *in loco* do material, como todos sabem, no final do ano fazemos sempre a avaliação de todos os *stocks* do armazém, procedimento que nunca era feito e agora passou a ser feito, ou seja, o inventário como todas as empresas fazem.

Melhoramos significativamente em muitos procedimentos, a verdade é que ainda falta melhorar em alguns procedimentos. Tivemos que passar do POCAL para o SNC-AP o que também traduz mais trabalho, mais adaptação ao novo sistema. Temos que investir mais na aplicação informática Medidata para que não estejamos a produzir ficheiros paralelos em Excel e outras bases de dados que normalmente cada um dos colaboradores tem para controlo próprio. A aplicação da Medidata é uma aplicação que já funciona na Câmara há muito tempo, mas que têm de ser desenvolvidos os vários setores que a aplicação prevê. Não é uma aplicação que seja intuitiva, mas uma mudança de empresa, esta mesma empresa é a que faz a faturação da água, uma mudança de aplicação informática traduz-se em novos problemas na própria aplicação.

Estamos a melhorar significativamente na questão do imobilizado, o Património tem feito um bom trabalho e também tudo aquilo que diz respeito às participações financeiras. Ou seja, tudo o que é prioritário e tudo o que é decisivo para o Município.

Não existem questões graves, existem inconformidades. Não lhes chamaria irregularidades, chamar-lhes-ia inconformidades, porque de facto é um espaço de melhoria, é um potencial de melhoria que teremos de caminhar nesse sentido. Espero que no próximo relatório de contas já tenhamos algumas destas situações resolvidas. Vamos ter uma reunião com a Chefe de Divisão no sentido de podermos melhorar aquilo que está ao nosso alcance, juntamente com os Técnicos do Município.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os Senhores Deputados *Jorge Pires, Paulo Pinto e Nuno Magalhães* desejam fazer um pedido de esclarecimento.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A intervenção que vou fazer é mais no sentido técnico e prevenção do que foi dito, porque me parece que se é verdade aquilo que foi dito, está escrito, estas contas não deviam ter a aprovação do Senhor ROC. Por isto, foi dito e não foi esclarecido que saiam *stocks* sem controlo. Foi dito, penso eu, se ouvi mal peço desculpa, mas foi isto que foi dito.

Sem me dizerem se estão a falar de mil euros ou se estão a falar de um milhão de euros, vejam o que é que resulta na conta de resultados.

Foi dado um outro número que diz “10% de diminuição nas receitas e 5% de aumento nas despesas”. Mas se está a ser utilizado *stock* e “eu” não o registo, os “meus” custos podem estar com um défice enorme. É de estarem com um défice de mil euros ou estarem com um défice de um milhão de euros.

Portanto, sem esclarecer qual é o valor dessa movimentação que não é registado, se fosse ROC não aprovava as contas. É um ponto extremamente importante, porque posso ter uma despesa muito superior àquela que está reportada nas contas. Era bom que este assunto fosse esclarecido.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à questão da gestão de *stocks*, a única questão que aqui se coloca é que existem materiais que são adquiridos, que são controlados, mas que não vão para o armazém por espaço de armazenamento e vão diretamente para a obra. Ou seja, há um controlo efetivo do material que recebemos, como entenderá as banheiras de cubos que vão para as Juntas de Freguesia não passam no armazém, são descarregadas e depois a Câmara transporta para as Juntas de Freguesia. Há um controlo efetivo daquilo que se entrega, mas não há paragem. Não temos condições para acumular todas as banheiras de paralelo que compramos para serem descarregadas no armazém para depois serem recarregadas, nem nenhuma Câmara Municipal faz esse armazenamento de *stocks*. Agora, que há um controlo efetivo daquilo que vai para as Juntas de Freguesia, há.

Quanto a essa questão do controlo interno, estou em crer que não existe qualquer falha na verificação de *stocks* e hoje em dia temos um controlo do armazém como não tínhamos no passado.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tentei ajudar a Senhora Presidente a dar uma resposta.

“Tal como referimos, em muitas situações, os materiais, ainda que requisitados pelo armazém, são transferidos diretamente para obra pelo fornecedor. Tal operação não é objeto de registo no armazém que, se houver sobras, não regista qualquer entrada porque também não houve registo de saída correspondente.” Está a ver esta baralhação? Até tentei ajudar a Senhora Presidente na resposta, porque sei que de facto há uma requisição, o material sai do fornecedor para a Junta de Freguesia, mas o ROC tem que dizer isto e também tem que dizer que está tudo bem, tudo devidamente contabilizado e não diz.

----- O Senhor Deputado Municipal *NUNO MAGALHÃES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Acho que vou tentar ajudar.

Aquilo que está aqui a ser falado relativamente ao relatório, o que nos diz efetivamente é que não há uma entrada em armazém, logo isto não é contabilizado como inventário. É um custo, sai diretamente, não é contabilizado, não há um sistema de inventário permanente em que nos possa dizer “a determinado momento o nosso inventário é este”. Agora, as coisas estão controladas, porque estão inventariados como custos, estão contabilizadas como custo e não como inventário. Acho que não há aqui um “fantasma” tão grande. Até estou a tentar ajudar a Senhora Presidente que andou “à volta” e não conseguiu explicar aquilo que está bem plasmado no documento.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço a ajuda dos Senhores Deputados do PSD, aliás, têm-me ajudado ao longo destes três anos na governação, especialmente nas intervenções que fazem na Assembleia Municipal. É por isso que aqui estamos, é por isso que vamos continuar até ao final do mandato e agradeço a ajuda de todos.

De facto, não temos um sistema perfeito, é verdade. Não fazemos *stock* de alguns materiais que compramos, mas há um controlo interno daquilo que adquirimos e que é entregue na obra. Isso acontece assim em todos os Municípios. Não é um sistema perfeito, a verdade é que o Revisor Oficial de Contas tem que apontar soluções de que forma é que podemos ultrapassar esta não conformidade. Não sendo uma não conformidade grave e podendo ser ultrapassada, julgo que o documento está em condições de ser apreciado.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.6 - Proposta de Aprovação de Minuta de Acordos de Regularização de Dívida do Município de Mirandela no âmbito do setor da água e saneamento de águas residuais com as Águas do Norte, S.A.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 10 de setembro de 2020, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a minuta do acordo de regularização de dívida e respetivos anexos;**
- 2 - Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal de Mirandela, para que esta delibere, por ser matéria da sua competência, aprovar a minuta do acordo de regularização de dívida e respetivos anexos e autorizar a sua outorga.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, a água é um direito, não é um negócio.

A constituição da empresa Águas do Interior Norte, EIM, S.A. é parte integrante de um novo processo iniciado formalmente em 1993 com a criação de sistemas multimunicipais e tem por objetivo último transformar a água, um bem público e alienável, num “chorudo” negócio gerido por privados. E, para isso, muito tem contribuído as medidas sobre a designada reestruturação do setor das águas na sequência da publicação da legislação que alterou o Regime Jurídico dos Sistemas Municipais, o Regime Jurídico dos Sistemas Multimunicipais, bem como o novo Regime Jurídico da ERSAR e os seus estatutos e impõe a fatura detalhada de água, saneamento e resíduos, que no seu conjunto arquitetou um edifício necessário às privatizações do setor, criando condições que prejudicam a viabilidade económica e financeira dos sistemas municipais, forçando a sua entrega a sistemas multimunicipais nos quais as autarquias locais não têm poder de decisão ou as intermunicipais onde os órgãos deliberativos não se pronunciam e as autarquias perdem autonomia nas decisões.

A utilização da ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos como instrumento de caracterização da política e dos objetivos do governo para o setor.

O regulamento tarifário e o regulamento no âmbito do Portugal 2020, o POSEUR 2020 - Gestão Eficiente do Ciclo Urbano da Água, o processo de fusão dos sistemas assente na comunidade de agregação de sistemas multimunicipais, abrindo a possibilidade de participação do capital privado e à margem da vontade dos Municípios em confronto com os pressupostos dos acordos de adesão, configurando ainda uma operação de captura dos bens municipais.

O processo de verticalização dos sistemas assentes na pressão e chantagem sobre os Municípios visando a sua alienação e entrega aos sistemas em alta a partir das dificuldades financeiras de dívidas geradas por sistemas impagáveis com o aliciamento de promessas de investimento em baixa.

As alterações dos estatutos da ERSAR e o regulamento tarifário promovendo uma harmonização por cima das tarifas com o fundamento na cobertura total dos custos visam assegurar a valorização da empresa Águas de Portugal tendo por finalidade a sua privatização e constituem ainda uma intolerável intromissão na autonomia do poder local a partir de regras obrigatórias sob tarifários e atribuindo a esta entidade imprevisibilidade vinculativa.

As restrições de acesso aos fundos comunitários e a redução em 80% dos meios disponíveis e necessários, admitindo candidaturas intermunicipais via CIM, mas não financiáveis a fundo perdido, mas polarizando as Águas de Portugal a captação de fundos comunitários.

Assim, temos que assumir uma postura tendo em vista assegurar a sustentabilidade dos sistemas que também passa pela recusa do processo de reestruturação em curso e pela tomada de medidas que eliminem cargos sem qualquer justificação. Exigir que sejam mobilizados para os setores os adequados financiamentos, a título não reembolsável do próximo período de programação comunitária.

Senhora Presidente, perante esta exposição que a CDU faz, votaremos contra este ponto.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há precisamente um ano, no dia 27 de setembro de 2019, estivemos aqui reunidos para resolver este problema, julgo eu. A resolução das dívidas às Águas do Norte e depois assumíamos um compromisso com um empréstimo bancário a 5 ou a 10 anos.

No dia 20 de dezembro de 2019, por imposição da Banca voltamos aqui a ter que decidir, porque faltava alguma coisa e então corrigiu-se o que havia a corrigir e constituímos esses empréstimos.

Pensei, a partir daí, que a dívida às Águas do Norte estava tutelada através da Banca, num empréstimo, onde era regularmente paga. Vejo agora que a Câmara Municipal de Mirandela está em Tribunal por não cumprir as suas obrigações.

Pergunto: É a mesma coisa? É outra dívida?

São estes esclarecimentos que tinha para fazer.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esclarecer que este Acordo de Regularização de Dívida, trata-se, como está explanado, da possibilidade das faturações, isto por causa da pandemia, poderem ser prorrogadas 50% das faturações.

Nas últimas páginas deste documento está presente o acordo que foi feito para pagamento no período compreendido de 01 de abril a 30 de junho. “Considerando o regime excepcional e transitório para a celebração de acordos de regularização de dívida da Lei n.º 11/2020, de 7 de maio, e regulados pelo Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro e alterado pelo artigo 128.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março (Orçamento de Estado para 2020), os Municípios podem regularizar até ao dia 31 de dezembro de 2020, as dívidas relativas à prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, no período compreendido entre 01 de abril e 30 de junho de 2020, mediante a celebração de acordos de regularização de dívida com as Águas do Norte.

Sendo que o montante dos Acordos de Regularização de Dívida a celebrar, ao abrigo da presente lei, não pode exceder mais de 50% do montante devido pela prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento”.

A Câmara Municipal de Mirandela concorreu a este acordo de regularização de dívida de forma a permitir que o montante, no valor de 283.343,09 €, pudesse ser pago durante um período de 10 anos em condições excecionais. Face à pandemia foi previsto este acordo precisamente para facilitar o pagamento aos Municípios. Por isso, não está enquadrado no anterior.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, tudo aquilo que foi referido não tem concretamente a ver com este acordo de regularização de dívida, tem a ver com a política da água e com o setor da água e do saneamento de águas residuais. De qualquer forma, agradeço a intervenção. No entanto, não tem enquadramento jurídico-legal relativamente a esta proposta.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigado pela informação, mas agora pergunto: Como estamos em estado de calamidade, todos os empréstimos bancários estão automaticamente renovados, a caducidade é transferida para mais tarde, de maneira que possivelmente vamos estar aqui daqui a dois ou três meses a discutir uns outros 50%, não? Se calhar sim.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os acordos que foram celebrados de regularização de dívida diziam respeito ao Banco Europeu de Investimento. Foram aqueles que foram aprovados nesta Assembleia Municipal. Hoje dizem respeito à situação pandémica e à possibilidade de os Municípios fazerem este pagamento de forma faseada de 50% do montante da faturação.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Questionava a Senhora Presidente no seguinte: Estes 50% vão funcionar como uma moratória? Qual é o valor da totalidade e aquilo que se vai pagar?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Todos os valores do plano de pagamento a 10 anos constam na página 8 da proposta, no Anexo II. São pagamentos trimestrais. O valor que vamos pagar em 2025 ficará nos 300.133,82 € com o valor de juros de 16.790,73 €.

Foi uma das possibilidades que o Governo abriu para os Municípios se candidatarem ao pagamento da faturação da água.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra, uma abstenção e 47 votos a favor, aprovar a Proposta de Minuta de Acordo de Regularização de Dívida do Município de

Mirandela no âmbito do setor da água e saneamento de águas residuais com as Águas do Norte, S.A. e respetivos anexos e autorizar a sua outorga.

4.7 - Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal e ao Mapa Anual Global de Recrutamento Autorizado de 2020.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 10 de setembro de 2020, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Alteração ao Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global de Recrutamento Autorizado do ano de 2020 do Município de Mirandela;**
- 2 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, demorou três anos a fazer concursos para as Divisões da Câmara Municipal. É verdade que depois fez um segundo despacho ou um terceiro despacho a nomear um terceiro Técnico Superior Chefe de Divisão que não ganhou comissão nenhuma? Esta é a primeira pergunta.

Segunda pergunta: Muito bem. Alteração do Mapa de Pessoal para o financiamento de dois postos de trabalho, só que estes dois postos de trabalho é a termo. Então aqueles 170 postos de trabalho, onde tinha lá um Técnico de Filosofia, não dá para isto, Senhora Presidente?

É que enquanto andarmos a contratar, quando abrimos o mapa de pessoal para novas contratações e depois aparecem estes programas e vemo-nos obrigados a fazer mais contratações de outros Técnicos que a Câmara Municipal não tem.

O emprego nesta cidade é sempre bem-vindo, a Câmara Municipal tem alguma responsabilidade neste sentido, mas parece-me a mim que não há critério na contratação de novos colaboradores para a Câmara Municipal de Mirandela.

Em relação ao primeiro concurso que falei, que demorou três anos a fazer um concurso, houve um Técnico que parece que ganhou duas ou três comissões e depois viu-se obrigada a nomear outro que não ganhou comissão nenhuma para se tornar Chefe de Divisão. Fez isso Senhora Presidente?

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na medida em que o CDS/PP se absteve quando foi apresentada a anterior proposta do mapa de pessoal, também não é agora que vamos estar a interferir sobre se é o A ou B e se é mais importante ter uma pessoa de História ou ter uma pessoa de Engenharia. Não faço ideia.

De maneira que, o nosso voto vai ser no sentido da abstenção.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço as questões que foram colocadas, porque também é uma oportunidade para esclarecer esta Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal e ao Mapa Anual Global de Recrutamento Autorizado de 2020.

De facto, a Câmara Municipal de Mirandela apresentou uma candidatura ao NORTE 2020 designada por contratação de recursos humanos altamente qualificados. Foi uma oportunidade para a candidatura de dois postos de trabalho, nomeadamente na área do Património Cultural e História de Arte e Antropologia e a candidatura foi aprovada. Ou seja, prevê a contratação de dois recursos humanos altamente qualificados, estamos a falar de Doutorados ou com Mestrado nestas duas áreas e prevê também que o contrato de trabalho em funções públicas seja a termo resolutivo certo.

Estes dois recursos humanos não foram contemplados no mapa de pessoal aprovado, porque a candidatura não tinha sido aprovada e só agora, após a aprovação, é que foram contemplados neste mapa de pessoal.

Obviamente que a área cultural é uma área que necessita de recursos humanos qualificados, temos alguns recursos humanos também altamente qualificados, mas na História de Arte e na Antropologia em todas as Freguesias temos um Património Cultural significativo e com estes dois recursos humanos, durante estes três anos, vamos poder fazer um trabalho, financiado pelo NORTE 2020, que certamente será visível por todos e é o aproveitamento de fundos comunitários respondendo às nossas necessidades no âmbito do Património Cultural.

Todos os Senhores Presidentes de Junta conhecem as dificuldades de muito do Património Cultural que têm nas suas Freguesias e nas aldeias anexas, por isso, este financiamento veio de encontro às nossas necessidades, daí esta apresentação.

Esta era uma necessidade que tínhamos identificado e que, fruto de não termos financiamento, não tinha sido prevista.

De qualquer forma, dizer que esta aprovação do mapa de pessoal, nada tem a ver com os concursos de Chefes de Divisão. No entanto, tenho todo o gosto em responder ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, dando-lhe nota que a nomeação do Júri foi feita de acordo com as regras da Administração Pública. O Júri conduziu todo o processo de seleção, apresentou o relatório final e do relatório final foram designadas as pessoas em todas as Divisões que tiveram a melhor nota relativamente àquela Divisão.

Tivemos, pelo menos, um colaborador da Câmara Municipal de Mirandela que concorreu às seis Divisões, sendo que só poderia ser designado para um cargo de Chefe de Divisão. Ganhou duas Divisões e foi designado para aquela em que teve a melhor nota, que é também aquela em que se encontram antes do procedimento concursal.

Foram designados os Chefes de Divisão, estão já a exercer as funções como Chefes de Divisão, por isso, o processo ficou terminado, pese embora o hiato de tempo decorrido desde então, mas está concluído o processo.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinco abstenções e 40 votos a favor, aprovar a Alteração ao Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global de Recrutamento Autorizado do ano de 2020 do Município de Mirandela.

4.8 - Proposta de Ação de Relevante Interesse Público - Pedido de Declaração de Interesse Público Municipal.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 10 de setembro de 2020, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal de Mirandela, o pedido de reconhecimento de ação de relevante interesse público do projeto “Projeto de Desenvolvimento da Quinta do Choupim” em que é requerente a Sociedade “Choupim, Sociedade de Empreendimentos, Lda.”, considerando-se o mesmo de interesse público municipal do investimento proposto para a região, nos termos das medidas legais de incentivo ao investimento e demais legislação, devendo ser emitida declaração pela Assembleia Municipal de Mirandela, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Caso para dizer: “Aleluia”. Tanto o investimento turístico em Barcel como este investimento turístico na Quinta do Choupim, que conhecemos tão bem, são iniciativas empreendedoras que o concelho de Mirandela e o desenvolvimento do concelho de Mirandela agradecem. Estamos a falar de investimento em 288 hectares, repartidos por sete sectores, num total de 611 unidades de alojamento que correspondem a 1700 camas. Isto para dizer o quê? Uma quinta que ali estava há tanto tempo parada, se calhar nem aproveitada do ponto de vista agropecuário, vemos agora às portas da cidade tamanho investimento que estamos em crer que irá produzir riqueza absoluta em Mirandela, quer em postos de trabalho, quer também em empresas complementares ao nível dos serviços.

Está em pleno Vale do Tua, portanto, o Vale do Tua começa a produzir os seus resultados, até porque estamos a votar este equipamento e este equipamento vai ter a aprovação da Bancada do PSD.

A outra questão que se fala para aí é até que ponto este empreendimento turístico impedirá que Mirandela, cidade, nomeadamente aqueles que vivem do Turismo e da Restauração não tenham os benefícios devidos, porque dada a localização deste equipamento, sob pena de ser em circuito fechado, quer dizer que estes turistas que vão visitar o Vale do Tua, sob pena de na sua maioria - acreditamos que alguns venham até Mirandela - não cheguem a Mirandela e não tenham uma estadia que devam ter se, porventura, este equipamento fosse instalado no centro da cidade.

Pelo que, a estação de caminho-de-ferro, a proposta que apresentamos à Senhora Presidente de Câmara, a possibilidade de a Câmara adquirir aquele equipamento e tornar-se sua proprietária e colocar a favor a iniciativa privada - não sei se seria possível ou não - esperemos que no futuro, apesar dos ganhos, não se traduzem em ganhos efetivos a favor da cidade de Mirandela, da restauração e dos hotéis e apenas uma minoria dos turistas que vão visitar o Vale do Tua, por uma razão ou outra, nem tao pouco cheguem a visitar esta cidade.

Mas como só estamos a votar este empreendimento de ação de relevante interesse público - pedido de declaração de interesse público municipal, votamos a favor, porque achamos da maior importância para o bem-estar e desenvolvimento das nossas populações.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O CDS/PP regozija-se, porque a iniciativa privada diz que está presente. Disse-o quando foi dos empreendimentos de Barcel. Espero sinceramente que tenham fruto - os que vivem à conta do Estado normalmente duvidam do fruto dos outros - mas num momento difícil e num momento em que algumas alterações vão ser verificadas ao nível do Turismo, apostar com este desenvolvimento num plano desta envergadura, parece-me que merece o reconhecimento de toda a Assembleia e, como tal, a Assembleia deve votar favoravelmente.

Assim seja possível e esperemos que façamos o nosso desenvolvimento. Escusamos de estar aqui com receio de irregularidades, porque há muitos organismos oficiais para controlar a eficácia do desenvolvimento da ação.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Que moda está a acontecer em Mirandela. Uma moda que vem na sequência daquilo a que todos chamamos “empreendedorismo”, “desenvolvimento turístico” e que hoje vemos a iniciativa privada com esta “pujança”, mas não constamos nem precisamos bem se os fundos comunitários que vão estar disponíveis para o nosso distrito não serão todos consumidos por este projeto e para o outro de Barcel que ainda não aconteceu nem sabemos como é que está.

Esquecemo-nos daquilo que é o mais importante da iniciativa privada que são as pequenas e médias empresas. É que elas criam riqueza, não são os grandes monopólios e a pandemia mostrou bem isso, o que é o tecido empresarial português. O que é pena é que continuamos a ser levados com aquilo que foi bem-criado, esta dinâmica de marketing, do empreendedorismo, da capacidade de investimentos privados, mas se formos a ver, no fundo, são os fundos comunitários, que têm de ser distribuídos por todos, ficam só na mão de alguns e ficamos todos contentes com isso e regozijamo-nos pelo desenvolvimento.

[Handwritten initials and signature]

É pena que esta moda da ação de relevante interesse público, que chegou agora a Mirandela, descobrimos “a galinha dos ovos de ouro”. Começamos a transformar aquilo, tudo o que são as nossas paisagens, como vamos provavelmente também quando for a proposta a esta Assembleia Municipal a instalação da eólica na serra dos Passos. Interesse público de desenvolvimento e esquecemo-nos do mais importante que é a defesa da paisagem rural, que é aquilo que nos torna idênticos, a nossa identidade, e vamo-nos transformando em pequenos Algarves e pequenas Albufeiras. Essa oferta, meus senhores, já existe no país e tem uma coisa que se chama “praia” que nós não temos, mas isso é outra história.

O mais importante aqui é realçar aquilo que o Senhor Deputado referiu há pouco, a capacidade empreendedora, mas com fundos comunitários, que deviam ser distribuídos por todos, por aqueles que realmente criam riqueza e criam emprego e não serem sonegados na totalidade por estes empreendimentos, porque é essa a questão que está aqui.

Levanto apenas duas questões, Senhora Presidente.

Era bom que fosse informado se a Quinta do Choupim vai ter um apeadeiro do comboio turístico lá posto à porta da entrada para este complexo turístico. Vai lá ter um apeadeiro onde as pessoas que são transportadas, os turistas que vêm a Mirandela gastar dinheiro, se alguma vez chegarão a Mirandela, se não ficam logo no apeadeiro na Quinta do Choupim. Essa é que é a grande questão e é isso que temos aqui que demonstrar e que fique bem claro para que toda a gente perceba. Se aqui há exatamente aquilo que está a ser submetido a votação, se há aqui interesse público nesta ação ou se é interesse privado. Não confundamos as coisas e vamo-nos deixar de palavreado bonito e simpático. O que está aqui em causa não é interesse público, meus senhores, é interesse privado. Não contam com a CDU para que estejamos a beneficiar o interesse privado.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao contrário do que já ouvi, dá-me a sensação que a intervenção não será na totalidade da Quinta, mas em cerca de metade, se bem percebi a memória descritiva.

Fiquei com algumas dúvidas nessa memória, principalmente em dois pontos que aqui vou focar. Um deles tem a ver com a densidade de empreendimentos turísticos por km² *versus* número de empregados. A outra questão diz respeito ao mapa anexo que também não esclarece bem.

A proposta apresentada pela Vereação visa declarar como de interesse público relevante uma intenção particular de intervenção em cerca de 288 hectares e que se intitula como “Desenvolvimento Turístico da Quinta do Choupim”.

Esta intenção abrange sete setores ou zonas de intervenção, 611 unidades de alojamento, cerca de 1700 camas - compreendendo 8 T2, n V4, 2 hotéis e 1 aparthotel e uma ABC de 85.000 m².

O relatório de apresentação classifica a intenção como “um dos maiores investimentos privados jamais realizados na região de Trás-os-Montes e Alto Douro” e fundamenta a sua intenção com três oportunidades de investimento, das quais cito aqui a primeira e a terceira:

1.^a - “A navegabilidade do Rio Douro e a vantagem de, nesta região, “fundar” um centro de atividades turísticas que constitua mais uma âncora à navegabilidade e que reforce a diversidade da oferta.”

3.^a - “O aproveitamento do potencial paisagístico que o Rio Tua oferece, associado à linha de caminho-de-ferro entretanto seccionada pela construção da albufeira, mas que a montante desta, constitui um elemento de valorização do produto turístico e interessa manter e promover.”

O local é ainda descrito como “um território que apresenta uma beleza singular e excecional, mas também de grande sensibilidade.”

Foi dito em tempos pelo promotor que os 300 hectares ali presentes são “300 hectares de paraíso”.

Face ao exposto, o grande desafio será então: Como valorizar, manter e preservar o seu potencial paisagístico?

Alguns dados estatísticos comparativos que o estudo apresenta sobre Mirandela, carece de confirmação, no que se refere à densidade de empreendimentos turísticos por km² *versus* número de empregados.

Quando em Mirandela falam em 65.9% - 425 empregados, a média nas Terras de Trás-os-Montes é 50% e 2379, portanto, há aqui alguma dissimelhança.

A intervenção pressupõe que haverá uma alteração significativa da orografia e do coberto vegetal atual, ora das zonas de encosta, na maioria por construção nova e da zona do rio por rearranjo do espelho de água (barragem e praia fluvial, piscina...).

Não é disponibilizada informação da percentagem da área do solo a interencionar, uma vez que no mapa anexo o somatório das diferentes manchas de zonamento não oferece precisão. Admite-se, no entanto, que não atingirá os 50%.

O relatório enumera alguns cuidados a ter aquando da intervenção, mas não apresenta um levantamento quantitativo e detalhado dos diferentes elementos paisagísticos e espécies que compõem esse coberto vegetal existente.

Compromete-se ainda a preservar todo esse coberto vegetal da margem direita, excetuando a zona marginada pelo atual caminho de acesso onde se propõe alguma construção.

No geral, demonstra a preocupação com a minimização de impacte a provocar pelas obras e a executá-las seguindo os normativos camarários e estaduais estabelecidos, o que por si só já é um indicador de responsabilidade e respeito no que concerne à preservação ou reposição de estruturas biofísicas, acreditando-se que as soluções apontadas venham a revelar-se exequíveis e eficazes.

Também é proposto, e cito: “... a reconstrução do açude a norte, de modo a que haja uma subida do caudal a montante para promover futuramente a prática de desportos náuticos. Assim sendo, considerou-se um acréscimo de 5 metros à salvaguarda do território, que agora é limitado por uma linha a 35 metros das massas de água, a montante do açude.” Face à dificuldade de interpretação deste ponto tenho a seguinte interrogação: isto significa que vai ser alterada a cota do açude/barragem atual?

Assim, dada a dimensão do projeto, é expectável algum impacte ambiental e paisagístico, sim, mas também é expectável a enorme influência que esta intenção de revitalização tem na dinamização do local e os inúmeros benefícios advindos da relação de proximidade com o centro urbano de Mirandela.

Devo também realçar o ênfase que a intenção de intervenção dá a algumas valorizações dos recursos naturais existentes, e ao fomentar e promover fatores de desenvolvimento locais, tais como: os passadiços do Tua, o incremento do emprego e o elevar do patamar de qualidade do turismo na região e também ainda as expectativas de que a dimensão e características do projeto irão por certo criar na região, ao potenciar o desenvolvimento de demais sinergias paralelas, não apenas ligadas ao turismo, mas também de outras áreas, como o desporto, a pesca e a gastronomia.

Por fim, Mirandela é um concelho do interior, onde a desertificação humana e de equipamentos também acontece, com todos os seus efeitos no emprego e no desenvolvimento económico;

Mirandela tem interesse em acolher todos os investimentos que lhe permitam elevar os índices de qualidade social, no fundo a melhoria de vida da sua comunidade;

Mirandela vê com muito interesse e simpatia a intenção deste projeto de investimento no concelho, vê-o ainda como uma forma de reverter o paradigma nacional de um país “inclinado para o litoral” e só pode sentir-se honrada pela escolha;

Mirandela dispõe no seu PDM uma EEM - Estrutura Ecológica Municipal como modelo de organização municipal, quantificada e, 13 hectares de solo urbano e cerca de 35000 hectares de solo rural.

Esta EEM garante a reserva de áreas e define os sistemas de proteção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos, designadamente as áreas REN.

Garante a Preservação de elementos da paisagem natural e construída, como: poços, muros, eiras, moinhos, pombais, etc.

São aqui também proibidas a substituição de formações vegetais de espécies autóctones por outras formações.

O local em análise caracteriza-se por:

- Espaço natural, constituído pelo rio Tua e uma faixa de 30 metros para cada margem;
- Espaço agrícola REN e RAN;
- Espaço florestal de conservação, sobre encostas de declive acentuado na margem direita.

Todavia, com variadas condicionantes, nomeadamente:

- Servidões administrativas;
- Travessia do caminho-de-ferro;
- Galerias ripícolas;
- Faixa de proteção prevista para inundações provenientes de rutura de barragens a montante;
- Faixa concessionada de pesca desportiva, em cerca de 7km e 35 hectares, entre o Açude da Quinta do Choupim e o Açude do Gomes, a montante;
- Riscos de alagamento e deslizamento de encostas.

Lembrar ainda que,

Mirandela preza e defende os seus recursos naturais, um dos quais e desde logo é o Rio Tua, a sua riqueza piscícola e as suas margens, tudo isto em prol de um desenvolvimento sustentado e em nome das futuras gerações.

Mirandela preza e defende o ambiente, a fauna, a flora e as suas florestas e eco sítios, lugares únicos e de beleza ímpar, em prol de um desenvolvimento sustentado e em nome das futuras gerações.

É assim que, comungando destes valores e enquanto Deputado, votarei a favor da declaração de interesse público municipal da proposta.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este projeto não é uma “Cedilhavulso”. Isto é um projeto com realidade, não precisam de fundos comunitários. Fizeram um hospital com o “dinheiro do bolso deles”, não pediram dinheiro a ninguém. Os privados, alguns, são empreendedores. Não é com o dinheiro dos outros, foram ao banco buscar o dinheiro e pagaram-no.

Os privados vão ao banco buscar dinheiro para fazer os seus investimentos e estas pessoas têm dinheiro suficiente para fazer este investimento. Não precisam de Portugal 2020 ou outro Portugal qualquer.

Este Portugal já não é um Portugal 2020, isto é um condado, já nem é portugalense, é do tempo da *Henriqueta*, se calhar. É isso que é.

Ler uma memória descritiva exaustiva, como o Senhor Deputado veio aqui ler, não vale a pena.

O projeto está a ser planeado e, estou a dizer já que, em termos de reserva ecológica, agrícola, zonas inundáveis, etc., está neste momento um sabedor a fazer o projeto de impacto ambiental. Se for reprovado, digo-vos aqui eu - não tenho interesse nenhum naquilo - não há projeto nenhum a realizar. Fica conforme está. Esclarecidos?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Não. Há uma pequena coisa, Senhor Deputado, uma questão de critério, em relação ao anterior projeto e ao de agora. É que no anterior o Senhor Deputado gritou aqui bem alto que não devia passar a bem do interesse municipal...

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Por causa da idoneidade.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:
... sem o projeto ambiental...

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.
Por causa da idoneidade das pessoas.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:
Desculpe. Sem a aprovação do projeto ambiental...

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.
Não. Da idoneidade das pessoas. Eu disse. Trouxe-lhe o papel.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:
Agora o Senhor Deputado já diz que o projeto ambiental pode vir depois.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.
Não. Não veja isso dessa maneira. Sou frontal e vertical para dizer as coisas.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:
Eu mostro-lhe a Ata depois.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.
Eu também lhe mostro a Ata. Eu trouxe aqui a idoneidade e dei-lha para si.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:
Em relação à idoneidade das pessoas ligadas a este projeto, eu partilho literalmente da sua posição. Estamos completamente de acordo.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.
Agora não venha dizer que estas pessoas não são idóneas.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:
Ninguém está a dizer isso. Estamos a falar de um critério em relação ao projeto ambiental...

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.
O critério é o mesmo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:
... que o Senhor Deputado gritou bem alto da última vez, que não devia ter vindo à Assembleia Municipal para aprovação sem que esse projeto tivesse sido primeiro aprovado. E agora também não está.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.
O projeto não está aprovado.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:
O projeto ambiental.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.
Estão a fazê-lo com a ordem da IGAMAOT - Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, que é ela que manda na CCDR-N.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Muito obrigado.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou a dar mais um esclarecimento.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Sobre as pessoas estamos completamente de acordo, Senhor Deputado.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS SOUSA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Há um ano, precisamente no dia 27, fazendo parte de um dos pontos da ordem de trabalhos, foi apresentada e votada favoravelmente nesta Assembleia, por maioria, com 20 votos a favor, 13 abstenções e seis votos contra, o pedido de declaração de interesse público municipal para o projeto “Zaitun – Farm & Resort”, com investimento total na ordem dos 60 milhões de euros e propunha-se fazer catapultar a capacidade hoteleira do concelho para números, até há bem pouco tempo, inimagináveis.

Apesar da desconfiança sobre a proveniência dos investidores ou pela falta de alguma documentação apresentada ou mesmo pelo ruído causado pela não apresentação do projeto de impacto ambiental, conforme proposto pela entidade promotora - a entidade a propor-se a apresentar aqui o projeto, não o de impacto ambiental, mas o próprio projeto - estes argumentos não foram suficientes para ofuscar a vontade dos que entenderam de que não se deveria perder a oportunidade de trazer mais desenvolvimento para o nosso concelho, deste tão belo, mas despovoado e depauperado interior.

Aqui digo que, seja ele público ou seja privado, seja financiado ou não financiado, não podemos ser esquisitos nesta matéria. De facto precisamos de investimento para criar riqueza, para criar emprego, para fixar pessoas.

Legitimamente, a prudência desperta-nos a desconfiança sobre as intenções de qualquer avultado investimento desta natureza, ainda por cima numa região que não está preparada para a exploração de turismo de massas, mas aquilo que foi a deliberação da Assembleia foi apenas um catalisador do investimento e para que efetivamente se torne uma realidade é necessário que se continue a conjugar de forma correta a vontade do promotor com as restantes variáveis que condicionam o mercado, entre as quais, toda a tramitação do processo burocrático exigido.

Sobre este projeto, tem a Senhora Presidente alguma informação que possa comunicar a esta Assembleia sobre se há algum mandamento, se há alguma tramitação?

Senhora Presidente, Senhores Deputados, tal como fizemos há cerca de um ano, somos novamente chamados a pronunciarmo-nos sobre a declaração de interesse público municipal para um novo projeto turístico da Quinta do Choupim. Com idoneidade sobejamente reconhecida, não só pelos arrojados investimentos efetuados, como também pela comprovada capacidade de empreendedorismo dos elementos constituintes dessa sociedade, não serão estes argumentos suficientes para granjear os votos favoráveis desta Assembleia?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a criação de sinergias entre os circuitos e empreendimentos turísticos de qualidade, implantados de forma harmoniosa no espaço rural e em respeito com as condicionantes ambientais, são o desejado desiderato para a criação de um turismo de qualidade de que esta região tanto merece e almeja e que devem ser um dos lemas do seu desenvolvimento.

Atualmente, apesar do clima algo indefinido para muitas das atividades económicas, incluído o Turismo, paira no ar um sinal de que algo pode estar para mudar no nosso concelho e isso deve preparar-nos para conseguirmos enfrentar os próximos desafios com sucesso.

Um bem-haja para os nossos empresários por promoverem a criação de emprego local ou regional importante para fixar novas pessoas e estagnar a migração para o litoral, por gerarem riqueza e poderem fomentar o reinvestimento na própria região.

Senhores Deputados, apenas nos é pedido o nosso contributo para promovermos a criação de condições que Mirandela e as suas gentes merecem para se dar um grande passo em frente no seu desenvolvimento.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador *CRISTINA PASSAS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A minha intervenção tem dois sentidos. O primeiro na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador, que é um dos territórios que está abrangido por este empreendimento e o segundo, na qualidade de Técnica da associação.

Venho ao púlpito para me congratular. Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador, congratulo-me de que haja iniciativa privada que possa desenvolver o nosso concelho, nomeadamente porque havendo interesse naquele território, também os proprietários no próprio território vêm os seus terrenos valorizados e isso é muito bom para eles.

No entanto, nesta qualidade de Presidente de Junta, tenho uma dúvida. Tenho uma dúvida, porquê? Se de facto este empreendimento vem promover um Turismo Natureza, promover um Turismo que está ligado à gastronomia, ao saber-fazer, à própria forma de cultivo e agricultura, esta iniciativa vai coabitar como outra iniciativa empresarial que é altamente poluente, que é a Unidade de Extração de Óleos.

A minha pergunta é se não será a altura ideal para rever como é que aquela unidade está a produzir, se está a cumprir e conseguirmos ajustar uma situação que todos nós sabemos, estamos nós em Mirandela, estamos nós em São Salvador ou Frechas, quando é inverno é quase inabitável. Como é que uma situação que é quase insuportável num determinado território vai neste momento acolher um empreendimento desta natureza?

Obviamente dir-me-ão: “Cristina, a APA tem que fazer o trabalho”. Certo, apenas venho aqui levantar uma situação em que me parece que há alguma incompatibilidade entre o bem receber, os turistas sentirem que estão num local de Turismo Natureza, mas depois, em determinadas épocas do ano, terem aquele constrangimento.

Este súbito interesse, como dizia o Senhor Deputado *Jorge Humberto*, penso que não seja um súbito interesse. A verdade é que há determinados grupos, determinadas situações que detêm informação que nós só devemos ter “*a la longue*”. Isto diz-nos já que a Mobilidade do Tua já não vai demorar muito. Pode demorar três, quatro, cinco anos, mas ela está aí, porque ninguém vai investir se não tiver a certeza daquilo que vai encontrar. O trabalho que foi feito ao longo destes 10 anos, não queiram desvirtuar a realidade. Está para acontecer.

Entretanto, isto na qualidade de Presidente de Junta, volto a dizer que me congratulo, porque o território vai ser valorizado, vai ser criado emprego. No entanto, na qualidade de Técnica da Associação Comercial, também não queira deixar de salientar o que foi dito pelo Senhor Deputado *Paulo Pinto* e pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Isto é, é preciso salvaguardar que as microempresas, o comércio não fique à margem desta dinâmica. É preciso salvaguardar que não haja apeadeiros privados. Não devemos ser o Peso da Régua 2.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado *Jorge Humberto* pretende fazer uma Interpelação à Mesa.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria que ficasse em Ata que não foi posta em causa, pela minha pessoa, a idoneidade de ninguém. Simplesmente ficou posta em causa e aquilo que referi foi que, sabendo nós, e gostava eu que fosse partilhado com esta Câmara a informação que o Senhor Deputado *António Figueiredo* tem acerca da empresa que está ligada à CCDR-N que vai já prestar um serviço a esta empresa que vai ser criada pela questão ambiental.

Era só isso.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tendo sido apontado o nome do Senhor Deputado *António Figueiredo*, goza também da oportunidade de responder.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado da CDU é mentiroso, digo isto, é mentiroso...

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recordo ao Senhor Deputado *António Figueiredo* que não pode ser proferido esse tipo de palavra aos Deputados.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu prefiro e daí assumo a minha responsabilidade em termos de Tribunal. Assumo a minha responsabilidade, porque eu não disse nada disso. O que eu disse é que o plano de impacto ambiental estava a ser realizado para ser entregue na IGAMAOT. Foi o que eu disse.

O Senhor Deputado veio dizer outra coisa completamente diferente. A IGAMAOT é quem manda na CCDR-N.

Não está a desenvolver projeto nenhum, parece que não percebe.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esse pormenor que não é objeto de discussão, os Senhores Deputados poderão tê-lo quando tiverem oportunidade de se cruzar.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que o Senhor Deputado está a dizer, eu não disse nada disso. Perdeu uma oportunidade de estar calado.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isso já não é do interesse municipal, não é o objeto em questão na discussão, pelo que se dão por terminadas todas as intervenções. Passo a palavra à Senhora Presidente de Câmara para dizer o que se lhe oferece sobre as intervenções produzidas neste ponto.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

[Handwritten initials and marks]

Esta Proposta de Ação de Relevante Interesse Público - Pedido de Declaração de Interesse Público Municipal da Quinta do Choupim, Sociedade de Empreendimentos, Lda., reveste-se da maior importância para o Município - não vou responder particularmente às questões colocadas pelos Senhores Deputados, porque o universo foi muito semelhante - e desenvolve-se nos termos da diplomacia económica que a Câmara Municipal tem estado também a trabalhar e no sentido de que o desenvolvimento turístico é de facto uma das nossas atividades e estamos, desde já, muito satisfeitos pelo facto de os nossos turismos rurais, turismos de habitação estarem com taxas de ocupação muito significativas. Por isso, julgamos que esta proposta deve acolher o parecer e a votação favorável dos Senhores Deputados no sentido de que a Câmara Municipal, tal como foi também a nossa posição relativamente ao projeto apresentado por outra empresa na União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa, a Câmara Municipal não pode ser um entrave ao desenvolvimento. Também sabemos que a construção destes empreendimentos obtém pareceres favoráveis ou desfavoráveis de várias entidades e serão, obviamente, objeto de estudos de impacto ambiental e aprovações de condicionalismos vários, relacionados com a legislação vigente.

A esta Assembleia, como também já foi aprovado em Reunião de Câmara, compete apenas a declaração de interesse público municipal e depois a agilização de todo o processo de licenciamento, obtendo o parecer de diversas entidades, designadamente a CCDR, a REN, a RAN, tudo aquilo que condiciona a construção deste tipo de empreendimentos.

É inegável a importância desta infraestrutura, até pela criação de postos de trabalho e pelo desenvolvimento que traz a todo o território. Sabemos que têm de existir determinadas cautelas, também foram assinaladas por muitos dos intervenientes, relativamente à possibilidade do escoamento dos turistas poder ser feito de uma forma seletiva para aquele empreendimento. Tudo vamos fazer para acautelar essa situação, no sentido de que o nosso pequeno comércio, a nossa pequena indústria possa ter os benefícios diretos com este investimento. Estamos aqui para acolher bons investimentos e salvaguardar o potencial turístico do território.

Por isso, apresentamos a proposta, sabendo que, e conhecendo os empreendedores, não é por isso que também aprovamos a outra declaração de interesse municipal relativamente ao outro investimento. De qualquer forma, o que posso dizer em relação ao outro investimento é que está a ser acompanhado pela AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, uma vez que são investimentos de capitais de sócios estrangeiros, sendo a AICEP que está a fazer o devido acompanhamento desse empreendimento.

Relativamente a esta questão, não conheço a fundo as questões dos fundos comunitários, isso é uma questão que compete aos próprios investidores.

Em relação à questão da Empresa de Extração de Óleo e de Bagaço, é uma questão que temos com essa empresa e com a outra empresa que já hoje abordamos aqui. É um problema ambiental grave que todos conhecemos e que ao se aproximar a época da colheita da azeitona se adensam as questões relacionadas com potenciais situações ambientais.

A Câmara Municipal conhece essas situações, as Associações de Agricultores, a recém-criada - desde o ano passado - a Associação de Lagares também tem estado a desenvolver um trabalho neste sentido, mas de facto são problemas graves que só com soluções alternativas é que os podemos resolver.

Julgo que não há mais nada a acrescentar, a proposta e o projeto que aqui constam anexos à proposta do Executivo é muito esclarecedor daquilo que é o projeto e do potencial que tem.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero fazer um pedido de esclarecimento, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente pode garantir aqui, hoje, que não vai ficar um apeadeiro do comboio na Quinta do Choupim? Como é que a Câmara Municipal vai poder reverter isso se vai declarar aqui o interesse relevante municipal?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aquilo que posso garantir é que tudo o que diz respeito à Mobilidade do Tua está condicionada à Agência. Não existindo, neste momento, nenhum apeadeiro naquele local, não deverá existir no futuro nenhum apeadeiro para saída de passageiros. Ou seja, as paragens e o término da linha é em Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É um pedido de esclarecimento por isto: Quando leram o que iria ser o empreendimento, só queria que me confirmassem sim ou não, apercebi-me que ia ter um hotel, estamos a falar em um número de camas, mas não é isso que se deve realizar para o investimento, vai ter um hotel, vai ter apartamentos T2 e vai ter V4, parece-me que foi isso que ouvi. Porque, assim sendo, se isto é verdade, daí agradeço esclarecimento, a grande preocupação do Senhor Deputado creio que desaparece, porque o que o investimento irá fazer é criar um hotel que eles podem gerir diretamente. Agora, parece-me que o restante investimento, a restante construção será para venda para pessoas que vêm para Mirandela, como vão para outro sítio qualquer. É um urbanismo que vai ser vendido, pode ser a mim ou a qualquer um de nós, venho, tenho ali a minha casa, estou e não fico lá dentro confinado ao investimento.

É esta a perceção que tenho. Agradecia que me confirmasse se é isso.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É mesmo isso que se pretende.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra e 49 votos a favor, aprovar o pedido de reconhecimento de ação de relevante interesse público do projeto “Projeto de Desenvolvimento da Quinta do Choupim” em que é requerente a Sociedade “Choupim, Sociedade de Empreendimentos, Lda.”, considerando-se o mesmo de interesse público municipal do investimento proposto para a região, nos termos das medidas legais de incentivo ao investimento e demais legislação, devendo ser emitida declaração pela Assembleia Municipal de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

A Declaração de Voto da CDU é exatamente neste sentido: o principal objetivo aqui e que fica claro não é a construção de T2 nem de V4, é aquilo que está e que é o cerne da questão que é a parte hoteleira, a parte turística e aquilo que vem adjacente. Portanto, não é o facto de se construir lá as casas, os apartamentos, as vivendas, mas é o hotel com 1700 camas e o apeadeiro que vai lá ficar com essa funcionalidade.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Ainda bem que há oportunidade e que surgem de dois projetos mais ou menos equivalentes, que são os dois privados, pelos vistos. Vim aqui defender o outro projeto, desta vez achei que não precisava de vir defender, mas por isso também votei a favor e votarei a favor de qualquer projeto que seja para o desenvolvimento de Mirandela e do concelho.

Infelizmente não há projetos para o desenvolvimento das Freguesias de Franco e de Vila Boa deste género, isso é que é lamentável.

4.9 - Proposta - Aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal a Desafetação do domínio público do Município de duas parcelas de terreno com a área total de 136, 5 m² tendo em vista a integração no domínio privado para posterior permuta com duas parcelas privadas com área igual a afetar ao domínio público do Município.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 10 de setembro de 2020, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal, das parcelas de terreno com a área total de 136,5 m², devidamente assinaladas nos anexos à presente proposta e da qual faz parte integrante;
- 2 - Permutar com o Sr.º *José Fernando Meireles*, as parcelas de terreno desafetada e mencionada no ponto anterior, pelas parcelas sitas na mesma zona, com igual área e devidamente identificadas;
- 3 - Ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a afetação ao domínio público municipal, das parcelas de terreno com a área total de 136,5 m², devidamente assinaladas nos anexos à presente proposta e da qual faz parte integrante, a destinar a arruamento. A parcela será transmitida ao Município em resultado do contrato de permuta livre de quaisquer ónus ou encargos.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Trata-se de um ponto que tem gerado alguma polémica e é obrigação da Mesa tentar clarificar ao máximo as questões antes de haver discussão.

Daí, eu falar como Presidente da Assembleia, não como Deputado senão teria com certeza outra forma de apresentar a questão. Vou tentar ser o mais isento possível, portanto, não há pretensão da minha parte de querer influenciar o que quer que seja. Quero apenas clarificar e basear-me naquilo que é o meu conhecimento e que de uma forma geral é o conhecimento da população e possivelmente de muitos de vós. Também pedir, como já pedi, ao Executivo alguns esclarecimentos.

Então, a perspetiva é a seguinte.

[Handwritten initials and marks]

Isto divide-se em três partes. Por aquilo que conheço, que é o conhecimento geral, no passado, o anterior Executivo fez um projeto envolvente da Praça de Nossa Senhora do Amparo e permitiu que os projetistas fizessem a implantação desse projeto sob propriedade privada, que é grave, mas fez.

A seguir, ainda mais grave, fez uma candidatura a esse projeto “pisando” sobre propriedade privada. Isso continua a ser grave - estou a falar do anterior Executivo – Depois começa a obra inclusive sobre propriedade privada, o que para além de muito grave, é incompreensível. Claro que quando se procede assim, há consequências terríveis, às vezes irreversíveis. Esta é a primeira parte, episódio 1.

Episódio 2: Há uma mudança de Executivo, os trabalhos continuam a decorrer até que, necessariamente um dos proprietários, quando chegam ao terreno de que é proprietário - se não é assim, é o conhecimento que tenho – manda travar a obra. Situação legítima e compreensiva.

Não sei o que a Câmara entretanto combinou nem que compromissos assumiu... De qualquer modo, tenho que louvar, quer o proprietário, quer a Câmara por terem conseguido ultrapassar esse impasse naquele momento, permitindo que a obra chegasse ao fim. Chegou ao fim em parte, porque, como sabem, estamos a falar de um dos proprietários, porque havia mais e há ainda uma fase do projeto por concluir por causa disso...Penso que a igreja também tinha propriedade, o hotel tinha propriedade e o Senhor *Meireles* também tinha propriedade.

A última parte já não se concluiu, porque não houve acordo com o proprietário do hotel, que era o passadiço para a Zona Verde. De qualquer forma, nós, munícipes, apenas sabemos que teria houve aí alguma conversação, alguns acordos e a obra não parou, felizmente. Como digo, louvo as duas partes por terem conseguido isso.

Parte 3: A parte 3 é aquilo que hoje temos em cima da mesa. Confesso que inicialmente não percebi, envolvi-me ao máximo possível sobre o assunto e deparei-me com algumas incongruências, algumas irregularidades, para além daquilo que está em causa.

Então, tenho necessariamente que referir aqui a Lei n.º 75/2013, que diz assim: *“Constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 23.º da presente lei.”* Isto é uma obrigação das autarquias e eu jamais perei em causa a boa vontade da nossa autarquia em cumprir com este requisito. Não quero pôr em causa de forma nenhuma.

Entretanto, também fui buscar alguns pareceres jurídicos e há um parecer que diz assim: *“Deve salvaguardar-se que a desafetação de um bem de domínio público e a sua conseqüente incorporação no domínio privado, quando for expressa, terá de ser devidamente fundamentada em razões de interesse público e não de interesse particular, nomeadamente o negócio jurídico.”* Este é um parecer.

Há um outro parecer que diz assim: *“Procedimentos administrativos para perfeição de atos administrativos. As propostas de desafetação carecem de ser fundamentadas estritamente por razões de interesse público, uma vez que há uma parcela que vai sair da esfera pública e passa para a esfera privada.”* Estamos outra vez a falar de fundamentação.

Que fundamentações é que temos por parte do Executivo?

Numa das propostas o Executivo diz assim: *“Uma vez que não foi previamente acautelada essa permuta antes da nova configuração urbanística ocorrer, e a empreitada neste momento já se encontra terminada há necessidade de desenvolver o procedimento tendente à desafetação do domínio público das referidas parcelas de terreno para o domínio privado do Município a fim de se proceder à posterior permuta. O Município pretende assim regularizar o processo cuja área já foi intervencionada e não vê qualquer inconveniente na desafetação do domínio público das referidas parcelas de terreno com as áreas de 2.50 m² e 134 m² para domínio privado (...).”* Isto para mim não é uma fundamentação.

Há um outro documento em que o Executivo, isto a propósito da consulta pública, diz assim: *“(...) procedeu-se à abertura de um período de consulta pública pelo prazo de 10 dias úteis, não tendo sido apresentadas quaisquer reclamações ou sugestões devidamente fundamentadas dentro do prazo estipulado, pelo que se considera que seja de todo o interesse efetuar a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal.”* Muito pouco. Isto não é, a meu ver, fundamento para uma situação destas.

Lamento dizer, o Executivo não esteve bem. Não esteve bem, porque isto não é credível não é suficiente.

Ainda sobre a consulta pública, fui estudar a questão e reparei que as consultas públicas têm de ser visíveis. Não quero dizer que não foi transparente, não, mas não foi visível.

Primeiro, acho que não cumpriu os prazos, porque este tipo de publicações em edital devem fazer-se nos 10 dias subsequentes à deliberação. Ora, a deliberação foi em fevereiro e a consulta pública foi em junho. Portanto, não havia urgência. Mas, ainda assim, diz a consulta pública: *“Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 124.º”, isto tem a ver com a dispensa de audiência dos interessados. Fui ver o que era a alínea d) do n.º 1 do artigo 124.º e diz assim: “O número de interessados a ouvir seja de tal forma elevado que a audiência se torne impraticável, devendo nesse caso proceder-se a consulta pública, quando possível, pela forma mais adequada.”*

A consulta pública para uma situação destas, acho que é um entendimento geral, deve ser mesmo uma consulta pública. Não deve ser uma coisa opaca e aqui pecou muito pela falta de visibilidade.

Deixai-me dizer o seguinte na qualidade de Presidente desta Assembleia. Isto não é um problema político, não estamos a votar politicamente nada, como às vezes acontece e é nossa função. Estamos aqui a votar uma questão que tem a ver com o património público.

Gosto muito de ver esplanadas “salpicadas” pelas nossas praças. Todos devem gostar. Mas em praças públicas...

No ortofotomapa, enviado em anexo com a documentação, temos aquilo que é conhecido como a Esplanada da Sacor e temos delineado a verde aquilo que era e é a propriedade legítima do proprietário. A azul temos a permuta que nos apresentam aqui, hoje, para ser feita. Não é a permuta que está a ser apresentada, é a desafetação, mas que por sua vez já está implícita, porque na deliberação da Câmara - é uma coisa que também não entendo e não gostei, confesso, - além de dizerem que vão apresentar à Assembleia o projeto de desafetação, já referem que vai haver uma permuta e mais, também já está deliberado, por maioria da Câmara, a afetação da parte privada para pública. Na deliberação da Câmara, no ponto 3 diz assim: *“Ao abrigo da alínea ccc) do n.º*

1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a afetação ao domínio público municipal, das parcelas de terreno com a área total de 136,5 m² (...). Temos então deliberado e aprovado em reunião da Câmara, a desafetação, a permuta e a afetação. Ou seja, temos o pacote completo como se isto fosse já, um problema.

Tudo isto está ligado à questão que estou a apresentar. Isto que estou a falar são problemas que me chegam por *e-mail*, posso dizer que recebi 37 *e-mails* sobre esta questão, de municípios com dúvidas e estão todas envolvidas e ligadas ao projeto.

De qualquer forma, não sei que compromissos há com o atual proprietário sobre esta permuta, mas como veem no ortofotomapa aquilo que se está a permutar é parte de um troço da nossa Avenida de Nossa Senhora do Amparo, um troço público. Ainda por cima, que está na embocadura daquilo que é um dos nossos ex-líbris da cidade, a Ponte Românica.

Não é um problema muito fácil de resolver nem de encarar, por isso, e a título de abertura, quero pedir aos Senhores Deputados que de uma forma apartidária e de uma forma consciente ponderem muito cuidadosamente aquilo que está em causa.

É nossa obrigação deixarmos para os vindouros, heranças boas e pode não ser boa a herança de estarmos a vender, a alienar - porque permutar, vender ou alienar é a mesma coisa - um espaço público e logo no lugar onde é. Penso que é uma questão inédita em Portugal.

No futuro, iremos ser julgados pelas decisões aqui tomadas.

Fica ao vosso critério.

Agora peço a explicação do Senhor Vice-Presidente *José Cunha*, que com certeza responderá a estas questões e, melhor que eu, poderá dar satisfações às nossas dúvidas.

A decisão é tomada hoje e está na mão dos Senhores Deputados decidirem de uma forma ou de outra.

Como Presidente da Assembleia Municipal pedi esta explicação à Senhora Presidente, que a delegou no Senhor Vice-Presidente *José Cunha*. Vamos ouvi-lo com toda a atenção, eu vou ouvi-lo com toda a atenção.

Ainda sobre a minha intervenção, estão a chamar-me a atenção e com toda a razão, a deliberação de fevereiro que li em que tem as três questões, não foi aprovada por unanimidade mas sim por maioria dos membros do executivo. A que foi aprovada por unanimidade foi para trazer à Assembleia Municipal a desafetação. Peço desculpa pelo erro e fica a retificação.

----- O Senhor Vice-Presidente *JOSE CUNHA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a oportunidade de poder explicar, visto que este ponto tem alguma polémica e acho que a decisão deve ser tomada em consciência e no melhor dos interesses de Mirandela, seja ela qual for a decisão.

Fazer um ponto prévio. Na altura, quando foi preciso tomar decisões, tive que as tomar, foram decisões minhas, não tenho medo de tomar decisões, por isso, tive que as tomar para ter algumas resoluções.

Na altura, isso é o que está na minha consciência, é o que me interessa, todos os dias quando me deito, é que tenha tomado a decisão mais acertada com a documentação e com as informações que tinha ao momento. Mais tarde podem aparecer outras situações ou não, sejam boas ou más. No momento tive que tomar a decisão, achei que era a melhor solução, a melhor oportunidade para resolvermos o problema.

Antes de mais, quero falar um pouco do projeto. Acho que por vezes debatemos muita coisa, mas não se conhece o projeto. Julgo que aqui pode haver confusão em se votar o tema que é a desafetação ou o projeto, se gostam ou não gostam, se está bem executado ou não. Pode existir essa confusão e entendo, porque se estivesse no lugar dos Senhores Deputados também aconteceria, pois agora vejo a obra executada e posso não concordar com algumas coisas que lá estão e então vou votar contra ou a favor se achar bem ou se achar mal.

Vou tentar demonstrar tudo, documentos oficiais que estão na Câmara, isto é tudo documentação nossa e mostrar o que era o antes e o depois.

Falando do projeto, se repararem, este projeto foi apresentado oficialmente dia 26 de junho de 2016, na Confraria de Nossa Senhora do Amparo. Por acaso, pessoalmente estava presente, foi feita a apresentação e assisti ao projeto.

Nesta imagem que estou a mostrar vê-se toda a requalificação que estava pensada e nessa requalificação também estava incluído um passadiço de ligação à Zona Verde. Neste projeto vemos identificados alguns edifícios que estavam previstos, como o edifício polivalente, o Museu, a quermesse, os sanitários. Tudo isto estava previsto inicialmente e no projeto em si está previsto, mas na candidatura não era prevista a construção de edifícios, por isso é que só está feita a obra que lá está e que se vê.

Nesta imagem está identificado o limite da proteção da Ponte Velha. Tudo o que for feito nesse perímetro a Direção Regional de Cultura do Norte terá que pronunciar-se sobre a intervenção, se concordam ou não, por se tratar de um monumento nacional.

Já que estamos a falar da parte da Sacor, tem-se falado muito, por vezes, que o projeto não é o mesmo em relação ao início. A alteração é só uma. A única alteração que existe neste projeto foi a frente rio em que estava previsto abater todas as árvores que se encontravam ali, sendo que uma determinada zona seria para a possibilidade de colocação de uma imagem de nossa Senhora do Amparo.

Quando estava a acompanhar a obra e que comunicam que as árvores iam ser abatidas, pedi para interromper e que alterassem o projeto, porque no meu entendimento não faria sentido retirar aquelas árvores. Por isso, a nível de projeto, a única alteração que existe ao projeto inicial e candidatado é esta substituição na parte frontal junto ao rio.

Se repararmos no resto, na zona da Sacor, já estava previsto o estacionamento, os bancos já estão desenhados, já estava tudo previsto, nada foi alterado. Já estava previsto deixar de ser rodoviário e passar a ser pedonal, com lancis, o término da rua, o estacionamento, uma passadeira sobrelevada. Tudo isso estava previsto no projeto.

Na memória descritiva, na página 6, na descrição, diz: “A intenção da proposta é agregar toda a área de intervenção à sequência dos espaços de estar e lazer existente, eliminando percursos de circulação automóvel junto ao Rio Tua, reorganizando-os para lá

[Handwritten initials and marks]

desta área requalificável, valorizar as áreas de lazer e os percursos pedonais com ligação entre a zona e o Parque Dr. José Gama.” Por isso, na proposta inicial do projeto já estavam a eliminação de toda a zona rodoviária, a parte frontal do santuário, como a zona da Sacor e dos nichos.

No projeto foi então pensada, está desenhado, a criação de quatro praças. A primeira, à esquerda, a Praça Nossa Senhora do Amparo; a maior é a Praça da Diversidade Cultural e Lazer; mais acima, a Praça da Sacor e a mais junto à ponte é a Praceta das Almas. Assim, já estava desde o início acauteladas pracetas e a zona da Sacor, que agora estamos a falar, é uma praça e não é zona de passagem rodoviária nem dos peões, o chamado passeio. É uma praceta que está ali instalada.

No ponto 8 temos a definição: “A terceira praça, Praça Sacor, assim denominada por aí terem funcionado umas antigas bombas de combustível com esse nome, cuja construção hoje é um estacionamento de restauração e a Praceta das Almas, quarta praça, são fisicamente o prolongamento uma da outra.” Está aqui referido que ia ser ocupado por um estacionamento.

Nesta imagem que mostro agora diz aqui: “Avenida Nossa Senhora do Amparo”, que era o que existia antigamente, chama-se Avenida Nossa Senhora do Amparo só que é uma zona pedonal, “reorganização da circulação automóvel, pedonal e estacionamento”. Estava aqui referido no projeto que havia essa intenção de acabar com a circulação rodoviária.

Se falarmos especificamente na Praceta Sacor, o que estava ali previsto? Têm-se ouvido algumas dúvidas sobre se os bancos eram em granito ou não, se eram presos ou não. Como podem ver: “A praça Sacor que marca uma aérea pedonal e uma pequena área de estacionamento, sobretudo para pessoas com mobilidade condicionada em detrimento do atravessamento automóvel.” Muita gente pergunta porque é que está ali aquele estacionamento, que é para benefício da esplanada... Esse estacionamento foi pensado pela arquitetura para colmatar os estacionamentos que foram eliminados na zona envolvente e principalmente para as pessoas com mobilidade reduzida.

“Toda a área pedonal será executada em cubo de granito (...)”, a questão do estacionamento e depois temos a questão dos bancos. “Para impedir e delimitar a zona de estacionamento será colocada uma sequência de bancos”, aquilo não é só um banco, são vários bancos colocados com mais ou menos um metro cada um, por isso há possibilidade de retirar, porque não estão cravados, estão assentes no piso. Como se pode ver, desde o início está referido que esses bancos são em betão e não em madeira, plástico ou qualquer outra matéria.

A conclusão desta memória descritiva diz: “Esta intervenção irá reorganizar e colmatar esta parte da cidade com um novo desenho, ficando como premissa da possibilidade de criar um anel circuito de ligação entre as várias zonas pedonais existentes ao longo dos dois cursos de água que atravessam a cidade, alterando ainda mais os hábitos dos habitantes para que possam usufruir de um espaço público que se pretende cada vez mais para as pessoas.” A intenção base era que existisse ali pessoas e movimento e não veículos, por isso é que foram criadas as praças.

Em relação aos pareceres, para que não haja dúvidas, o parecer da Direção Regional de Cultura do Norte refere: “Pretende-se a integração deste espaço num espaço público, procedendo-se a reordenamento diário e pedonal de toda a área, privilegiando-se a circulação pedonal e a substituição das construções de menor qualidade que ocupam o lugar. A Praça Sacor na envolvente do antigo posto de abastecimento de combustível (...)” Havia aqui a referência às pracetas e à questão da mobilidade, por isso, aquela infraestrutura desde o início estava projetado determinar não haver o acesso rodoviário à ponte, assim como víamos antes da intervenção.

A APA, na sua declaração, diz: “A área da Praça Sacor marca uma área pedonal e uma pequena área de estacionamento, sobretudo para pessoas com deficiência, condicionada em detrimento, atravessamento automóvel hoje existente”. Cá está, sempre a falar que houve o detrimento do atravessamento automóvel. Desde o início sempre o projeto teve esse fim, acabar com a circulação automóvel, por isso, havia essa intenção, no fundo da ponte, com esta parte, terminar com a circulação automóvel logo à partida.

O Senhor Deputado *Rui Sá* há pouco disse que pediu alguns esclarecimentos, até solicitou, na altura, a presença do Senhor Ex-Diretor. O Senhor Ex-Diretor mandou alguns *e-mails* a levantar algumas questões, que por vezes não percebo, mas vou explicar. Os outros pontos também falei mais à frente, mas agora estamos a falar na questão do projeto. Senhor Eng.º *Guedes Marques*, antigo Diretor de Departamento.

No ponto 9 refere: “Uma rua é muito mais que um espaço urbano, é antes uma infraestrutura que serve todo o público. Esta avenida Nossa Senhora do Amparo foi durante décadas uma estrada nacional e via principal da cidade por onde passava todo o trânsito antes da Ponte Machado Vaz. É a avenida que adota o nome do Santuário agora valorizado. Como rua, que nunca deveria deixar de ser, sempre devia ser disponível para solução de emergência, o qual a atual configuração com a esplanada, o lancil em degrau e os bancos de granito encastrados no solo não permite.” Por isso, estar o antigo Diretor a referir isto no dia 07 de agosto de 2019, quando vimos anteriormente no projeto que o que está é o contrário do que ele diz. Projeto aprovado e dado parecer por ele. Os bancos não estão cravados, são em betão, se víamos o desenho do projeto os lancis estão cá e não são rebaixados, não são galgáveis, são os lancis iguais a toda a limitação do passeio com a estrada.

Falando na segurança, aproveito para mostrar duas imagens. Está no projeto e estão executados dois acessos a toda a zona para veículos de emergência. Se passar uma viatura na Ponte Velha, se passar uma ambulância, um carro de incêndio ou a polícia, podem passar por esses acessos, porque tem entrada e saída de viaturas de emergência. Posso dizer que atualmente utilizo este espaço quando vou passear com o meu filho e já vi várias vezes o carro da polícia a passar por esta praça até para verificar ajuntamentos e comunicar que as pessoas têm que se afastar. Por isso, a circulação de viaturas de emergência não está colocada em causa. Esses dois acessos estão livres mesmo com a permuta, sendo os mecos manuais, baixam manualmente.

No ponto 10 diz: “Nesta fase das festas em que a Ponte Açude estava encerrada por causa do fogo-de-artifício, se houvesse um problema que inibisse o trânsito na Ponte Machado Vaz, a Ponte Velha deveria sempre estar disponível, como sempre esteve, para aceitar viaturas de emergência com acesso ao hospital e ao heliporto. Esta condição é muito mais sublime e relevante do ponto de vista público do que o uso como esplanada. Sugiuro mesmo que a Proteção Civil avalie esta situação.” Como mostrei nas imagens, há acesso para entrada e saída de viaturas de emergência, sejam carros de fogos, seja polícia. Se me disserem “passa a ser circulação automóvel”, não, não está previsto nesse projeto a circulação automóvel diária e em quantidade.

No ponto 11 refere: “No estudo prévio de intervenção foi feito para a envolvente do Santuário, disponibilizando e divulgando à população, não se expressava o propósito de transformar um espaço público num espaço privado. O que sempre ficou na ideia de

[Handwritten initials and marks]

todos é que se reproduziria ali uma solução equivalente à da Rua da República em que a qualquer momento a Câmara poderá pôr em serviço a componente rodoviária. Na Rua da República também existem as esplanadas, mas a via fica disponível para que passem as procissões e outros eventos ou mesmo qualquer assistência de emergência sem nunca prejudicar o serviço rodoviário que se justifique.”

Também vos comunicar que na questão do projeto, este foi pensado e executado na questão religiosa das procissões para que a procissão ao chegar ao fundo da Ponte Velha vire à esquerda e desça a alameda, passe à frente da capela, o que tem mais dignidade é que Nossa Senhora e todos os andores passem diante da capela e entrem na parte lateral que foi construída e não, como até agora, pela traseira.

Por acaso está aqui presente o Senhor Juiz da Confraria em que sabe, debatemos esta situação, quando foi da inauguração, foi transmitido ao Senhor Bispo também, que a procissão, o que a Arquiteta apresentou, era para fazer esse acesso. Na minha opinião, falo também como Ex-Juiz e sabendo o que é a Nossa Senhora que já a servi, acho que tem muito mais dignidade e aceitei, quando a Arquiteta me explicou, essa questão de a procissão virar à esquerda para que possa passar diante da capela, como o andor principal de Nossa Senhora do Amparo ficasse na praça para a missa campal e no final recolhia ao interior da capela. Também naquele espaço mais largo em frente à capela pudessem estar perfilados para fazer a chamada Guarda de Honra dos cavalos da GNR, como a fanfarrã - quem já foi à procissão sabe que eles se colocam na entrada a fazer a guarda de honra - e normalmente o andor também vira para os saudar. Por isso, na parte inferior há muito mais espaço, muito mais dignidade. Se me perguntarem, acho que é muito mais digno a ida da procissão por aquela parte.

Na altura foi informada a Confraria de Nossa Senhora do Amparo que era esta a situação, o Senhor Juiz transmitiu que iriam manter o circuito habitual, que não iam alterar, porque as pessoas assim o desejavam. O que também critico é se quando foi do momento da execução do projeto se não deveria ter sido consultada a Confraria. Consultei o Senhor Juiz em que disse que não foram consultados, o projeto foi apresentado e tiveram que aceitar.

Então, se um projeto que vai ser utilizado na sua maioria pela Confraria, não deveria esta estar envolvida e não deveria ter dito também quais eram as suas intenções? Por exemplo, se queiram manter a procissão no circuito habitual ou se pretendiam mudar. Faz-se um projeto para mudar o circuito da procissão e depois a Confraria quer manter o anterior. Acho que isso devia ter sido acautelado e, no meu entender, o Senhor Juiz da Confraria faz aquilo que entender, tem as suas competências, acho que será bem mais digno a procissão ir pela esquerda ao fundo da Ponte Velha, com mais espaço, com mais dignidade do que entrar pelas traseiras e não passar na frente da sua capela.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Vice-Presidente, peço desculpa, permita-me uma pequena interrupção.

O que está aqui em causa não é o projeto. O projeto está feito assim e pode ser alterado quando for necessário. Ver uma praça é muito bonito, ver uma esplanada na praça é muito bonito, a Santa passar pelo lado esquerdo... Hoje há essa ideia e se a Confraria estiver de acordo, porque não? No entanto, a questão que se coloca é que ao estarmos a permutar uma parte da avenida por uns lugares de estacionamento, no futuro, os políticos que vierem, se calhar o Senhor Vice-Presidente até como Presidente da Câmara daqui a uns anos quer alterar o projeto e está completamente inviabilizado de o fazer.

A questão que se coloca é o estarmos a alienar um espaço público, que é um problema irreversível e que só se colmatará mais tarde com uma expropriação, com Tribunais. Se é preciso resolver o problema hoje, resolve-se hoje.

----- O Senhor Vice-Presidente *JOSÉ CUNHA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, estou a fazer este enquadramento para explicar as razões da minha decisão, porque para decidir tenho que avaliar as situações. Não vou dizer “decidi permutar e já está”. É preciso explicar e eu disse no início que achava que muita gente por vezes não conhece o projeto e está mais contra o projeto do que a questão da permuta, por isso é que tomei essa liberdade de o apresentar.

A questão da desafetação e da questão que agora não querem discutir o projeto, mas vejo as discussões e de interesse, como o Senhor Presidente disse que recebeu 37 e-mails, também ouço toda a gente alarmada na rua a dizer “onde vai passar Nossa Senhora?” Se calhar para o Senhor Presidente não é importante, para mim é...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Não, desculpe, é muito importante ela hoje passar pela esquerda, mas amanhã poder passar pela frente. Para mim essa é que é a importância. Dou muita importância a essa passagem, mas isso é um critério religioso. Agora, cortar a possibilidade de amanhã passar ali, se o novo proprietário da parte da avenida o entender, é que me parece mais estranho.

----- O Senhor Vice-Presidente *JOSÉ CUNHA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Já expliquei algumas chamadas de atenção, até internamente, mas que foram contraditórias àquilo que decidiram anteriormente, por isso, não sei muito bem às vezes o que responder sobre isso. Como a questão dos degraus, da esplanada, do banco, tudo isso, existir naquela zona.

Passemos agora àquele espaço concreto da Sacor e também o que é que aconteceu, o que é que me apareceu em mãos e porque é que tinha que tomar algumas decisões.

Como disse o Senhor Presidente, quando se faz uma candidatura temos que informar se somos proprietários dos terrenos, da zona ou do edifício onde vamos intervir, ou caso não tenhamos em nosso nome durante o processo ou até o início do processo tem que estar em nosso nome.

Nestas duas declarações aqui presentes, assinadas na altura pelo Senhor Vereador *Manuel Rodrigues*, passo a ler: “O Município de Mirandela, pessoa coletiva n.º xxxx, aqui representado por *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*, na qualidade de Vereador (...) na

operação designada por PARU 1 - Reabilitação do espaço público envolvente ao Santuário de Nossa Senhora do Amparo, submetida no âmbito do Aviso Norte (...) designado pelo plano estratégico do programa NORTE 2020, que este Município possui legitimidade para intervir no espaço abrangido pelo projeto infraestrutural previsto na operação por se tratar de uma intervenção realizada num espaço de domínio público, não se encontrando este sujeito a registos.” Tanto esta declaração como outra, assinadas no mesmo dia para a mesma candidatura diz que nós não iríamos fazer expropriações, porque tudo é nosso, por isso podemos intervir naquele espaço.

Uma pessoa analisando estes documentos, pensa “não há expropriações, vamos avançar com o projeto, vamos fazer” e quando chegamos lá é que percebemos que afinal não é nosso.

Também o anterior Senhor Presidente assinou uma declaração, na altura, na submissão ao Tribunal de Contas dizendo que: “(...) são propriedade do Município de Mirandela e que os mesmos confinam com arruamentos públicos não havendo lugar à constituição de servidões administrativas sob prédios de terceiros nem à expropriação de prédios. Por ser verdade, mandei passar a presente declaração que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes serviços.”

Se formos verificar, foram prestadas declarações ou documentos em que as informações contidas eram erradas, para não dizer falsas.

Na candidatura, o que diz é que no momento do termos de aceitação, é quando aceitamos o dinheiro a dizer que vamos fazer a obra, teríamos que ter isto resolvido. Não foi resolvido e na análise do projeto até diz que não aconteceu, porque a intervenção era em espaço público.

Agora, o Senhor Vereador ou o anterior Senhor Presidente podem dizer “não sabia dessa informação” ou “os serviços não me avisaram que aquilo era propriedade privada quando fizeram o estudo”, pode acontecer, muitas vezes - falo por mim - dão-nos alguns documentos e nós acreditamos no que os serviços nos dizem. Mas, se verificarmos a aprovação do projeto, até a informação do antigo Diretor diz: “O projeto que se propõe para aprovação é um projeto emblemático para a cidade e marcará o Santuário de Nossa Senhora do Amparo para as próximas décadas. Em fase de estudo prévio foi apresentado publicamente e não mereceu contestação expressa que justificasse deriva de qualquer dos propósitos.” Sublinha a forma relevante, elogia os serviços, os pareceres e diz: “Deve ainda contactar-se o hotel pela interação do passadiço e o proprietário da esplanada pela reconfiguração do local.” Pelo que podemos verificar, neste momento, o antigo Diretor sabia que aquilo era privado. Depois, mais tarde, em 2019 e 2020, vem pôr em causa a legalidade da propriedade do terreno”. Contudo, se repararmos também no português, refere “reconfiguração”. Para mim, não diz para expropriar, não diz para comprar, diz “reconfigurar”. Para mim, reconfigurar é pegar em algo que existe e mexer, alterar.

Quanto à proposta que apresento, e falaremos a seguir, chegamos a essa solução, os serviços também me disseram que era a solução prevista do anterior Executivo. Pode ser boa, pode ser má, isso é o que os Senhores Deputados vão decidir, mas era a previsão.

Na informação está dito “reconfigurar”. Tinham a intenção de reconfigurar. Se nos outros lados havia estradas, não iam ficar com as estradas, no projeto mantinham-se, só podiam ir para a praca que era a intenção.

O Senhor Vereador propôs a Reunião de Câmara, por isso, a informação de que não era propriedade do Município teve-a em dezembro de 2016. Daí que não entendo quando se diz que não era e que não se pôde fazer.

Aqui, nesta Assembleia, isto foi debatido e posso dizer que o Senhor Deputado *Rui Sá* estava presente, assim como o Senhor Deputado *Paulo Pinto* e nenhum dos dois fez intervenções, à exceção do Senhor Deputado *António Figueiredo* e do Senhor Deputado *Dinis Veiga* que não está aqui presente.

O Senhor Deputado *David Garrido* da CDU fez uma questão nessa Assembleia: “Relativamente a este Caderno de Encargos que é apresentado, aquilo que eu pergunto é, uma vez que o parecer do Senhor Eng.º *Guedes Marques* dizia, “deve ainda contactar-se o Hotel, pela interação do passadiço e o proprietário da esplanada pela reconfiguração do local”, aquilo que eu pergunto é se isso já foi feito e em que pé é que está.” O Senhor Presidente, na altura, não respondeu a esta pergunta. O Senhor Deputado se também tinha dúvidas sobre a questão, que foi aqui levantada, podia ter questionado se era propriedade ou não e se havia ali algum terreno privado para executar.

Outra situação, em fevereiro deste ano, na Reunião de Câmara, o Senhor Vereador *Manuel Rodrigues* disse: “Aqui não colocamos em causa os prejuízos que foram causados ao Promotor. Achamos é que a solução que foi criada pelo Executivo não é a ideal. (...) Agora, aquilo que defendemos é que a capacidade que o Executivo teve de negociar com o promotor não foi a que favorece mais a Cidade de Mirandela.” O que eu pergunto é: Desde dezembro de 2016 até outubro de 2017, quando saiu do Município, não teve tempo para negociar? Seria melhor negociador do que nós, teria tempo suficiente para negociar e arranjar uma solução e se calhar bem mais rápida e bem mais fácil, porque uma coisa é eu negociar sem estar lá a obra e outra coisa é estar com a obra em cima do momento e ter que negociar. Claro que ele tem quase “a faca e o queijo na mão”, porque senão neste momento ainda estaríamos com tapais à volta por resolver a questão.

Esta proposta que apresentamos tem o limite do terreno - propriedade do Senhor em questão - e aquilo que propomos que era o único espaço onde havia liberdade de espaço para podermos permutar o terreno. Claro que podíamos chegar ao momento e havia muitas soluções. Podíamos comprar o terreno. Há muitas alternativas, mas é preciso no momento ter a resposta. Podíamos comprar, o proprietário não estava interessado. Irmos para Tribunal... Posso fazer à força, mas vamos ver uma coisa. O Município podia comprar o terreno se o proprietário concordasse, podíamos ir para Tribunal expropriar, podíamos ter essas versões todas ou a questão da permuta ou alterar o projeto até. Tínhamos várias opções. Contudo, é preciso saber no momento para terminar a obra, estava a terminar, o que é que queríamos. Aí é que tenho de tomar decisões. É acabarmos a obra como está o projeto, tentamos comprar, mas o Senhor não aceita, vamos para Tribunal e possivelmente hoje ainda estaríamos em Tribunal a fazer a expropriação ou alterar o projeto. Para alterar o projeto tínhamos que ir ao NORTE 2020 pedir autorização para mudar, pedir refinanciamento, tínhamos que ir à Direção Regional de Cultura do Norte pedir autorização para alterar o projeto. Quantos meses iriam passar, iríamos depois ter os Senhores Deputados a dizer “A Senhora do Amparo não consegue passar, porque vocês não acabaram a obra e estão lá os tapais à volta do terreno”.

[Handwritten initials and marks]

Quanto à questão das árvores, resolveu-se com tempo, no momento oportuno. Era fácil resolver. É diferente resolver o abate de uma árvore ou chegar a um terreno e tirá-lo ao proprietário. A árvore é do Município, o terreno não é. Eu sei que há essa mentalidade antiga, e digo já que não concordo, chegarmos aqui, quero fazer uma estrada ou um edifício e não me interessa de quem é. Constrói-se, faz-se uma expropriação e acabou-se. Não é assim que as coisas funcionam. Temos que ter respeito pelos outros, temos que ter respeito pelo cidadão. Para tomar essa decisão, não podia fazer isso no momento, não tenho o poder de um Tribunal e dizer “a expropriação está assinada”.

Relativamente ao registo de propriedades, os Senhores Deputados já tiveram acesso, não tenho problema nenhum em falar nele. Está aqui a propriedade - tenho a informação e tenho todos estes documentos em minha posse se alguém os quiser consultar, trouxe para que não houvesse dúvidas - quando foi do loteamento do hotel, porque há essa questão de quem era a propriedade, na deliberação de câmara e nos pareceres escritos, na altura, pelos Arquitetos e Diretores de Departamento, diz: “A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto urbanístico deste loteamento, condicionado a apresentação de uma declaração do proprietário do terreno onde está instalado o ex-posto da Galp em como cede as áreas necessárias à definição dos arruamentos que integrarão o domínio público municipal.” Por isso, existia ali um terreno, não era propriedade do hotel, como já foi dito. O Senhor em causa tinha esta propriedade.

Está aqui a declaração do Senhor *José Fernando Meireles* a dizer que autoriza a cedência do terreno para fazer o logradouro, que é a estrada que liga a antiga bomba de gasolina e o hotel, como pedido pela Câmara. Por isso, a Câmara validou-se.

Esta declaração é de 02 de fevereiro de 1996, o registo de propriedade é de 1999, foi feito por usucapião. Isto é feito no registo. Eu, como pessoa de bem e o Município não vai questionar o registo predial se registou bem ou mal.

Temos uma declaração da Câmara Municipal a dizer que este proprietário cedeu aqueles terrenos, por isso é que ele fez o averbamento depois. Têm um dia de diferença - 4 de setembro de 2009 e 3 de setembro de 2009, a Câmara a informar que o Senhor tinha dado o terreno e ele a seguir foi fazer esse averbamento do terreno.

Em relação ao quiosque, respondendo às dúvidas do Senhor Deputado *Rui Sá*, aquilo a que eles chamavam quiosque, tenho uma fotografia, o único local que fala de um quiosque em todo o processo de loteamento é nesta planta. Está aqui desenhado um “a” que diz que é um quiosque. Isto sou eu a pensar, não estou a dizer que é ou que não é. Em nenhum documento do licenciamento refere que vai ser construído um quiosque. Agora, se pegarmos no projeto e na fotografia anterior que mostrei, não sei se consideravam este edifício um quiosque, isto é tao antigo que não sei se era um quiosque ou não.

Mas realmente, posso usar aqui as palavras do Senhor Deputado *António Figueiredo*, que foi ele que fez este projeto, “o problema da reutilização não é problema dos nossos dias, mas é na atualidade que tem tomado grande expressão como agente de desenvolvimento disciplinar e campo de trabalho do Arquiteto. Neste sentido, o problema da reutilização marca o conflito entre duas necessidades, salvaguardar uma herança e desenvolver uma arquitetura moderna exigindo assim uma definição clara em relação a estes conceitos. Assume-se assim o contributo para dignificar este espaço onde foi criada a oportunidade de discutir conceitos e critérios de intervenção com o objetivo de conferir um novo ciclo de utilização, qualificando para gerações vindouras.” Já aqui era visionário a dizer que devia ser requalificado e a questão de devia ser “outros fins”.

As questões todas de ser propriedade ou não, por “n” situações passaram pela Câmara muitos documentos e nunca ninguém pôs em causa esta questão.

Relativamente a este projeto e à minha proposta, na altura tive que tomar uma decisão para que a obra andasse. Tenho de ser coerente, parar para pensar, muitas vezes fazer uma “visão de helicóptero” do problema em si, ver e resolver. É uma verdade que o cidadão também não tem que ser posto em causa e o interesse público também não pode ser prejudicado. O que é que acontece neste terreno? Eu se vou tirar parte do terreno, ele perde direitos, ele tinha ali uma esplanada que podia utilizar e deixou de ter. Se virmos, fomos nós que nos fomos meter com ele, não foi ele que pediu ali obras. Neste caso específico, se calhar ficou beneficiado ao se fazerem ali as obras.

Há outro café mais adiante que agora tem uma esplanada enorme, porque aumentaram o passeio, mas há outros casos que as obras prejudicaram. Temos um processo em Tribunal do Restaurante “O Forno”, porque as obras da ciclovía foram prejudiciais e levou ao encerramento. Uma vez beneficia, outras vezes prejudica os intervenientes.

Como neste local também já foi aprovado o licenciamento, anteriormente, o Senhor não construiu, de ampliação do edifício. Quando não quis vender, a questão dele foi: “Eu já tive o direito de construir, de alargar um pouco o edifício, se vendo perco esse direito.” Por um lado tem razão. Se lhe vamos tirar o terreno todo, ele perde esse direito. Também temos que salvaguardar o direito das pessoas. E mais... Ele estava em maior vantagem de negociação do que o Município.

Assim, foi preciso também salvaguardar o interesse e na altura foi o que melhor se pensou.

Outra situação que também pensei foi: Será que nos interessa para o bem da nossa cidade? Porque acho que mais importante que o interesse público e o interesse privado é o interesse da comunidade. Será que para a nossa comunidade e para quem nos visita aquilo que lá está é bonito? Será que aquele edifício é bonito? Ter aquelas tendas é bonito? Ou até é dar a possibilidade de um dia fazer obras ou intervenções e ter um edifício condigno? Também foi o pensamento da altura relativamente àquele espaço.

Na altura, enviei um *e-mail* com uma proposta, para mostrar que estava tudo salvaguardado, com uma promessa de permuta. Isto para que ficasse escrito, tanto para nos salvaguardarmos de que fomos a um terreno privado, como ele também mais tarde. A proposta não chegou a ser assinada, porque começaram estas dúvidas da propriedade e teve que se estudar mais um pouco essa questão.

Na minuta, que foi enviada ao proprietário, a primeira cláusula está a questão de permutar, na terceira cláusula os metros, na quarta refere que tinha que ir um avaliador e a quinta salvaguardando desde sempre, o proprietário foi avisado, que o Município não tinha poderes para fazer a permuta. Referimos: “Apresentamos esta proposta, mas tem que ser presente aos órgãos competentes, isto é, tem que ir a Reunião de Câmara depois a consulta pública e posteriormente terá que ser presente à Assembleia Municipal para se ter a decisão final. Não está garantido que este seja o resultado final desta negociação ou da resolução deste problema.”

Foi contemplado também que se um dia ele quisesse aumentar o edifício teria que nos chamar, nós Município, para participar. Porquê? Acho que temos interesse, se um dia mudar o edifício, que participemos e que seja construído um edifício condigno e que seja bonito para aquele espaço e que não se decida fazer alguma coisa que não seja bom para todos nós.

Claro que um dia, se ele quiser fazer essa construção, terá que passar por um licenciamento do Município, terá que passar pela aprovação da Direção Regional de Cultura do Norte, não poderá fazer nada sem estar licenciado.

Estas foram as razões que me levaram a apresentar isto, até no momento de decidir, porque aqui não houve uma decisão, houve duas. Como esta era no coração da obra, tinha que resolver, mas há uma outra que era o passadiço para a zona verde. Essa situação, como não tinha sido falado com o hotel, tentamos abordá-lo, também estava num processo de requalificação, como não tinha intervenção, se retirarmos o passadiço, não ficou em causa a obra, não está lá nada no meio por fazer. Por isso, houve essa decisão. Uma, como não havia solução, retirou-se da empreitada. A outra, estava lá no meio, era preciso resolver, foi esta a solução que achei melhor na altura, mas os Senhores Deputados têm todo o direito de tomar a decisão.

Tem existido alguma discussão, mesmo nas redes sociais, sobre esta temática. Por vezes, é preciso esclarecer quais são as intenções de algumas pessoas. Vamos esclarecer os interesses, pois por vezes, quando se tem tanta vontade de fazer as coisas, é preciso explicar porque é que existe.

O Senhor Deputado *Rui Sá* realmente enviou uma carta. Comprovou com este documento que tinha pedido esclarecimentos ao Município de Mirandela sobre a obra em causa, mas não mostra a carta.

Passamos a ler então a carta que o Senhor Deputado enviou para o Município: “O condomínio da urbanização D. Dinis contribuinte n.º xxxx, sito xxxx, vem por este meio manifestar descontentamento pelo licenciamento de uma obra, no antigo terreno na GALP junto a esta urbanização.

Ao que este condomínio tem conhecimento foi licenciada a construção de um bar com área total de 52 m². Com copa, casas de banho (supomos que para homens, mulheres e pessoas de serviço, esta última com uma divisão para vestiários), local para balcões frigoríficos, divisão para arrumos e área para cadeiras e mesas para clientes. Questionamos, é possível tantas divisões numa área tao pequena?

O que nos parece que se pretende é a construção de um bar para apoio a uma esplanada à semelhança do que aconteceu nos últimos dois anos. No primeiro funcionou apenas alguns dias, no segundo bastante mais tempo e com música algumas vezes até às 2h da manhã e mais. Os mictórios eram as rodas de um contentor do lixo, carros dos residentes e dos hóspedes do Hotel.

É esta a cidade limpa por que todos nos debatemos e queremos continuar?

Ao que este condomínio tem conhecimento funcionou sempre sem licença, no último ano a comissão de festas fez queixa e o dinheiro que seria suposto ser para a renda reverteu a favor da comissão de festas, até aí tudo bem, mas nem isso este ano o condomínio está disposto a aceitar. Porque nos tira o sossego e muitas horas de sono.

Passando a factos concretos foi-nos dito pelo empreiteiro da urbanização que aquele espaço entrou como condição para negociar o terreno do hotel e mudança das bombas para o local onde atualmente se encontram. Foi feita uma ata e assinada pelos interessados. O proprietário do hotel teria de construir um quiosque entenda-se (venda de jornais revistas etc.), mediante a apresentação por parte do dono do terreno da GALP, dum projeto e não poderia ser dada outra utilização que não fosse a referida.

Efetivamente, isto nunca foi possível porque o projeto nunca foi apresentado. Mais tarde foi então apresentado um projeto para um restaurante em toda a área interior ao passeio. O proprietário do hotel disse que não foi aquilo que ficou deliberado e que não executaria as obras de tal projeto.

Agora questionamos porque se pretende dar à referida área outra utilização que não foi os fins para que se previu, numa zona tão nobre da cidade?

Se a utilização a dar for outra que não a inicialmente prevista este condomínio não poderá pactuar, porque fica altamente lesado e fará uso de todos os meios disponíveis para evitar que aos pés de Nossa Senhora do Amparo e uma porta de entrada de turistas, pelo menos onde mais pernoitam fique a pouca vergonha que nos dois últimos anos se verificou.

Convictos que também V.ª Ex.ª, até porque vive muito próximo e certamente já verificou pessoalmente, não quererá Mirandela uma terra descaracterizada como tantas outras, olhará por esta pretensão.

Desde que aqui moramos que se verifica, que quem passa por entre o hotel e a urbanização à saída para a ponte nova e ao virar para a Av. N. Sr.ª do Amparo, já lá vão seis ou sete acidentes de viação, graças a Deus ainda não houve consequências trágicas, o último foi dia 24 de maio do corrente ano e envolveu um meritíssimo Juiz desta cidade.

A proposta que nós fazemos é só para minimizar os problemas, certamente que para os resolver definitivamente envolverá outras tomadas de posição.

Que se proíba o estacionamento na Avenida Nossa Sr.ª do Amparo em todo o contorno do Santuário, que se faça a marcação no chão dos lugares de estacionamento próximos do hotel e urbanização D. Dinis, que um Sr. agente da autoridade ensine boas maneiras aos Srs. taxistas, que por esta zona muitos estacionam em cima dos passeios durante largas horas e não venham com a desculpa de que é para apanhar doentes porque isso faz-se em 5 minutos.

Convictos que as nossas pretensões vão merecer a melhor consideração por parte de V. Ex.ª, e mandará certamente repor a verdade para que esta terra continue a dar a qualidade de vida a que nos habituou.

Solicitamos ainda que nos mande informar das decisões tomadas, obrigado.

Sem outro assunto subscrevemo-nos com elevada consideração.

O Administrador do Condomínio, *Rui Sá*.”

O que eu pergunto é se há aqui realmente o interesse por Mirandela ou o interesse por morar ao lado daquele espaço? Será que já havia interesses anteriores contra este espaço?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Esta carta não tem a ver com o assunto que a Assembleia tem que debater. Estamos a perder tempo com questões que fogem àquilo que é essencial.

Agradecia, de facto, que falássemos da permuta.

Estamos a entrar num campo que não faz parte da Ordem do Dia. Aquilo que faz parte da Ordem do Dia é a permuta. Aliás, só tenho a acrescentar o seguinte, Senhor Vice-Presidente: Só tenho a acrescentar que na sua proposta, aqui falou do compromisso da ampliação, quando diz: “A área do logradouro do estabelecimento de bebidas foi deslocalizada para norte e sul, sendo que a sul se prevê a ampliação do estabelecimento e a esplanada.”

Esta proposta não é do proprietário, é do Senhor Vice-Presidente. Portanto, já está prevista a ampliação.

----- O Senhor Vice-Presidente *JOSÉ CUNHA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É aquilo que digo e disse há pouco. Se um proprietário, vamos imaginar que seria o Senhor Presidente...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

E mais... De um terreno que é público. É isso que vamos votar.

----- O Senhor Vice-Presidente *JOSÉ CUNHA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sim, não tenho problema do que está presente na proposta. O que estou a dizer e já expliquei há pouco é que o proprietário já tinha um licenciamento e tinha condições de crescer. Se vamos fazer uma permuta, temos que manter as mesmas condições. Ou vamos retirar?

O direito do cidadão não pode ser perdido.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

É claro que não. A legitimidade da propriedade não está em causa.

----- O Senhor Vice-Presidente *JOSÉ CUNHA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tem a permissão se precisar. Não estou a dizer que o vá fazer. Tem que fazer um projeto, o projeto tem de ser aprovado.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Vice-Presidente, a legitimidade da propriedade não está em causa.

----- O Senhor Vice-Presidente *JOSÉ CUNHA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A permissão de fazer uma ampliação está salvaguardada, como tem toda a gente ao ter um terreno, se o PDM permitir. Não poderá vedar, porque terá que ir um licenciamento do Município.

Concluindo, o Senhor Deputado diz que isto é de baixo nível. Baixo nível eu considero ir para as redes sociais, em vez de discutirmos aqui e falar...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Vamos dar continuidade. Agradeço a explicação.

----- O Senhor Vice-Presidente *JOSÉ CUNHA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quanto à discussão pública, informo o Senhor Presidente do porquê de não ter sido feito logo de seguida. A proposta foi aprovada em Reunião de Câmara do dia 27 de fevereiro e quando aprovássemos a Ata colocar-se-ia em discussão. Contudo, dia 13 de março - quando se aprovaria a Ata - deu-se a entrada em confinamento. Na altura, foi-me questionado pelos Juristas e eu disse para não se colocar em discussão pública, porque não quero que sejamos acusados de colocarmos este assunto em discussão pública num momento em que estamos em confinamento. Daí ter existido esse atraso na discussão pública, isto para termos a discussão no momento em que já todas as pessoas estivessem na normalidade, porque também são colocados os documentos nos *mupis* da cidade.

Essa foi a decisão. Se se achar que houve alguma ilegalidade, então fui eu que a tomei. Foi essa a razão da tomada de posição da discussão pública ser mais tarde. A questão dos 10 dias é o proforma de quase todos os documentos da Câmara que vão a discussão pública.

Se havia realmente o interesse de que a população pudesse participar não é cinco dias antes colocar no *Facebook* a chamar as pessoas a discutir, era antes da discussão pública, para que pudessem participar.

Para concluir, estou aqui disponível para tudo. Não sei qual vai ser o resultado. Ficarei descansado. Tentei resolver um problema. Qual será a solução a seguir se a proposta for reprovada? Também não sei. Se iremos para negociações, se vamos fazer expropriações... Não sei o que vai acontecer.

Se os Senhores Deputados acharem que é melhor outra solução, se querem mais tempo para pensar, se querem mais ideias, se querem falar com os projetistas, com os advogados, estejam à vontade, porque da minha parte não haverá problema nenhum.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quanto a esta proposta e depois da explicação dada pelo Senhor Vice-Presidente, autor da proposta à Reunião de Câmara e também à Assembleia Municipal, dizer o seguinte. Esta explicação foi feita com base no histórico de uma situação complicada, ou seja, foi feito um projeto de arquitetura com os projetos de especialidades de todo aquele espaço.

A obra avançou, foi adjudicada antes das eleições e quando este Executivo tomou posse a obra já estava a decorrer, a empreitada já estava em andamento e o empreiteiro já estava no local com toda a maquinaria.

De facto, a Câmara assumiu-se como dona de todos os terrenos, ou seja, estando dotada de propriedade dos terrenos.

A situação do Santuário foi ultrapassada, porque o Senhor Bispo passou uma declaração dando nota de que era um espaço que poderia ser considerado público, aliás, até foi a Confraria que fez essa situação e tivemos a possibilidade de fazer uma declaração. Ora, com esta propriedade privada não poderíamos manter a continuidade da obra se não houvesse a cedência da parte do proprietário relativamente à obra em causa.

À época, tomou-se a decisão relativamente a esta situação, mas o proprietário foi sempre informado que esta situação de permuta seria sempre objeto de apreciação e votação na Assembleia Municipal.

Não há nada que não tenha solução. Vejo as pessoas preocupadas, vejo que provavelmente quando foi apresentado o projeto não houve a apreciação do projeto tal qual ele tinha um impacto no trânsito rodoviário para trânsito pedonal, julgando, provavelmente todos nós, que aquele espaço era público, sendo mais tarde denotado como um espaço privado.

Assim, cada um deve fazer as suas apreciações. Esta, como outras situações, foi herdada por este Executivo. Aceitamos as críticas que são feitas, mas é fácil falar quando os problemas existem e depois têm que ser resolvidos.

Certamente que nenhum de nós, Executivo, quer estes terrenos privados, mas havia que tomar decisões, porque o Município ocupou um terreno que era privado. Fruto de financiamento comunitário, projetos que foram aplaudidos por todos vós, Bancada do PSD, e por muitos de nós, porque queríamos ver aquelas praças valorizadas, como ficaram de facto, e acho de uma extrema injustiça dizerem que há aqui uma negociação. A negociação que houve foi para resolver o problema que o anterior executivo criou ao ocupar um espaço privado.

Neste momento temos que decidir. Obviamente que o Município de Mirandela vai decidir pelo melhor e a Assembleia Municipal vai votar em consciência e vamos encontrar certamente soluções. Não façamos disto uma arma política, porque se for uma arma política então o PSD está completamente envolvido e derrotado nesta matéria, porque de facto aquilo que fez foi usurpar uma propriedade privada, projetando para um terreno privado um espaço público com estacionamento, com local de fixação de áreas públicas numa praça.

Assim, deixo à consideração e à discussão.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu disse nesta Assembleia que isto ia dar “raia” e vocês não acreditaram em mim.

Eu disse que era crime invadir propriedade privada, em termos do RJUE e em relação ao Código da Contratação Pública. Eu disse isto aqui. Chamaram-me “burro”, “malcriado”, “estafermo”, sei lá o quê...

Levando tudo isto a rigor, calaram-se. Ouvia-se aqui nesta Assembleia mosquitos voadores. Pensam por acaso, existem muitos. Pensam que são letrados em política.

Eu estava a ver um debate de política entre o *Mitterrand* e o *Giscard d'Estaing* já há alguns anos atrás em que dizia “a política, está tudo politizado” e disse “toda a gente faz política na pólis”. O que é a “pólis”? É a organização da sociedade. Da sociedade, porque é o direito como ciência aplicada. Não sabem o que é a política muitos dos que estão aqui. Não sabem. São meros... Nem vou falar.

“Quando como faço política” dizia o *Mitterrand*. “Quando vou às instalações sanitárias mijar faço política”. “Tudo está politizado, por isso existem corruptos, detratores, malvez, odes do ódio, dos gatunos, dos sem conduta, sem transparência, odes da desordem, odes da meritocracia, promover o indivíduo. Eu ouvi isto nas sinagogas dos porcos gordos e cevados, como rebanho em fila, com os humanistas, com os utópicos que andam “armados ao pingarelho e aos cucos”, aos bandalhos. Eu sou louco, malcriado, mal educado, mas pelo menos não vivo com grilhões nos barcos negreiros. Sou livre. Falo com liberdade, dizendo frontalmente aquilo que penso destes trapaceiros”.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou diretamente ao assunto, dado que gosto de trabalhar assim, sou pragmático e não andar com rodeios, porque aquilo que já foi aqui dito já nos esclareceu bastante.

Portanto, o que está em causa neste momento é resolver o problema, por isso temos que o resolver e eu tenho duas ideias que resolvem o problema facilmente. Uma já foi aqui referida, a expropriação, torná-lo um espaço público. Nem ficava muito mal, até era um espaço adequado, complementava todo o espaço envolvente que já existe da parte pedonal, onde se vê as crianças a brincar, onde se vê os adultos a passear, não ficava mal, mas também vejo a outra parte, a parte privada. Penso que há outra solução que é negociar efetivamente com o proprietário para uma solução parecida com esta, mas não igual, salvaguardando aqui vários aspetos. Isto é, salvaguardando a questão do proprietário, salvaguardando o interesse público e, acima de tudo, o interesse do património cultural que ainda não vi aqui ninguém referir, provavelmente alguns dos Senhores Deputados que vão falar a seguir iriam referir isso.

É esta segunda proposta que estou a referir e que vou desenvolver um pouco. Gostava de deixar aqui para ver se os Senhores Deputados concordam e que a Mesa da Assembleia ou a Câmara pudesse avançar nesse sentido.

Na minha opinião, se o problema é efetivamente a troca de um espaço privado por um espaço público em que há coincidência de uma parte, que não percebi de quem era, se já era pública, parece-me que sim, mas que também parece que era privada.

Seja como for, não concordo nem posso admitir que haja alguém, estou convencido que ninguém vai concordar, que esteja aqui presente e que esteja lá fora, que se dê este espaço público e se bloqueie a continuação de um dos monumentos principais mais ex-libris da cidade de Mirandela que é a Ponte Românica, que sempre foi, que já aguentou várias cheias, nomeadamente do lado que prejudicou os nichos. Está ali uma história, inclusivamente ligada à República, à Monarquia, há ali uma história da ponte e a sua continuação e até o facto de ser estrada nacional que era a única via que ligava Bragança ao Porto. Só esse aspeto é de preservar.

Penso que esta continuação da ponte nunca deveria passar para o privado, porque senão acontece-nos isto, eu lembro-me e todos conhecem: Conhecem a Ponte Romana? É junto da antiga recauchutagem. Se olharem bem para a Ponte Romana, já me interroguei várias vezes e algumas pessoas perguntam-me e eu tenho a resposta, muita gente diz assim: “Como é que passavam aqui se tem uma casa do outro lado? A via continuava ou não? Porque é que deixaram construir a casa do outro lado?” Porque não ligaram, apropriaram-se das passagens, do caminho. Isto porque é interrogativo para nós que vemos o vestígio histórico e saber.

Ora acontece aqui com o Ponte Românica se nós concordarmos com esta proposta. Por isso, eu nunca posso concordar.

Assim, propunha que esse espaço continuasse público. Então, se o espaço que está delimitado a castanho - presente na peça desenhada - é efetivamente privado, a parte do público seria ceder, seria a que não prejudicasse precisamente a continuação da ponte, poderia apanhar um banco ou dois, mas vinha direito à atual esplanada. Seria uma proposta razoável tentando colmatar o espaço público com essa troca de modo a arranjar forma - no espaço delimitado a castanho - de deixar um pouco mais de espaço para público e fazer essa alteração. Aí concordo. De outra maneira ele tem de concordar, porque se não concordar há a figura da expropriação.

Se é o interesse público que está aqui em causa, então use-se o interesse público.

Essa é a minha proposta.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vamos começar pelo princípio. O princípio é que estamos aqui todos reunidos a discutir uma ilegalidade. Uma vergonha. Uma vergonha, meus Senhores e não contem com a CDU para branquear o que quer que seja. Começo assim e começo pelo princípio.

O usucapião desta propriedade, feito pelo Senhor em causa, foi feito sobre um terreno que era público. Se era público a Câmara Municipal tinha de ser notificada, porque havia alguém que estava a fazer a utilização ou a apropriar-se de um terreno que era público. Tinha de ser notificada e eu pedi ao Senhor Vereador se havia algum documento em que a Câmara Municipal, quando este Senhor requereu o usucapião, foi notificada. Isto é o primeiro ponto.

O segundo ponto é aquilo a que estivemos habituados de 40 anos de PSD e não contem com a CDU para branquear isto. Isto devia ser motivo, Senhora Presidente, para se fazer queixa no Ministério Público. Independentemente de quem lesasse, de quem usurpou, de quem falsificou informação para se fazer uma candidatura para umas eleições que hoje estão à prova e o que é que deu a pressa de fazer uma obra para apresentar para eleições. É este o devaneio que está aqui em causa.

Acho que para bem de todos devia ser feita queixa ao Ministério Público, porque se falsificou documentos, deu-se informação falsa sobre um terreno que não era da Câmara Municipal e a CDU não pactua com branqueamentos. Não vamos branquear a responsabilidade de quem quer que seja. Não podemos andar a brincar, como se tem andado e como se brincou ao longo destes 40 anos. A responsabilidade tem de ser assumida por todos os que fizeram parte desta “falcatrua”. Não podemos ter medo de pôr o nome às coisas. Não podemos. Acho que fica bem patente aqui e ficou bem patente o que é que se fez, os atropelos que se fizeram à Lei, tudo do pior. Para quê? Para se apresentar um projeto para se tentar ganhar umas eleições. Vejam bem até onde é que chega o devaneio.

A CDU não pactua com branqueamentos deste tipo.

Temos que arranjar uma solução e a solução é muito simples, doa a quem doer. Responsabilizar os responsáveis que fizeram esta “falcatrua”, falsificaram estes documentos, porque só assim é que se ganha moral, só assim é que se credibiliza o poder político. Só assim se credibiliza o poder político, meus Senhores. É a responsabilização de cada um de nós e daqueles que prevaricaram e cometeram estes atos. Só assim é que nós dignificamos o nosso lugar aqui. É assim que eu me sinto. Sinto-me indignado, sinto-me envergonhado.

Não há dignidade no que foi feito. Não houve dignidade. Portanto, a responsabilidade tem que ser levada até às últimas consequências. A forma de a responsabilidade ser levada às últimas consequências, esta é a solução, é usarmos aquilo que está em voga - ação relevante municipal. É para estes casos, independentemente da parte jurídica que está em causa e daquilo que é a responsabilização do poder político na altura. Este Executivo tem que ter ação relevante municipal, porque é para isso que ela existe. Esta figura existe para isto, não existe para aquilo que falamos há pouco, para o Choupim, nem existe para aquilo que existe em Barcel. É para isto que existe, porque aqui está o interesse público em causa, não é o interesse privado, é o interesse público.

Então, com a pessoa em causa, o proprietário, não pode ser prejudicado pelo devaneio, pela loucura, pela irresponsabilidade de alguns, a pessoa tem que ser ressarcida pelo valor daquele espaço. A Câmara tem que pagar aquele espaço à pessoa em causa pelo valor que está no mercado. É assim que se resolvem os problemas. Com clareza, com dignidade e com elevação. Aquilo que se fez é uma vergonha.

Assim sendo, os responsáveis têm que ser chamados à justiça, porque isto é brincar com a dignidade das pessoas e, principalmente, brincar com a dignidade daquilo que estamos aqui a fazer hoje. Somos representantes do povo e o povo deu-nos uma responsabilidade que é a de proteger o bem público e fazer com que o bem público esteja ao serviço de todos e não de alguns, não ao interesse de outros. É o interesse público que está aqui em causa.

A única forma é exatamente esta. É a Câmara Municipal não ser tão forte com os fracos e ser fraca com os fortes, é ser isenta e pagar a responsabilidade que tem. Portanto, a CDU não pactua com este branqueamento que se quer fazer agora, porque se tiver que - e se esta Assembleia assim o disser - a CDU vai votar contra esta proposta, porque não queremos branquear, porque queremos que isto seja discutido nos sítios em que isto tem que ser discutido que é nos Tribunais, porque houve aqui uma falcatrua. Houve aqui documentos que são falsos, que não têm legalidade e têm que assumir essa responsabilidade.

----- A Senhora Deputada Municipal *LUÍSA BELCHIOR* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto, existem aqui responsabilidades, tal como disse o Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Também esta solução agora encontrada, não é uma solução que me pareça coerente.

Um projeto não é uma sentença. É certo. O projeto deve por princípio, todos os projetistas sabem disso, ser cumprido, mas também deve ser corrigido e alterado sempre que as condições da obra assim o exijam.

A Avenida Nossa Senhora do Amparo foi classificada de “Avenida” em 1954, mesmo não possuindo as dimensões para ter essa classificação, precisamente pela importância que tem a Avenida Nossa Senhora do Amparo, quer em termos históricos, quer em termos paisagísticos, quer em termos patrimoniais, mas também sentimentais e religiosos, o que é um facto muito importante. Vejam os quadrantes da dimensão humana que esta avenida pode alavancar para todo o concelho de Mirandela, não só para a cidade de Mirandela.

O Santuário de Nossa Senhora do Amparo, assim como a sua envolvente, careciam de qualificação, oferecendo mais um espaço à cidade e aos mirandelenses de todo o concelho e a obra aí está.

Senhores Deputados, a requalificação desta envolvente é, na minha opinião, a essência daquilo que deve ser a democratização do espaço público. É um projeto muito bem conseguido, não me espanta nada aliás, dado que conheço bem a projetista e sei a qualidade que emprega em tudo o que faz e sei o bom elemento que é para a Câmara Municipal de Mirandela.

Tal como disse e já disse aqui o Senhor Vice-Presidente, o projeto está tão democratizado que compreende as ditas quatro praças, sendo que a praça n.º 1 é a praça que compreende, entre muros, a entrada principal do recinto da Senhora do Amparo e que vai até ao rio. Esta, uma área mais religiosa, até eventualmente para se realizar uma missa campal se fosse o caso.

Uma segunda praça, a norte da primeira praça, chamar-se-ia a “Praça Recreativa e de Lazer”, era uma praça mais profana, muito bem pensada, promovendo a convivência para a elaboração daquilo que eram as atividades da Confraria, desde a quermesse aos santos populares, tudo o que agora se desenvolve no adro do Santuário.

A terceira praça era a “Praça Sacor” que constituía, digamos, um prolongamento à “Praceta das Almas” onde estão dois nichos que são um ex-líbris de arquitetura religiosa que temos na cidade, um dos quais tem a imagem de Nossa Senhora do Amparo e outro dos quais integra a imagem do Senhor dos Passos. Veja-se a importância da envolvente.

Digo isto e vou atrás ao projeto, porque me deu a entender que há aqui, parece que uma ideia de que o projeto tinha um erro e eu não posso aceitar, enquanto profissional, essa ideia. O projeto não tinha um erro, o projeto tinha um programa excelente, porque eu, enquanto projetista, se me derem um levantamento topográfico com um terreno eu trabalho sobre ele. De facto, tinha previsto criar um conjunto de lugares de estacionamento que, aliás, também como já se disse, não era bem para suprir necessidades de estacionamento retiradas, dado que não havia estacionamento ali, o estacionamento era avulso num prolongamento longitudinal dos passeios da rua, era mais até para criar uns lugares relativos à mobilidade reduzida.

Estes lugares estavam lá e estavam com lógica, porque era preciso criar condições rápidas para uma pessoa que tem mobilidade condicionada aceder se quisesse rezar junto aos nichos, se quisesse ver essa envolvente.

De facto, esta situação não foi acautelada, não foi acautelada a situação de esta parcela onde se encontra o conjunto de lugares de estacionamento ser privada. Acontece que há sempre uma solução. Repare-se que a própria projetista em todo o projeto refere-se sempre às praças públicas. As praças têm que receber gente e as praças são públicas, são para a vida, não é para existirem lá edificações.

Ora, por outro lado, em relação à proteção da Ponte Velha enquanto monumento nacional, entre outras considerações, o projeto previa que a “Praça Sacor” se eliminasse completamente o trânsito, tornando-a numa área pedonal que fazia parte uma pequena área de estacionamento para pessoas de mobilidade reduzida e previa a criação de um dito banco, que não era em betão cinza ou granítico, tal como lá está, era em betão branco e era mais um elemento dissuasor do trânsito e da circulação de modo a retirar completamente os conflitos entre a mobilidade dos automóveis e os peões.

Na verdade, uma praça é por definição urbanística, mesmo que seja bastante ampla esta definição, é um espaço público urbano, livre de qualquer edificação e que propicie convivência e/ou recreação para os seus usuários. A memória descritiva do projeto termina mesmo com a seguinte frase e cito: “Esta intervenção irá reorganizar esta parte da cidade com um novo desenho, ficando como premissa de criar um anel circuito entre as diferentes praças de ligação entre as várias zonas pedonais existentes ao longo dos cursos de água que atravessam a cidade, alterando ainda mais os hábitos dos habitantes para que possam usufruir do espaço público que pretende ser cada vez mais para as pessoas.” As praças são para o povo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, aprovar a desafetação do domínio público destas parcelas contraria completamente, isso sim, o projeto que está aprovado e que está executado e contraria completamente a essência com que foi projetado. Não é uma pequena alteração. Além do mais que este é um espaço demasiado importante para Mirandela, para os mirandelenses. Esta desafetação contraria também a história e a memória de fé dos mirandelenses. Os erros apenas servem para serem corrigidos e as alternativas à sua solução devem ser encontradas, mas acautelando que a sua solução não condicione o futuro, nem todo o conceito do próprio projeto.

Como mirandense e com muito amor à minha terra, como devem calcular, mas também com a fé que trago dentro de mim em honra de Nossa Senhora do Amparo, não me permitiria outro sentido de voto que não votar contra.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção em nada visa contra o proprietário do equipamento, que será certamente a pessoa que menos perderá, ainda que haja porventura uma perda emocional, porque pode estar ligado emocionalmente àquele equipamento, mas é seguramente a pessoa que no final deste processo menos perderá. Ele está a exercer um direito que é seu, que é defender os seus interesses legítimos, com documentos escrito, portanto, nada me move contra o proprietário.

[Handwritten initials and marks]

Agora, percebi nesta Proposta que o “pai da criança” é a Senhora Presidente da Câmara, que elabora a Proposta e o Senhor Vice-Presidente *José Cunha* e devo-lhe dizer que esta Proposta que faz aos mirandenses, é de todo incompreensível, eu entendo as dificuldades da negociação Senhor Vice-Presidente, mas como filho desta terra, nascido, criado e vivido, quer o Senhor Vice-Presidente, quer a Senhora Presidente da Câmara, como é que depois de uma negociação a solução encontrada ser esta, não concordaram os dois em dizer assim: “Não, a negociação é difícil, o proprietário não vende, nós não exercemos os direitos de preferência quando devíamos ter exercido, mas aquilo que temos para apresentar à Assembleia Municipal para votação e ao proprietário, a nós não nos satisfaz”.

Eu como filho desta terra, nascido, vivido e criado, que sempre via aquela artéria da cidade como vi, sob pena de agora até já estar ligeiramente condicionada, não compreendo, não aceito e assim justifico, porque a minha intervenção é muito simples, não aceito que venha a ser instalado, feita a permuta que está aqui em causa e que depois venha a nascer ali um muro, ainda que espelhado ou em vidro, que não deixe, que prive os mirandenses, que me prive a mim, porque continuo a dizer que tenho por esta terra uma admiração incrível, que me prive a mim de poder, no início da Ponte Velha ver o fundo da entrada do Hospital e de que junto ao Hospital possa ver, assim a vista o permita, o fundo da Ponte Velha. É um local de fé, mas é mais do que isso, é uma memória dos mirandenses, dos transmontanos que ali tinham de passar a caminho de Lisboa, sabe-se lá quantas horas.

Não entendo que esta Proposta, que não haja racionalidade dela, uma coisa é o problema existir, que é o problema negocial com o proprietário, outra coisa é a Proposta encontrada, sinceramente. Se o *António Branco* teve dificuldade em parar a obra por questões eleitorais, Senhor Vice-Presidente perante esta situação, também tinha a obrigação de criar aqui um impasse, dar conta à Assembleia Municipal do que ali se estava a passar e depois a Câmara Municipal conjuntamente com o proprietário ou não, encontrarem os instrumentos de negociação, por forma a deixar tanto parecido quanto está aquele espaço agora.

A negociação é fácil, mas o Senhor Vice-Presidente não tem de ir vasculhar o processo todo para justificar a sua decisão, eu até lhe agradeço a sua franqueza, de ter chegado aqui a esta Assembleia Municipal e dizer: “Fui eu que encontrei esta solução”, eu agradeço-lhe essa franqueza, só ficou manchada em ter de vasculhar o processo e ir buscar documentos que em nada abonam a favor daquilo que estamos aqui a discutir agora. Eu não vou dizer que isto é um teste ao Executivo na sua capacidade negocial, se bem se lembram este mandato começou com a capacidade negocial da Dr.ª *Júlia Rodrigues* em relação ao Continente, mas Senhora Presidente, eu, naquilo que me diz respeito, ilibarei as responsabilidades, vou votar contra porque a solução encontrada não é a melhor para os mirandenses.

Se porventura esta Proposta, tendo em conta a contestação que está a criar na cidade, passar, o PSD tem todas as condições para no dia de amanhã, entrar em campanha eleitoral contra a Dr.ª *Júlia Rodrigues*, porque não tem de se escudar no Vice-Presidente *José Cunha*, porque já o fez com as faturas da água, e fê-lo com o rio verde aqui em Mirandela. Isto é uma Proposta do Vice-Presidente *José Cunha*, de facto o Senhor Vice-Presidente *José Cunha* tem umas costas muito largas, mas Senhora Presidente nem quero pensar que não tenha tido conhecimento de todos os momentos negociais e o término desta Proposta em tempo útil, como quem diz: “O Senhor Vice-Presidente apresenta esta Proposta e eu aceito-a” e agora está aqui a apresentar justificações, mas é o Senhor Vice-Presidente *José Cunha* que apresenta esta Proposta. Eu nem quero pensar que a minha Presidente de Câmara, comparativamente com outros e que gosta tanto de invocar Dr. *José Gama*, que ele tomava conta destes processos naquilo que especialmente tinha a ver com o urbanismo, razão porque criou uma centralidade de Mirandela tão bonita, que a Senhora Presidente da Câmara tenha aceite esta Proposta na sua mesa, foi o possível e vamos para a frente. Tanto é que a Senhora Presidente já manifestou a sua intenção, aquilo que está aqui Proposto já o votou favoravelmente em Reunião de Câmara.

É por isso que eu não entendo como é que filhos desta terra, penso eu, que têm a relação emocional que têm ou mais ainda do que eu, se permitam apresentar uma Proposta destas naquela artéria e nas condições que aqui estão.

Eu votarei contra, convictamente e ficarei aliviado em relação às minhas responsabilidades. Se vencer o contrário, Senhora Presidente, admito que o seu percurso político até às próximas eleições, seja perturbado várias vezes, até porque o PSD tudo fará, para denunciar esta situação, será perturbada várias vezes durante a campanha eleitoral com esta aberração urbanística que aqui está a ser encontrada.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Situando-me perante a questão, o que está aqui em causa são “três em um”, desafetação do domínio público para domínio privado, permuta e afetação do domínio privado para o domínio público.

Concretamente o que se pede a esta Assembleia Municipal, é a aprovação daquilo que é sua competência, que é a desafetação e afetação. Não é sua competência pronunciar-se sobre a permuta, porém, ela tomará lugar por força da primeira e da segunda opção que aqui se venha a fazer.

Ora, aqui chegados, e porque houve entre outras vicissitudes como foi apresentado, uma intervenção em espaço privado, de facto todos nós nos interrogamos como é que é possível fazer um projeto e conseqüentemente uma obra em área privada, sem tirar mérito à autora do projeto, ou seja, pretende-se agora corrigir este erro, este conjunto de erros, alegando-se o interesse público. E aqui começa o meu primeiro bloqueio, pois interrogo-me que interesse público? Não alcanço, e seguramente a generalidade dos mirandenses não o alcançarão, e pergunto ainda: É esta a única solução para corrigir um problema, que como vimos, tem um histórico que pode ser posto em causa esta solução do ponto de vista legal, por mais horas que o Senhor Vice-Presidente tenha dispensado ao problema, ou não haverá outra?

Com certeza que a mente humana conseguirá produzir uma série de possibilidades. Esta revela-se incompreensível de aceitar, não só do ponto de vista técnico, até pode ser tecnicamente certa e correta, mas os mirandenses e nós eleitos, somos chamados a pronunciarmo-nos não apenas do mérito técnico, mas sim na sua totalidade da opção que está a ser tomada e não apenas na vertente técnica, pois nós somos seres constituídos por diversas dimensões: humanas, estéticas, religiosas, sociais, entre outras.

Mas acima de tudo, como garantes, enquanto eleitos, dos mais elevados interesses nas suas diversas dimensões dos mirandenses e de Mirandela, é que se isto for aprovado, assistiremos no futuro à edificação de uma estrutura física na área sul, ou seja, para a entrada do Santuário, para a área do Santuário, barrando assim a vista entre a av. Nossa Senhora do Amparo e a Ponte Velha, “Porta de Entrada” de Mirandela e os respetivos Nichos, que está no 4.º considerando da Proposta, a possibilidade da edificação.

O proprietário tem o direito a querer explorar a sua esplanada, legítimo, mas pode fazê-lo em solo público, como acontece com a generalidade das esplanadas e de forma amovível, como outras esplanadas da cidade, sem o recurso naturalmente à entrega, permuta no caso, do solo público para superar qualquer constrangimento.

Atentamos, como vimos no levantamento topográfico e ortofotomapa, porque querendo o proprietário, com legítimo direito do espaço, expandir a sua área de atividade, porque é que não se expande para nascente, em direção ao rio, e tem necessariamente de se expandir para o lado da área do Santuário, como aqui foi referido pelo Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, assim, não se interrompe, de facto, a visão que se quer de umas verdadeiras Portas da Cidade, em que qualquer mirandense do ponto da av. Nossa Senhora do Amparo, vislumbra a Ponte Velha e a fachada de Mirandela, constituída pelo Palácio dos Távoras e a Igreja Nossa Senhora da Encarnação.

Não consigo acompanhar positivamente esta solução, do ponto de vista urbanístico, paisagístico, religioso, nem na condição de cidadão eleito, e devo dizer, relativamente a estas matérias, foi aqui apontada a questão da circulação automóvel, ninguém defende a circulação automóvel, pelo facto de hoje a Praceta interromper o trânsito. Por isso, façam-se as alterações, as negociações, que tenham de acontecer, sem decidir desta forma, ou seja, de forma definitiva, a hipótese de vermos futuramente aquele espaço preenchido com uma infraestrutura física fixa, interrompendo-se a tal linha de vista e continuidade entre a Av. Nossa Senhora do Amparo, a Ponte Velha e os seus Nichos.

Além de tudo o que já expressei anteriormente, impõe-se que diga ainda, que não posso votar favoravelmente esta Proposta sem que haja, pois não foi entregue na documentação distribuída, um Parecer Jurídico que valide o interesse público, dando-lhe corpo e sustentação do mérito do interesse público, invocado aqui na Proposta que agora nos é apresentada. Sem um documento dessa natureza, mesmo que, admito, não seja legalmente exigido, não subscrevo positivamente a solução encontrada e proposta a esta Assembleia Municipal. Mas não só por isso, como disse o Senhor Deputado *Jorge Humberto*, ao votar favoravelmente esta Proposta, não estava apenas a viabilizar a solução de um problema, estava também a branquear todo o processo histórico deste projeto e deste processo, até ao momento em que hoje aqui nos encontramos.

Como vimos, foram cometidas uma série de situações de duvidosa legalidade e um voto a favor era também branquear, ou apagar todo o processo histórico desta matéria.

Termino com o seguinte: os Estados Unidos, não sendo porém atualmente um exemplo democrático, mas não deixa de ser uma democracia antiga e sendo mesmo o país com a Constituição mais antiga, faço esta referência, porque a Constituição dos Estados Unidos começa da seguinte forma: “*we the people*”, ou seja, nós o povo, as pessoas, os cidadãos, e é em nome dos cidadãos e dos municípios de Mirandela, com esse ponto de referência, que não aprovo este Ponto da Ordem do Dia da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Senhora Presidente, eu tenho de dizer aqui uma coisa em boa verdade, isto tudo era evitável, isto tinha sido evitável e tinha sido evitável porque em três Assembleias Municipais consecutivas, eu questioneei o Executivo sobre esta temática, à qual a Senhora Presidente reiteradamente me respondeu, que me iriam facultar todo o processo, ou seja, aquilo que hoje aqui foi projetado e aquilo que hoje nos foi dado aqui a conhecer a todos, eu solicitei-o três vezes e não mo facilitaram porquê? Questiona-se, em desrespeito ao Deputado Municipal, mas em respeito ao Senhor Presidente desta Assembleia Municipal e a toda esta Assembleia e se isso tivesse sido feito provavelmente tinha-nos poupado esta Sessão no alongado que ela já vai.

O Senhor Vice-Presidente vem aqui tipo técnico de advogado, tentar desacreditar as testemunhas, vem aqui com uma correspondência minha enviada ao Município, mas que pode ser considerada como uma correspondência privada, violá-la, eu fi-la na qualidade de Administrador da Urbanização D. Dinis, que era em 2001 e questioneei com toda a legitimidade aquilo que ali se estava a passar, sabendo que o que ia dar é no que está a dar hoje, era que aquilo ia ser um edificado e que a parte nobre da cidade iria ficar extremamente prejudicada. Como iria ficar prejudicado e desanexado à cidade o traçado da Estrada Nacional 15 e isto tudo tinha sido evitável e a Senhora Presidente deve falar daquilo que sabe e do que não sabe deve falar pouco e quando quiser dar respostas às pessoas, se não as quer dar dizia-me aqui nesta Assembleia Municipal: “Eu não lhe vou responder”, “Não lhe vou facultar o processo”, mas sempre disse o contrário.

Mas cingindo-nos a factos, o Senhor Vice-Presidente não se importou só com o facto de me desacreditar a mim como testemunha, não tem respeito pelos trabalhadores do Município que representa, porque se tivesse respeito pelos trabalhadores do Município que representa, não falava aqui do antigo Diretor de Departamento, com responsabilidades nesta terra, a quem todos muito devemos, quando eu disse aqui ao Executivo, vezes sem conta, que o convidassem para vir aqui esclarecer esta Assembleia Municipal, porque é que não o fez? Para vir agora por em causa tudo o que estava para trás? Um erro não legitima outro Senhor Vice-Presidente, se foram cometidos erros no passado, não os podemos legitimar agora nesta Assembleia.

Mas também é legítimo que se diga, este projeto foi alterado, mas não foi alterado só nas árvores, porque também previa um passadiço e não se conseguiu a negociação com o Hotel e o passadiço não se fez e não é prioridade para Mirandela, porque o privado não quer não se faz, mas é prioridade a candidatura que agora se faz para se fazer um passadiço para o rio Tua, onde é que está a coerência destas coisas? O privado não quer, tem de se encontrar forma, se é de interesse público existe a figura da expropriação e mais, é o Governo da nação atualmente que está a produzir uma lei para facilitar as expropriações, precisamente para não serem entrave às obras.

Agora uma coisa também é certa e também tenho de aqui o dizer, o direito privado à propriedade é sagrado, o Senhor conservou-o, é dele, que seja ressarcido dos devidos direitos que tem sobre aquilo, agora não pode é hipotecar um local histórico, de uma dimensão que todos já aqui referiram e muito bem, para a sociedade vindoura, para os nossos vindouros.

Eu vou dizer aqui algumas situações, que poderia referir para que esta situação não seja viabilizada, foi neste percurso de chegada a Mirandela que se debateram os patriotas mirandenses na resistência republicana para impedir a tomada de Mirandela, pelo Movimento Monárquico do Norte, onde alguns faleceram, fez há relativamente pouco tempo 100 anos e foram feitas algumas comemorações nesse sentido.

Como conseguiremos explicar à sociedade vindoura que também esta nobre via fez parte da Rota dos Cavaleiros de Malta, que esteve ali assinalada até há bem pouco tempo com placa identificativa, que consta também numa página do site do Município, como é que isto será possível?

Trata-se ainda de uma zona inserida em área de proteção imóvel classificada, mas eu já nem vou dizer isto porque outros que me antecederam já o fizeram. É também agora sabido, que além disto que aqui se propõe, esta desafetação e esta permuta, o Município ainda ia fazer o projeto para que aquele “mamarracho” ali fique, onde é que cabe o deslante destas coisas?! E mais, obriga a que a procissão das grandes e memoráveis Festas da Nossa Senhora do Amparo e da Cidade de Mirandela, mude de direção aquando da passagem por este espaço hoje público e assim espero que continue.

Esta linha de continuidade tem também um carácter muito importante relativamente ao miradouro da Igreja da Encarnação, que nos permite e penso que agora foi candidatada há pouco tempo, que nos permite vislumbrar aquela avenida, desde aquele espaço até ao final da frente do Hospital e vice-versa.

Como poderemos estar aqui a discutir uma coisa destas?! E que alguém a vote favoravelmente, a verdade seja dita cada um tem direito ao seu voto, exerce-lo-á como bem entender, mas tenham nota de que os interesses de Mirandela são mais interesses do que a política, eu nunca quis politizar esta situação e se não fosse eu a despoletá-lo e até tenho quase alguma ofensa que a Mesa me tenha tratado desta forma deixando a minha intervenção quase para o final, quando me deveria ter colocado no início, pois fui eu que despoletei aqui o assunto várias vezes, fui eu que coloquei este assunto no *Facebook*, porque me senti lesado em tudo quanto aqui disse e tive de o tornar público, as redes sociais hoje são um veículo legítimo de levar informação às pessoas e se calhar se o não tivesse feito não estaríamos aqui hoje a discutir isto neste acalorado.

Também estou certo de uma coisa, os problemas resolvem-se, estamos perante um facto, em que foi ocupada propriedade privada, temos de encontrar uma solução para aquilo, tem de se negociar a compra daquilo ao Senhor, se não o quiser vender, tem que se expropriar, o interesse público tem de se sobrepor a isto e mais Senhor Vice-Presidente, o Senhor referiu aqui que aqueles bancos não são de carácter fixo, eu direi que são, porque se o Senhor for lá ver, debaixo dos bancos não tem lá calçada, aqueles bancos têm ligação de carácter fixo e foram alterados em projeto, os bancos que estavam lá previstos não eram aqueles, eram uns bancos parecidos com os que estavam na rua da república, precisamente para poderem ser retirados quando fosse necessário. Eles só foram lá postos para impedir que o trânsito abusivamente por lá passasse e que lá fossem estacionar carros.

Senhor Presidente, o exercício da esplanada não era nem é incompatível com a praça pública e com a permuta e com a privatização daquele espaço, é que contraria este propósito e daquela área seja a praça que naturalmente significa o espaço público que hoje é e é assim que deve permanecer.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Às vezes parece que sem querer estamos a fazer o jogo das estátuas e no jogo das estátuas quem se mexe e for apanhado, perde.

Depois dos esclarecimentos do Senhor Vice-Presidente *José Cunha*, que gostei, foi claro, apresentou o que tinha de apresentar, ficamos mais conscientes, mas de qualquer forma não altera o nosso pensamento hoje, que temos de decidir e eu penso que hoje, ninguém nesta sala, mesmo os que hoje não estão cá e podiam estar, ninguém nesta sala quer ou deseja aquilo que está lá.

Hoje também, ninguém põe em causa o projeto faraónico, eleitoralista, chamem-lhe o que quiserem, do anterior Executivo que resolveu fazer uma coisa que lá pensou que a igreja gostava, os católicos também gostam e vão votar, também ninguém pôs isso em causa e hoje não pomos em causa que aquele projeto, assim ou um pouco mais assado era necessário, tem dignidade, dignificou a cidade, foi importante e é importante.

Nessa altura, até porque o Executivo já estava avisado até por cartas pessoais, etc., o próprio Executivo sabia que tinha ali um problema para resolver, eu penso que o problema da expropriação, que era e é a minha opinião pessoal, devia ter sido feita antes, na altura do projeto, não era agora. Tenho até algumas dúvidas quanto à expropriação, na medida em que eu, pessoalmente, tenho algumas dúvidas quanto à efetiva prova da propriedade, uma vez que, ao que parece, aquilo era apoio a uma estação de gasolina e uma vez saída a estação de gasolina, o apoio também acabou, mas tenho o direito de estar enganado.

De maneira que, temos de resolver o assunto, temos de encontrar uma solução, eu sinceramente, passei por lá, estive lá sentado e pensei, em tantas praças, em tantos jardins há zonas de café e espero dentro de meses, poder ali ler o jornal num dos dias com mais gente, se calhar um café, ou um quiosque, seja lá o que for, ou uma infraestrutura com cerca de 100 m² também não há-de ser muito grande, faz falta. Há projetos arquitetónicos que permitem que as coisas quase não deem nas vistas e funcionam. No que foi apresentado pelo Senhor Vice-Presidente *José Cunha*, a gente vê que de facto a avenida que segue a ponte não é afetada, retirou-se de ocupar a via central. Neste momento processos de expropriação, etc., não sei se alguém fica bem e os munícipes vão ter de pagar também.

A proposta que faço é no sentido de recomendar que nas negociações com o proprietário isto seja tido em conta, de facto a solução ideal era de expropriar pelo preço mais ou menos justo e ao mesmo tempo, até porque aquilo é pouco dinheiro e dar-lhe a concessão durante X anos de uma infraestrutura ali, para evitar continuarmos com um privado ali no meio, mas de qualquer maneira eu penso que a Câmara Municipal encontraria com os projetistas, um projeto que tornasse possível que as pessoas que vão ao Santuário também tenham possibilidade de ler um jornal e tomar um café e estar ali um pouco num sítio bonito, não me venham agora com histórias da passagem da procissão, não é isso que está em causa, a igreja não precisa que a gente vá lá dar dicas para ver como é que resolvem os problemas. A igreja é sábia.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *VITOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não vou fazer aqui juízos de valor, pois acho que os juízos de valor já foram feitos por si mesmos, nem é para isso que aqui estamos, obrigado Senhor Vice-Presidente *José Cunha* pela forma como apresentou aqui este problema, de facto descobrimos aqui que havia aqui algumas coisas que não estariam bem feitas, mas eu quero acreditar que todos estamos aqui para trabalhar num só sentido, que é a favor de Mirandela.

As decisões que foram tomadas, algumas delas parece que se revestem de alguma ilegalidade, mas tenho a certeza que foram feitas de boa-fé, isto é, no sentido de ser feita obra para Mirandela. Da mesma forma também que na solução que se procurou encontrar, tem o mesmo princípio, não vamos por isso estar aqui a criticar quem quer que seja, nem encontrar aqui “bodes expiatórios” por um problema que foi criado por todos.

Peço imensa desculpa por esta frontalidade, mas é assim que me caracterizo e é assim que eu vou continuar a ser. Aquilo que me parece aqui neste momento é que carece de bom senso, serenidade. Temos um problema, vamos resolvê-lo. Como é que se resolve este problema? Parece-me a mim que faz todo o sentido nós continuarmos a ver aquela bela avenida, quando nos situamos na Paróquia de Nossa Senhora da Encarnação e vemos aquela avenida toda disponível, parece-me que é comum a toda a gente, ninguém está contra isso, estamos todos de acordo, até acredito e quero acreditar que o próprio proprietário assim o quer.

Será assim tão difícil, até porque expropriações custam dinheiro, seria assim tão difícil fazer um acordo com o proprietário, não sei se já o fizeram ou não, e se calhar teríamos que optar aqui por outra solução, que era o seguinte: Não edificar naquela zona, que é aquele corredor que era a antiga Estrada Nacional 15, isto é, ele já tem uma propriedade, a parte que não tem é a parte da estrada, se nesta antiga estrada lhe for dada a possibilidade de ser proprietário, mas impossibilitado de construir, de edificar o que quer que seja, parece-me que o corredor se pode manter.

Só estou a tentar arranjar aqui algumas propostas, porque vem aqui muita gente a falar e não apresenta soluções, boa ou má, é uma solução, no entanto parece-me que se o proprietário fosse ouvido podia ser uma solução muito interessante.

Antes de avançarmos para aquilo que seja, eu gostava de, antes de fechar aqui a minha intervenção, é nós percebermos aqui se o Executivo atual fosse outro estaríamos a ter esta discussão? É que parece-me a mim também, que um documento que foi escrito pelo Senhor Deputado *Rui Sá* em 2001, que até hoje não teve solução, será que estaríamos aqui a discutir isto e não estaria já a obra feita e não estaria já tudo já resolvido? Esta pergunta fica no ar.

Não sei se é possível ou não, nós não avançarmos para a votação, ou seja, retirar o Ponto após esta discussão, ser feita uma renegociação com o proprietário, parece-me a mim que é uma pessoa que deve ser ouvida, pois é também interessada e perceber se pode haver alguma adaptação e depois então, com essa renegociação, com essa solução apresentada, trazê-la aqui à Assembleia para uma votação.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu queria apenas deixar aqui uma referência, porque quando se vem aqui dizer que se deve meter no Ministério Público e deve-se meter crimes e deve-se meter tudo, temos de pensar que “tão ladrão é quem vai à horta, como quem fica à porta”, porque tramita estes processos sabe como é que muitas vezes são feitas as candidaturas a fundos comunitários, não se tem um ano para trabalhar um projeto, muitas vezes tem-se 15 dias ou um mês e às vezes têm de se procurar soluções e as soluções têm de ser corrigidas e não nos devemos esquecer que houve quem candidatasse o projeto, mas também houve quem o executou e quem executa o projeto é tão responsável como quem o candidata.

A responsabilidade é mútua, por isso é que eu já disse aqui, a Câmara Municipal é igual ontem, hoje e amanhã, a Câmara Municipal não muda, a Câmara Municipal é uma instituição que nós temos de prezar e temos de honrar, portanto, quando vêm aqui dizer, metam no Ministério Público quem candidatou e quem prestou as declarações, então metam também quem a executou, quem fez os autos, quem fez os pagamentos e quem fez as obras onde não as devia ter feito.

Não é para isso que nós estamos aqui, estamos aqui é para encontrar soluções que não nos deram oportunidade para as encontrar, esta é que é a realidade. Eu não tenho que vir aqui trazer soluções, eu tenho que vir aqui pronunciar-me sobre aquilo que é aqui trazido e sobre aquilo que aqui vem, eu vou votar contra. Não me revejo nesta forma de fazer as coisas, não me revejo nesta solução para a cidade e não me compete a mim arranjar uma solução, porque ninguém me pediu uma opinião.

O Senhor Deputado *Rui Sá* veio aqui três vezes, como o Senhor Deputado *António Figueiredo* veio cá uma vez, falar sobre este assunto e ninguém quis saber disto, então procuravam uma solução antes, não somos nós que temos de trazer aqui soluções, é o Executivo.

Eu apenas faço o juízo de valor aquilo que o Executivo aqui trás e vou votar contra. Gostei muito do que o Senhor Vice-Presidente *José Cunha* fez em termos de apresentação, mas esses elementos deviam estar do nosso lado, porque muitas vezes pedem-se esses elementos por e-mail e eles não vêm todos e aí sim, nós fazíamos o nosso juízo de valor sobre aquilo que foi feito.

Agora, eu quero é que esta Assembleia Municipal tenha a perceção de que “tão ladrão é quem vai à horta, como quem fica à porta”, não se esqueçam disto, muitas vezes estes fundos comunitários têm 30 dias para nós apresentarmos uma candidatura e depois é preciso rever projetos, é preciso aprovar projetos e depois executam-se, e quem é que os executou? Foi o *António Branco* e o *Manuel Rodrigues*? É a pergunta que eu vos faço, foi o *António Branco* e o *Manuel Rodrigues* que executaram o projeto? Foram eles que foram intervir numa parcela privada? Vocês sabem se não tiveram de devolver dinheiro por não terem feito o passadiço?

Mas é retórica mesmo que tem de ser feita, porque a mim também me preocupa que estão lá 7.000 m² que eram do Santuário e que também ainda não foram integrados no domínio público municipal, ou não nos preocupa isso?! Estamos preocupados com 130 m² e não estamos preocupados com os terrenos do Santuário? Ainda não vieram à Assembleia Municipal para serem integrados no domínio público municipal.

Esta é que é a grande questão, aquela é uma solução, obviamente com todo o respeito que temos pela pessoa, tem de ser ressarcida do prejuízo que teve. Agora eu pergunto: Não houve tempo em dois anos e meio para não executar lá nada e procurar uma solução? Não houve tempo?

Senhora Presidente, eu vou votar contra, não me revejo nesta solução, não defende os interesses de Mirandela e como alguém falou aqui e muito bem, sempre que se desafeta um terreno do domínio público, tem de haver razões de interesse público e aqui não há interesse público. O privado tem neste momento um terreno infraestruturado, está valorizado, fez-se lá uma obra, obviamente o Senhor procurou uma solução, tenho essa certeza, porque o conheço minimamente bem, que é uma pessoa de bem, mas tem um terreno que neste momento está infraestruturado com dinheiro público, que a Câmara Municipal lá gastou, não nos devemos esquecer disto.

É procurar uma solução, não esta, esta não defende o interesse público e não defende o interesse da história de Mirandela. Eu *António Martins*, voto contra.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Deixai-me fazer aqui uma pausa e com todo o respeito por aqueles que ainda vão intervir, de facto houve aqui alertas aos quais não lhes demos grande atenção e/ou a devida atenção, quer a Mesa, quer de todos vós, penso eu, nem sequer foi por aquilo que andou nas redes do *Facebook*, foi perante a documentação que foi enviada a esta Assembleia.

Eu confesso, só nessa altura me dei conta do problema, aliás, penso que o Executivo apresentou uma proposta, como pode fazê-lo e ouviu-nos, estamos no ponto em que naturalmente nós aprendemos alguma coisa daquilo que ouvimos, essencialmente por parte do Senhor Vice-Presidente e se calhar o Executivo já aprendeu alguma coisa daquilo que ouviu aqui de todos nós.

Haverá lugar a alguma alteração, ou pretenderá o Executivo fazer alguma alteração áquilo que foi o Ponto de trabalho? Eu deixaria isto em aberto, dado que o tempo está a correr, perguntava mesmo à Senhora Presidente se quer dar continuidade, ou se quer fazer algum tipo de intervenção, já neste momento?

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS SOUSA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu tomei aqui umas notas e começo por agradecer a explicação que foi dada pelo Senhor Vice-Presidente *José Cunha*, de facto trouxe-nos aqui à baila uma realidade que até há três anos atrás desconfiávamos, mas não conhecíamos na sua totalidade.

Efetivamente o procedimento que foi tomado em muitas decisões tomadas no passado, umas escritas, outras de boca, aliás, há três anos assistimos aqui nesta Assembleia Municipal algumas vezes, algumas obras feitas nas Juntas de Freguesia, que foram um sintoma, um sinal daquilo que foi a governação nos últimos anos, mas aquilo que nos traz aqui é outra questão.

É uma questão que nos ultrapassa até como Deputados, traz-nos mais até ao coração, à parte religiosa, à parte arquitetónica, eu estava a pensar e lembrei-me da ponte da Ucanha perto de Lamego, construída no século XII e no século XV, a ponte sofreu umas remodelações e foi-lhe adossada uma torre, na altura até os privados tinham participação, aquilo servia para segurança, mas também se cobravam portagens.

Se nós virmos que efetivamente aquele espaço, que são 650m sensivelmente, desde o cruzamento de Golfeiras até ao final da Ponte Velha, é um espaço sem qualquer obstáculo arquitetónico, certamente que o Rei D. Dinis teve isso em consideração no século XV para não mandar construir ali absolutamente nada.

Com isto quero dizer que efetivamente, tal como já tem sido consensual, independentemente dos direitos privados, eu vou explicar mais à frente que esta solução não é boa para ninguém, nem para a Câmara Municipal, nem para o proprietário, mas antes disso eu diria que de facto este é um problema criado pela inclusão de um terreno num projeto, quando não deveria e não é nada bom para nenhum dos intervenientes e muito menos para a população de Mirandela, se o aprovarmos a coabitação entre público e privado será sempre uma realidade e não é fácil, como bem sabemos, até em nossas casas isso acontece por vezes mantê-la, há sempre altos e baixos e o usufruto do bem pelo privado depende do Executivo, uma licença de utilização, de construção, seja o que for, o Executivo também depende, se quiser usufruir desse bem, depende também do privado, uma autorização, um acordo, mesmo com os direitos de passagem. Tudo isto funciona se houver bom senso e se houver entendimento e os interesses comuns não forem conflitantes.

A partir do momento em que houver um atrito, ou os dois quiserem utilizar no mesmo momento, na mesma hora, na mesma altura já é fraturante, como é óbvio, isto a cima de tudo não é interessante, não é bom para o proprietário, aquilo que eu digo é que, no caso de não haver entendimento entre as partes, vamos perder todos, surgem ações em Tribunal, aplicação do dinheiro público na defesa dos interesses públicos, providências cautelares, quem é que perde? Perdem os munícipes, porque envolve dinheiro e tempo que se perde, mesmo com uma expropriação, porque a expropriação, certamente o Estado tem sempre uma palavra a dizer, mas também, acho eu, que a Câmara Municipal é uma pessoa de bem, não vai querer prejudicar os interesses do privado.

Por isso eu diria o seguinte, independentemente dos direitos que assistam ao privado por ressarcimento do justo valor por ocupação do seu terreno, a alienação de um espaço contíguo a um monumento nacional, conferindo-lhe a dignidade e a grandiosidade que este merece, não pode sair da esfera do erário público e o Executivo desta Câmara, estou certo, estará à altura de encontrar uma outra solução, para o bem das duas partes, não vou dizer qual, já se falou aqui de várias, este Órgão pode ser chamado a participar numa possível solução, mas há um Órgão específico, que é a Mesa e a Comissão Permanente, não tem de ser aqui achincalhado, no bom sentido.

Em diversas vezes já tive oportunidade de referir aqui nesta Assembleia Municipal, que a Câmara Municipal deve adquirir imóveis de interesse histórico, mesmo aqueles em ruína, ou qualquer outro espaço privado para lhe poder dar uma utilização útil, ou conferir mais dignidade, que infelizmente a nossa cidade, o nosso concelho está cheio de atentados arquitetónicos, como todos bem sabemos, como também para corrigir os atropelos, dizia eu, arquitetónicos do passado, ou seja, não deve alienar, a Câmara Municipal não deve alienar, ainda por cima este local histórico.

Questiono-me aqui se efetivamente a Câmara Municipal tem ou não algum instrumento para invocar o interesse público, no sentido de resolver os atentados arquitetónicos cometidos no passado e alguns no passado recente, para os devolver aos seus legítimos proprietários, ou seja, todos nós e isto é importante que fique aqui dito. Não é só este caso, este ainda estamos a tempo de o resolver, mas há muitos e eu também questiono aqui, porque razão é que o passadiço saiu do projeto e este ali tão perto também não saiu do projeto, porquê? Era assim tão importante, havia interesses que tinham de ser acautelados? Havia acordos secretos?

Olhemos para o futuro, temos um futuro promissor, temos o turismo e temos de apostar no turismo, mas infelizmente esta terra tem poucos monumentos, mas preservemo-los, isso depende de todos nós, do Executivo, dos privados e desta Assembleia Municipal, é o nosso papel, irei votar contra apesar de reconhecer o esforço que foi feito pelo Executivo, a apresentação feita pelo Senhor Vice-Presidente *José Cunha* está muito bem explicada e tomou a decisão que na altura era aquela que certamente devia ser tomada, porque iria adiar o projeto, iria por em causa os dinheiros públicos e todas as consequências que de ali adviriam, que certamente

seriam piores, nesta altura deve ser ressarcido, deve ser negociado com o proprietário todas as garantias dos valores, mais acima se for preciso, do que a indemnização que a lei prevê, mas o proprietário deve ser indemnizado por um justo valor.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dos Senhores Deputados que aqui estão, infelizmente eu sou dos mais velhos de certeza absoluta a viver em Mirandela, há 50 anos vivia eu no bairro dos Peleiros e a Sacor já existia de facto ali, lembro-me bem da Sacor e eu agora pergunto, no usucapião não pode haver ilegalidades? Há 50 anos aquilo já era um espaço privado e só há meia dúzia de anos é que foi posto em nome privado, não pode haver ilegalidades?

Não me compete a mim discutir projetos, mas o que me parece a mim da apresentação a que assistimos, é que de facto quem desenhou o projeto teve sempre a intenção de manter a avenida, vê-se no projeto que a avenida está livre e hoje as pessoas têm necessidade, em termos particulares ou em termos públicos, de fazer obras e há uma “moda” de tornar pedonais as vias onde é que passam carros, cada vez há mais carros, mas cada vez há menos sítios para eles passarem, mas de qualquer modo os projetistas não tornam isso definitivo, ou seja, aquilo que hoje passou a ser pedonal, amanhã pode voltar a ser rodoviário, tal como penso que ali ficou projetado, ou pensado.

Na minha opinião todo aquele espaço devia ser público, claro que havia direito a uma indemnização e o terreno teria de ser expropriado. É mais que evidente que ninguém aqui nesta Assembleia Municipal irá votar a favor desta Proposta, isto é um crime, isto é que passa a ser um crime, na minha opinião, então a Ponte Velha não pode sofrer obras um dia e voltar a ser rodoviária? Pode um dia voltar a ser, mas assim com esta Proposta não vai nunca mais voltar a ser. Não entendo porque é que o que é público não continua a ser público e o que é privado não continua privado, não percebo isso.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu posso tentar dar uma resposta que é o seguinte, houve um projeto abusivo que construiu em propriedade privada e é um problema, este Executivo tentou resolver o problema e eu disse claramente, ainda bem que o proprietário e o Executivo conseguiram na altura ultrapassar o problema, ultrapassar com promessas que agora esbarram aqui na nossa Assembleia, com toda a legitimidade que nós temos para o barrar.

A culpa já não é de ninguém, naturalmente que o Executivo, dentro da sua responsabilidade, se isto não passar, arranjará uma solução, esperamos que a melhor para Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor *Meireles*, eu fiz-lhe um projeto que está aprovado na Câmara pelo IGESPAR, a Arquitecta *Carla Cruz* aprovou um projeto que ele ia fazer para lá e não fez porque intervieram no espaço dele. Esse projeto está na Câmara aprovado, ele é ressarcido do seu espaço privado e que faça lá o projeto dele.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Poderá ser uma solução, não sabemos, o Executivo tratará de analisar com certeza.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou iniciar a minha intervenção, depois de ouvir os colegas, o Senhor Presidente, a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Vice-Presidente e vou começar pelo fim e lembrar que nestas circunstâncias e lugar, a falta de um cadastro predial vetorial autorizado, que impediria este tipo de erro de planeamento.

Vou dar aqui uma ajuda na definição de parcela, uma parcela é uma porção de terreno que resulta da divisão de um prédio maior, parcela em meio rural, lote em meio urbano e fisicamente bem delimitadas com materiais específicos.

Por falta daqueles sinais no local, não sei como enquadrar o raciocínio para “imaginar” a existência de duas parcelas físicas num único espaço geográfico, e também não entendo como foi possível medir topograficamente no terreno algo que não está inequivocamente delimitado, não sei como enquadrar o raciocínio, para imaginar naquele local a existência de duas parcelas físicas num espaço geográfico e também não entendo como foi possível medir topograficamente no terreno algo que não está inequivocamente delimitado, delimitação, que aliás, é obrigatória em qualquer terreno privado e de tal forma que esta medida chegada ao fim, eu tenho duas medidas exatamente iguais, é obra!

Depois, ironizando e imaginando um estranho que chegou agora ao local, vejo um espaço urbano consolidado, também não acredito quando me dizem que ali há duas parcelas, uma pública e outra privada, cujos proprietários decidiram outrora permutar, mas que nunca o chegaram a realizar. E o estranho perguntará: Onde são as parcelas? Só vejo uma praceta, por sinal bem bonita e aprazível, como aquela na outra margem.

O projeto inicial, que era a requalificação do Santuário e arruamento dos envolventes, trouxe-nos até aqui e propor a desafetação das parcelas públicas de terreno, para permitir entregar ao privado e colmatar um erro de gestão que não deveria ter ocorrido. Se poderia ter havido uma forma diferente para a resolução? Ainda se vai a tempo? Sim, por exemplo uma aquisição amigável, por via do direito privado ou outra, não havendo acordo e aqui posso dar uma ajuda, já foi aqui falado na DUP – Declaração de Utilidade Pública, que no seu artigo 14.º n.º 2 diz o seguinte: “A competência para a Declaração de Utilidade Pública das expropriações da iniciativa da administração local autárquica, para efeitos de concretização de plano de urbanização ou plano de pormenor eficaz, é da respetiva Assembleia Municipal”, seria uma alternativa que eu sugiro, refiro-me ao Código das Expropriações Lei n.º 168/99.

Depois também teremos aqui no caso a efetivar ou de se avançar para este tipo de negociação, ou para esta figura de permuta, a questão de tramitação legal em escrituras, da delimitação da parcela e por último, perguntar ao Município, se nesta matéria, que tem muito a ver com a Direção Geral do Território, se esta entidade foi ouvida e se foi qual a sua opinião?

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *ANDRÉ GERALDO* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isto não foi por acaso e agora, indo à questão séria, se o Senhor Presidente da Assembleia me permitir e se o meu colega *Pedro Beato* me puder dar uma ajuda a nível temporal de duas ou três datas, para eu depois poder fazer a minha intervenção mais enquadrada.

Senhor Deputado *Pedro Beato*, tem ideia quando foi constituída a Ordem dos Engenheiros? Com certeza há muitos anos.

Senhor Deputado *Pedro Beato*, tem ideia em que ano é que foi implantada a Estrada Nacional 15? Década de 10.

Sabe-me dizer quando é que foi instalado o posto da Sacor? Em 1954.

Tem memória de quando é que se começou a usar o fogo-de-artifício nas festas da Senhora do Amparo? Em 1794.

É que já veio aqui muita gente falar, mas só um colega meu é que pegou no cerne da questão e agradeço desde já aos documentos que o Senhor Vice-Presidente *José Cunha* nos expôs aqui à plateia, porque há aqui uma coisa muito delicada que acho que ainda ninguém se lembrou de pensar nisto, vocês acham que a Galp, uma companhia do Estado colocava ali um posto por acaso, sem ter propriedade?

Na instalação da Sacor a Galp não tinha lá a parcela dela? Não há registos do projeto da estrada? Porque é que os juristas da nossa Câmara não vão buscar estas situações todas para trás e trazem isto aqui à nossa Assembleia Municipal? Porque é que se anda aqui a brincar com isto? Porque esta questão de vir ali o direito de usucapião em 1999, isto deixa-me muito a desejar que seja verdade e aquela questão que está o terreno conservado, que não se pode mexer na Conservatória, isso também não será bem assim.

Só o meu colega *Paulo Pontes* é que veio aqui pegar no cerne da questão, usucapião?! Então qual é a data do alvará da instalação do posto? De certeza absoluta que tem de haver muita coisa, se há planos inteiros de minas pelo país todo da década de 50, não há de haver um projeto da Estrada Nacional 15? Não há de haver um projeto de instalação do posto? E depois aparecem-me aqui em 1999 com direito de usucapião?! Há que haver um pouco de seriedade nisto, eu, como também apelou o Senhor Presidente da Assembleia, também propunha à Senhora Presidente, acho que era melhor primeiro esclarecermos isto em condições, porque isto só vai trazer trapalhadas, porque vocês não duvidem que se isto passa, não duvidem que ao fim de meia dúzia de dias haverá uma comissão de mirandelenses e que levem isto para o Tribunal Administrativo. E até acho que era de bom-tom, haver uma consulta pública, anda-se aqui a atirar areia aos olhos dos mirandelenses e da Assembleia Municipal.

Mas cabe na cabeça de alguém que o proprietário ao estarem a mexer-lhe na propriedade, se não tivesse um acordo prévio, ia aceitar estarem a implantar fosse o que fosse na propriedade dele?! Claro que havia acordo, porque a ele interessa-lhe muito mais ter aquela área à frente, do que atrás, a ele ou a qualquer um que tivesse lá um negócio para arrendar ou para explorar diretamente. Tinha de haver um acordo prévio, porque ele não ia permitir que fizessem a obra e com toda a legalidade, se não houvesse acordo.

Há aqui muita coisa por esclarecer aos mirandelenses e depois há aqui outra questão, é alguma vez pensável que aquelas saídas de emergência nos dias da festa funcionem, num dia normal acredito que funcionem, mas em dias de festa tenho as minhas dúvidas.

Acho que era de bom-tom adiarmos este Ponto e esclarecermos coisas que estão aqui muito mal explicadas.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou ser breve, porque a vantagem ou desvantagem de falar no fim, é que grande parte do que eu ia dizer, já foi dito por todos os meus colegas.

Eu quero aqui sublinhar em primeiro lugar o direito, e acho que é o elemento fundamental nesta discussão, o direito do proprietário ao seu terreno, bem, mal, com dúvidas ou sem dúvidas, há documentos que lhe conferem esse direito de propriedade ao proprietário.

Foi dito aqui que o proprietário tinha ficado beneficiado, ficou beneficiado na opinião de quem disse, porque ele pode não querer e aquele benefício não ser benéfico para o fim que tem destinado, ou seja, isto de “fazer filhos em mulher alheia”, que é uma expressão que tanto aqui foi usada de outras vezes por parte do PSD, tem consequências e o facto de fazer “filhos em mulher alheia”, traz consequências e quando nós perdemos a capacidade negocial que tínhamos por já termos cometido todos os erros, pior ainda, ou seja, a solução que aqui foi encontrada, foi a solução, presumo eu, que agradava a quem a Câmara Municipal criou um problema.

A solução, confesso, na minha opinião, não é a melhor, não é a melhor, mas hoje tivemos aqui, perante a apresentação que o Senhor Vice-Presidente *José Cunha* fez, a confirmação de alguns erros crassos e de alguns potenciais problemas que podem vir a cair, penso eu, sobre as pessoas que hoje aqui vão decidir sobre esta Proposta, nesse sentido e com todas estas particularidades que já foram aqui completamente esmiuçadas, eu concordo com a proposta do Senhor Presidente de Junta *Vitor Correia*, reiterada pelo *André Geraldo* e proponho que para melhor esclarecimento, para evitar que caia sobre esta Câmara algum tipo de ónus jurídico, proponho que se retire o Ponto da votação, salvaguardando os interesses desta Assembleia Municipal e dos seus Membros constituintes.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado *Rui Pacheco*, vou dar uma resposta, que é a ótica da Mesa, nós não temos capacidade de retirar Pontos da Ordem do Dia, os Pontos da Ordem do Dia que emanam do Executivo, só podem ser retirados pelo próprio Executivo e normalmente em tempo útil. Se a Assembleia Municipal e se o Executivo em primeiro lugar, entender retirar o Ponto, neste caso à votação e a Assembleia Municipal aceitar que assim seja, o Ponto é retirado, mas nunca por iniciativa de nós, Deputados Municipais. É assim que as coisas funcionam.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu só queria acentuar aqui uma questão, que se calhar passou a todos, mas que eu constato quando vou à noite dar o meu passeio, que é o seguinte, a esplanada, se efetivamente esta Proposta fosse para a frente, a esplanada iria ocupar todo o espaço da via, da continuação da Ponte, de tal forma que fica um espaço muito reduzido para os peões passarem entre as mesas que colocam mesmo junto às árvores e os bancos que ali estão na continuação do passeio. As pessoas sentam-se nos bancos, como é lógico e é bom e é agradável de ver, por isso é que eu acho que deve ser encontrada uma solução em que a esplanada passe para outro lado, mas que continue a existir, não sou contra essa questão, mas nunca ocupar a via pública, porque deixa de haver espaço para os peões circularem na via pública.

Aproveitava também para solicitar à Câmara Municipal que alguém, a PSP ou alguém da Câmara Municipal, passe a vigiar discretamente as esplanadas desta cidade, muitas ocupam a via pública exageradamente, ao ponto de nem sequer a parte rodoviária ser respeitada muitas vezes também.

Quanto àquele espaço, é agradável, se realmente o proprietário estiver interessado numa solução e a Câmara Municipal também, em que esse espaço fique do domínio público, que já é e que não seja ocupado para esplanada, eu acho que é agradável, as pessoas que querem ir ao café têm a esplanada para a parte direita, para o lado do Hotel D. Dinis e aquele espaço é mais um espaço para as pessoas, porque é disso que estamos a tratar, as pessoas precisam também do seu espaço e não passam ali porque o espaço está ocupado pela esplanada.

Era só para lembrar este aspeto, porque acho que é importante, as pessoas em primeiro lugar.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

É claro que as esplanadas nos espaços públicos podem ser alteradas, quem gere isso é o Executivo, mas lá está a velha discussão, o espaço público e é isso que está em discussão, é se esse espaço vai continuar público ou não, ou se a Senhora Presidente tem algo de novo para nos informar.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou de facto orgulhosa desta discussão, refletimos todos sobre um ponto importante de uma obra que começou mal. Começou mal com um projeto que foi idealizado pelos Serviços de Arquitetura da Câmara Municipal, julgo que durante dois anos, foi um projeto que foi aplaudido por todos e que foi licenciado como tal e apresentado à CCRD-N para aprovação, isto em 2016 e a obra iniciou-se em pleno período de campanha eleitoral em 2017.

Foi aplaudido pela Confraria de Nossa Senhora do Amparo, foi aplaudido por muitos dos Senhores Deputados que estão aqui e o projeto foi aquele que foi executado.

Normalmente a Câmara Municipal e estão aqui alguns Arquitetos e Engenheiro que pode aferir, obriga os proprietários a cumprir os projetos aos quais estão licenciados, caso contrário há um embargo da obra, ou seja, a Câmara Municipal deve cumprir os projetos que estão aprovados e que foram desenhados como tal e aquilo que tenho a dizer é que, cometeram-se autênticas atrocidades durante décadas de poder e isso é verdade. Eu vou-vos passar a descrever algumas situações, para além desta, existem muitas situações, loteamentos vários, expropriações não pagas, ainda hoje foram propostas as obras da Estação Ferroviária com cedência a privados, ainda hoje aqui na Assembleia o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, e que eu saiba a Estação Ferroviária é um ícone da cidade e estava a propor que houvesse uma cedência a privados, para a execução de um hotel e nós não queremos que isso aconteça e a Estação ferroviária vai ser reabilitada e vai ser devolvida aos mirandelenses.

Posso-vos dizer que ainda há bem pouco tempo, eu validei uma decisão que o Tribunal considerou ilegal, que foi a contratação pública de 22 trabalhadores do Município e eu fi-lo na perspetiva de que esses 22 trabalhadores estavam há 11 anos na Câmara Municipal a trabalhar e por isso, esta validação de uma suposta não conformidade, ou ilegalidade, como lhe queiram chamar, as declarações que constavam do processo e que eu própria, o Executivo não sabia que aquilo era terreno privado, confiamos de que já estaria tudo pronto.

Para fazermos obras na Torre Nossa Senhora da Encarnação tivemos de solicitar ao Senhor Bispo, uma declaração de que aquelas obras podiam ser realizadas, nunca pensamos que não teria sido negociado com o Senhor Bispo, nem com o privado que aquela obra podia ser executada.

Esta é a verdade e estas são as verdades dos factos, aqui fica demonstrada a força da Assembleia Municipal, foi sempre dito ao proprietário dos imóveis que teria toda a legitimidade para parar a obra e havia processos e compromissos com os empreiteiros, com a CCDR-N e com o Norte 2020 e havia, como todos sabem, o compromisso de terminar a obra e portanto, existindo problemas de conflitos no Tribunal isto iria demorar anos e anos e nós confiamos na decisão que tomamos e validamos essa decisão ao ponto de que não haveria problemas à conclusão da obra.

Chegada à conclusão da obra, havia que tomar decisões e a decisão foi o compromisso de uma permuta de terrenos entre a propriedade privada e a propriedade pública, porque era a solução que o próprio proprietário, dono daquele espaço onde a Câmara Municipal interveio como sendo propriedade pública, atestada com Declarações do anterior Executivo a atestarem que era propriedade pública, esta é a verdade, não queiram fazer disto um facto político, em que “tão ladrão é o que vai à horta, como o que fica à porta”, porque de facto o que acontece é que a verdade dos factos é que existem documentos assinados que atestam a propriedade pública e por isso este Executivo não tinha outra coisa senão dar continuidade à obra e respeitar os compromissos com os empreiteiros.

Vocês sabem que os empreiteiros quando suspendem uma obra, é muito difícil de se retomar e podiam-se arrastar processos em Tribunal durante anos e anos e nem tínhamos Estrada Nacional, nem tínhamos Santuário, nem tínhamos a passagem da procissão, porque ninguém podia fazer nenhuma intervenção e por isso, a solução que este Executivo e a responsabilidade é nossa, é minha e eu assumo sempre as minhas responsabilidades, a responsabilidade foi minha, obviamente que a decisão na altura foi tomada pelo Senhor Vereador das Obras Públicas, mas eu validei essa decisão, como validei a responsabilidade de achar que não foi uma ilegalidade a questão dos 22 trabalhadores, e eu validei essa decisão para não por em causa os 11 anos que os trabalhadores estão

na Câmara Municipal, validei também a decisão do Vereador em manter a execução do projeto, porque não queria suspender a obra, porque queria que a obra terminasse para estar pronta, para fazermos a inauguração nas Festas de Nossa Senhora do Amparo.

Todos gostamos de ver a inauguração, todos gostamos de ver as Pracetas, todos gostamos, mas tinha este problema associado, que vocês conheciam e que eu não conhecia quando vi o projeto, porque havia Declarações que atestavam a propriedade pública.

Eu proponho ao Senhor Presidente, que faça a votação no sentido de ser retirado o Ponto da Ordem do Dia e proponho ainda mais, proponho que o proprietário vá a uma reunião da Comissão Permanente, como uma instância consultiva segundo o artigo 54.º do Regimento da Assembleia Municipal, para ser ouvido e para chegarmos a conclusões e então ai sim, depois de consultada a Comissão Permanente, onde estão representados todos os grupos municipais, poderemos chegar a um acordo no sentido de satisfazer os interesses, que quanto a mim são de facto interesses públicos, mas que não estiveram garantidos quando foi da aprovação do projeto.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Essa proposta da Senhora Presidente de retirar o Ponto da Ordem do Dia, primeiro terá de ir a votação, em relação à convocação do proprietário para a Comissão Permanente não me parece viável, nós, Comissão Permanente somos uma entidade consultiva, não vamos poder resolver problemas, nem analisar soluções.

Por isso, Senhora Presidente, nós contribuiremos com o Executivo sempre que possível, mas não vamos assumir uma responsabilidade dessas, porque nem somos técnicos, nem temos o “coelho na cartola” para resolver o problema.

Assim sendo, eu vou colocar à votação da Assembleia Municipal se concordam com a retirada da votação deste Ponto, proposta pela Senhora Presidente. Um Ponto da Ordem do Dia pode ser retirado pelo Executivo, a Lei não determina em que ponto, como a lei não o determina o Ponto pode ser retirado depois da discussão, aliás, a discussão foi extremamente útil, agora, a decisão de retirarmos a votação ou não do Ponto é da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós estamos aqui, todos estamos cansados certamente, nós estamos aqui a fazer um sacrifício para debatermos um assunto importante e no momento da votação a Senhora Presidente decide retirar o Ponto, porque vê que as coisas não estão a correr bem, porque lhe dá outro impacto e vamos retirar o Ponto, eu não concordo com isso e digo-lhe, nunca abandonei nenhuma Assembleia Municipal, mas se efetivamente isto for aprovado por esta Assembleia Municipal de retirarem o Ponto, eu retiro-me desta Assembleia.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Estamos perante uma situação nova, a Assembleia é soberana de determinar o que quer, não pode retirar um Ponto, mas a retirada do Ponto é proposta e porque não deixar a Assembleia pronunciar-se?

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu penso que uma votação deste Ponto dava maior poder à Vereação de negociação, para depois vir aqui novamente o Ponto já com algum *aport*, já com alguma coisa de poder ser diferente, esta é a minha proposta.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Francamente não vejo qual é o problema de apresentar à Assembleia Municipal a proposta da Senhora Presidente, de retirar o Ponto a votação, a Assembleia Municipal é que decide se é retirado ou não.

Eu só faço um apelo, não é à Assembleia Municipal, é ao Executivo, é que depois desta discussão, espero bem que não venha novamente a ser apresentada aqui uma desafetação pública a favor de um privado. Eu faço um apelo ao Executivo nesse sentido, de que não volte a vir aqui, neste caso concreto, a desafetação de propriedade pública, espero bem que seja ouvido.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos contra, 4 abstenções e 28 votos a favor, retirar o Ponto da votação da Assembleia Municipal, por proposta apresentada pelo Executivo.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O meu sentido de voto foi contra e acho que hoje cometeu-se aqui um atropelo à democracia no funcionamento da Assembleia.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Baseado em que Decreto Senhor Deputado? As palavras não podem ser avulso, baseado em que Decreto, em que Lei?

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se a lei é omissa em que altura se pode retirar o Ponto, é omissa e pode-o retirar, mas Senhor Presidente, não há legitimidade nenhuma para retirar um Ponto depois da discussão feita e depois de ter tomado o pulso à Assembleia e saber que o Ponto ia ser votado contra. Isto é um atropelo à democracia. É a minha opinião.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

É a sua opinião não baseada em questões legais, vale o que vale.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu votei contra a retirada do Ponto, porque efetivamente são 20h 46m, foi um sacrifício estar aqui este tempo todo, na maioria toda a gente sabia qual era a intenção de voto e o Ponto, porque a Senhora Presidente sugeriu, o Senhor Presidente da Assembleia entendeu por à votação a retirada do Ponto.

Eu disse que discordava, porque realmente isto é antidemocrático, não é nada democrático e eu disse que me retirava, cumpro a minha palavra, independentemente de perder ou não perder o mandato. Eu não perco o mandato, porque sei que tenho a minha razão, mas esse é outro assunto a debater.

Boa noite e continuem um bom trabalho.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu votei contra a retirada do Ponto, não sei qual seria o resultado que iria ter se fosse a votação o Ponto, se calhar a Senhora Presidente já se arrependeu de ter proposto a retirada do Ponto, mas independentemente disso eu nunca poderia aceitar a retirada do Ponto e votaria sempre contra, porque devemos levar as coisas até ao fim e votaria sempre contra a desafetação do domínio público para o domínio privado, conforme era proposto.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Queria começar por agradecer a intervenção do Senhor Vice-Presidente *José Cunha*, esclarecendo aqui o que tinha de se esclarecer, pena é que a informação não tivesse sido fornecida a esta Assembleia atempadamente.

O Executivo tomou uma decisão que não podia tomar, como bem sabe, a permuta do domínio público carece de aprovação desta Assembleia. No fim da discussão, quando o Executivo percebe o sentido de voto, mesmo da sua Bancada, para evitar uma derrota, retira o Ponto da votação?! Não me parece democrática, que para quem apregoa tanto a democracia, que para evitar a derrota retire o Ponto da votação.

Acabamos de assistir à democracia deste Executivo! Quando não ganhamos uma votação, retiramos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, se me permite eu vou responder ao Senhor Deputado *Carlos Ventura*, aquilo que me apraz sobre o assunto.

Isto de derrotas é muito complexo, nós não estamos aqui numa batalha política, nem sequer partidária, até porque como vêm, houve manifestações de votos contra do próprio partido. Eu acho que até temos de elogiar um partido que mostrou e revelou um desalinhamento com uma Proposta do Executivo da mesma cor, isso é que deve ser elogiado. Quantas vezes isto aconteceu em 40 anos nesta Assembleia Municipal? Nunca! Devemos ter isso em consideração, este é um ponto.

Em relação à retirada da votação do Ponto, há modéstia da Senhora Presidente, todos entendemos, não é preciso que ela o diga, de que ia a caminho de ser dado um passo mal dado, ouviu-nos e viu que pode haver outros caminhos a seguir, pediu para retirar o Ponto, embora tardiamente e após a discussão, mas como digo, legalmente não há nada que não o permita. Com certeza que eu fiz o apelo para não vir novamente aqui uma questão de desafetação pública e estou convencido de que isso vai acontecer.

Nesse sentido, vamos seguir atentamente o caminho que o Executivo vai tomar e naturalmente que haverá de apresentar soluções muito mais viáveis, quando aqui voltar o assunto.

Eu sei que estamos em período de campanha, mas não vale tudo, vamos ter alguma contenção, na certeza de que a Mesa não tomou e como sempre não toma, nem partido do Executivo, nem do Partido Socialista, nem de nenhuma das outras facções. Nós tentamos sim, fazer o melhor. A mesa esteve a estudar o assunto e realmente chegamos à conclusão de que o Executivo pode retirar um Ponto da ordem de trabalhos que é proposta sua. A Lei é omissa em relação ao momento em que o pode fazer, se é antes da discussão, no meio ou no fim. Eu compreendo a vossa contestação depois do desgaste que esta discussão provocou, mas atenção, não se perdeu nada, foi extremamente elucidativo todo este debate. Para além disso, e dada como referi a omissão da lei sobre o momento da retirada do ponto, a mesa resolveu colocar o facto à consideração do Plenário. Assim, quem o determinou a medida a seguir foi aquela que é a soberana neste tipo de decisões, a Assembleia Municipal, fomos todos nós.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha votação em relação à retirada do Executivo deste Ponto para a votação foi a abstenção, porque o mais importante não era a votação a favor do projeto ou a reprovação dele, o importante aqui e que ficou esclarecido é que este projeto está inquinado de ilegalidades e isso é que tem de ser claro e ficar rebatido aqui, ou seja, em 40 anos de democracia neste país e em 40 anos de Executivo do PSD em Mirandela, ficou claro hoje perante todos, pelo menos para mim ficou, como é que era o *modus operandi* do Executivo PSD de ter governado esta Câmara durante 40 anos.

Fica aqui claro o que é que se passou e fica aqui também o pedido que a CDU vai fazer à Câmara Municipal de todos os documentos, para avaliarmos se isto não será motivo de fazer uma queixa-crime.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Votei contra a retirada do Ponto, porque a partir do momento em que ele estava em discussão e teve uma discussão salutar, teria de manter a minha coerência, já que participei na discussão, gostaria de ter participado na votação. Obviamente hoje não ganha a democracia, mas ganhou Mirandela, os mirandelenses tiveram uma discussão acesa na Assembleia Municipal, os Partidos que foram eleitos tiveram um debate aceso hoje nesta Assembleia Municipal e, sendo assim, só temos de ficar satisfeitos por um lado, porque quem ficou a ganhar com esta solução foram os mirandelenses, em não desafetarmos o domínio público uma parcela de terreno que lhes dizia muito e isso, penso que seja o mais importante de tudo.

Mas devemos refletir se devemos retirar a “bola do jogo antes do jogo acabar”, porque há dias vimos um grande clube a levar uma grande goleada de um grande clube europeu e o jogo só acabou quando o árbitro apitou!

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *António Martins*, permita-me dizer que não ganhou apenas Mirandela, mas também ganhou a democracia, não foi a Mesa da Assembleia Municipal que retirou o Ponto, não foi o Executivo que retirou o Ponto, a retirada do Ponto a votação foi submetida ao plenário que é soberano para tomar essa decisão e a decisão foi do plenário da Assembleia Municipal de retirar da votação o Ponto, portanto, foi a democracia que também saiu vencedora.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Votei contra a retirada do Ponto, tendo em conta a qualidade das intervenções, onde ficou explícito e claro, nos termos em que este processo seria conduzido e que nos levaria à desafetação e permuta e consequente projeto que eventualmente pudesse nascer ali, que contrariava a qualidade do urbanismo em Mirandela, mas tendo em conta a retirada do Ponto ao acabar do jogo, pudesse a Bielorrússia fazer o mesmo!

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu votei a favor da retirada do Ponto, porque, em primeiro lugar acho que a democracia ganhou aqui hoje, ganhou pelo que disse o Senhor Deputado *José António Ferreira*, ganhou pelo que diz em parte o Senhor Deputado *António Martins* e sobretudo eu votei a favor da retirada do Ponto por uma simples questão, os factos que conhecíamos ao início da discussão, não são iguais aos factos que foram aqui apresentados durante a discussão salutar deste Ponto, ou seja, correndo o risco de cometermos além de um potencial erro de arquitetura, de engenharia ou de urbanismo, cometermos algum tipo de ilegalidades que recaiam sobre esta Assembleia e sobre os seus Membros, é do mais elementar bom senso esclarecer todas as situações e todas as dúvidas que aqui surgiram e todas as questões que aqui foram levantadas, de forma a não termos esse ónus sobre a nossa decisão aqui hoje.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Assembleia Municipal tem muitos arquitetos e muitos urbanistas, com uma qualidade de super estrelas urbanistas.

Eu só vos vou dizer uma coisa, o *Rem Koolhaas* fez a Casa da Música no Porto e toda a gente detestou a Casa da Música, os portistas contestavam a Casa da Música e o *Rem Koolhaas* com a Casa da Música ganhou o *Prémio Pritzker*, que é o prémio nobel da arquitetura. Grandes urbanistas que há aqui!

----- O Senhor Vice-Presidente *JOSÉ CUNHA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como fui eu que fiz esta Proposta, quero dizer-vos o seguinte, eu neste momento encontro-me de consciência tranquila com a solução encontrada, temos de pensar que eu quando tomei a decisão de avançar com a obra e falar com o proprietário tinha algumas coisas em cima da mesa para decidir, é mais fácil agora negociar com o proprietário, a obra está feita, a zona está embelezada, está tudo tratado, poderemos agora falar com o Norte 2020, com a Cultura do Norte, com todos os intervenientes para mudarmos o projeto, no momento se calhar não haveria tempo para o fazer, nem haveria tempo para arranjar outra solução.

Eu na altura tomei esta decisão e assumo-o sem problema nenhum, pois naquele momento com a informação que eu tinha foi decidido, no meu entender, o melhor. Claro que agora depois das coisas feitas é mais fácil avaliarmos se está bem, se está mal, foi visto aqui por todos que esta solução apresentada neste momento já não é a melhor, não vejo nenhum problema em retirar o Ponto e alterar-se a Proposta.

A Senhora Presidente propôs a retirada do Ponto, conversou comigo, eu disse que não havia qualquer problema em retirar o Ponto, a solução era a mesma, mudava era a parte política, rejeitar a Proposta ou retirá-la era arranjar outra solução, politicamente é que podia ser diferente, mas se todos vemos que não é a melhor solução, eu não vejo problema nenhum em darmos um passo atrás e negociarmos novamente com o proprietário, desde que o proprietário também tenha essa intenção. Mas também vos posso dizer que ao longo de todo este processo o proprietário mostrou sempre boa vontade.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *André Geraldo* perguntou se havia algum acordo com o proprietário, eu mostrei aqui um e-mail enviado, um contrato para que salvaguardasse o proprietário, ele também nos deu autorização para entrar no terreno, não foi feito nada às escondidas e também dizer, que na altura houve outra decisão porque o empreiteiro poderia ter de ser indemnizado por não fazermos a obra, por exemplo, os passadiços negociamos a não realização e não tivemos de o indemnizar. Tudo isto aconteceu, no momento era preciso decidir.

Estamos aqui para encontrar soluções, eu não tenho problema nenhum em dizer que se calhar agora, depois de tudo feito, esta não é a melhor solução, mas na altura, esta era a solução viável para acabarmos a obra e quero também dizer-vos que estou de consciência tranquila em todo o processo.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao terreno do qual o Senhor se diz proprietário, também sempre se poderá dizer no direito de propriedade, que quem se comportou como proprietário daquele espaço foi a Câmara Municipal sempre, foi quem lá pôs o lancil e foi quem lá pôs aquele empedrado e ele não se opôs, porquê?

----- O Ponto foi retirado da Ordem do Dia, por Proposta apresentada à Mesa.

4.10 - Proposta - Estratégia Local de Habitação.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 10 de setembro de 2020, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:
1 - Aprovar o documento referente à Estratégia Local de Habitação de Mirandela;
2 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *VITOR CORREIA* (PS) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação a este tema, queria dizer que me congratulo com a apresentação da Proposta da Estratégia Local de Habitação, que visa garantir condições de acesso às pessoas que não dispõem de capacidade financeira para aceder à solução habitacional adequada, tal como é referido na Proposta.

O documento tem um bom enquadramento, caracterização e conhecimento de necessidades e releva o facto de existir o envolvimento das instituições locais, nomeadamente as Juntas de Freguesia que têm assento no CLAS e que contribuíram para apresentar este trabalho, sinalizando casos que urge resolver.

A presente estratégia, revela a preocupação que este Executivo tem com as pessoas e com a melhoria das suas condições de vida e que a ser aprovada, tornará o nosso concelho o primeiro do distrito com estratégia aprovada nesta matéria. Porém, espera-se que seja operacionalizada, escapando ao fatalismo de mais um documento de boas intenções sem efeitos práticos.

Assim, gostaria de deixar três questões: Como vai ser operacionalizada a estratégia? Dá resposta à necessidade urgente no bairro Padre Américo? Qual a solução para a comunidade de etnia cigana, numa perspetiva de sos e depois definitiva, face ao desalojamento advindo do incêndio que provocou o mesmo?

Agradeço os esclarecimentos.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço as questões colocadas, realmente estando como o último Ponto da Ordem do Dia, esta é uma estratégia das mais importantes que estamos a aprovar neste mandato.

Quanto à questão que foi colocada do bairro Padre Américo, é nossa intenção fazer a recuperação das habitações, no entanto estas habitações não estão ainda registadas e por isso no Património da Câmara Municipal tem de haver o registo das habitações.

Relativamente à comunidade cigana, é uma das questões que nos preocupa e que estamos a encontrar, dentro da Ação Social soluções urgentes e imediatas e outras com a recuperação e requalificação das habitações sociais, vamos tentar encontrar soluções para aqueles que ficaram desalojados.

Havia três famílias desalojadas, uma delas já não está cá, foi para casa de uns familiares e as outras duas já têm soluções encontradas pela Ação Social.

Em relação a tudo aquilo que envolve a Estratégia Local de Habitação, é que também os privados podem ter acesso a fundos do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., relativamente à qualificação das suas próprias habitações, nomeadamente no bairro Fundo Fomento Habitação, que é um bairro profundamente degradado nos espaços comuns e que merece essa qualificação, em determinadas condições do rendimento familiar é possível a qualificação sendo habitação própria.

A Câmara Municipal vai fazer as candidaturas, as candidaturas são do próprio, mas são organizadas pela Câmara Municipal e agora falta, depois da aprovação da Assembleia Municipal, vai à aprovação do IHRU e a partir daí podemos iniciar o processo de candidaturas ao 1.º Direito.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção e 39 votos a favor, aprovar o documento referente à Estratégia Local de Habitação de Mirandela.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

1. Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Venho aqui fazer um pequeno esclarecimento, eu como membro do Conselho Municipal de Educação tinha preparado uma intervenção sobre o início do ano letivo, mas dado o avançar da hora, conversaremos disso depois.

Acho que toda a gente se deu conta de que a meio da tarde houve aqui um sururu e que o Senhor Deputado António Figueiredo disse que havia um caso de Covid-19 na Escola Luciano Cordeiro, não sei há ou não um caso Covid-19 na Escola Luciano Cordeiro, estive lá a trabalhar e não tenho essa informação, mas porque há pessoas que se assustaram e acho que devemos esclarecer as pessoas, porque o pânico nesta situação é quase tão grave como a doença.

Há realmente um caso de Covid-19, não é na Escola Luciano Cordeiro, de uma docente infetada, ela estava assintomática e soube que estava infetada porque ia ser sujeita a uma intervenção cirúrgica e fez o teste. Logo de manhã, o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Mirandela entrou em contacto com o Senhor Delegado de Saúde, que foi para o estabelecimento de ensino em causa e acompanhou todos os procedimentos, seguindo as normas e o Plano do Agrupamento.

Já foram testados os alunos e as colegas que tiveram em contacto com a docente, em relação à Escola Luciano Cordeiro a docente tem uma menina que é aluna nessa escola, que está assintomática, não foi confirmado ainda que tem Covid-19. O que me disseram do próprio estabelecimento de ensino é que, está tudo bem, já foram testadas as pessoas que deveriam ter sido testadas e vão continuar os testes nas assistentes operacionais e em toda a gente que esteve em contacto com a docente.

Há um caso, pode haver cadeias de transmissão que estão perfeitamente definidas, estão devidamente identificados os casos e prontos para trabalharmos sobre eles.

Já foi comunicado o que se está a passar a todos os encarregados de educação daquele estabelecimento de ensino.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu só queria perguntar à Senhora Presidente se o Presidente da Câmara Municipal de Valpaços lhe telefonou, isto porque a mim telefonou-me o Senhor Presidente da Junta de Vales, concelho de Valpaços, a protestar que a Estrada Municipal que vai do Franco a Vales e que liga a Valpaços, que está intransitável e de facto é verdade, já outras pessoas da Freguesia me disseram isso e o Senhor Presidente da Junta de Vales disse-me que ia falar com o Senhor Presidente da Câmara de Valpaços, para ver se pressionava a Câmara Municipal de Mirandela para fazerem a limpeza, que eles já a fizeram do lado deles.

Eu durante todo ano andei aqui a falar sobre esse caminho, ainda bem que as pessoas alertam para essas situações, mas o alerta foi aqui dado primeiro por mim.

Em relação a outro caminho, que também foi a Câmara Municipal ou a Proteção Civil que ficou de fazer a limpeza, porque os terrenos que eu assumi limpar estão todos limpos, esse caminho é o estradão que liga Vila Boa a Avidagos, que ainda nunca foi limpo, tal como a estrada que liga Vila Boa ao Franco também ainda nunca foi limpa.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ata n.º 06 de 2017 de 29 de dezembro, disse aqui eu, *António Figueiredo* questionou a Senhora Presidente ao dizer que esteve na Câmara Municipal a ver o projeto dos Aquedutos e a maior parte desse projeto não tem licenciamento, a Senhora Presidente sabe o que está licenciado.

Eu pedi à Câmara Municipal uma declaração, paguei 35,00 € da existência ou não de um PIP para os Aquedutos, processo n.º 153, solicitei também os nomes dos técnicos das especialidades de Avac, elevadores, tapetes rolantes. Qual o técnico responsável pelos projetos destas especialidades, neste caso o engenheiro mecânico, se essas especialidades não existiram deve a Câmara Municipal de a mencionar na respetiva informação. Se há projeto de licenciamento pelo Senhor Vereador do pelouro do urbanismo, ou pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela. Registos de abate de habitações existente no local, se sim, a Câmara Municipal teria que dar o abate à Autoridade Tributária e Aduaneira no documento.

Plantas de arquitetura das habitações, alçados, cortes, enviar ao Deputado Municipal conforme Portaria, termo de responsabilidade do técnico legalmente habilitado a subscrever projetos, que ateste a execução da operação de loteamento, se conforma com o Regulamento Geral do Ruído.

Tudo isto foi pedido à Senhora Presidente por e-mail e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não compreendo esta situação, tirarem a um Deputado Municipal o direito à informação e à transparência, conforme o Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Sou Deputado Municipal, mais do que ninguém tem direito à informação, à transparência, deram a licença de utilização à Sonae, sem primeiro informar o Deputado Municipal, que há muitos meses se tem vindo a queixar desta sonegação de informação, por diversas vezes foi pedida ao Executivo, não tendo até hoje obtido qualquer resposta, dou o prazo, em consonância com a lei, se a Câmara Municipal não me responder enviarei para a Polícia Judiciária esta informação.

Eu enviei para a autoridadeauditoria@igf.gov.pt, apoio@dgal.gov.pt, entre outras, mandei para toda a gente e disse assim: “A ilegalidade compensa, quando se não responde a um Deputado Municipal, é o que me fez e continuam a fazer, o Deputado Municipal na Câmara do Partido Socialista é uma coisa, talvez um “Zé Ninguém”, com o tempo a passar não lhe dou nada, para o ano há eleições, ele vai-se embora e este alarido do pedido acaba”, digo, se tivesse dinheiro para pagar as custas do tribunal, já tinha metido a Câmara Municipal em Tribunal.

Não existe ética republicana, conduta, transparência, existe é, não lealdade para com os mirandenses. Pedi à CCDD-N e eles disseram-me que só poderiam responder com autorização da Câmara Municipal de Mirandela, é este o país que vivemos, com grillhões acorrentados aos navios guerreiros.

Eu só quero que a Câmara Municipal me responda ao que pedi e mais nada.

Resposta que tive, IFG: "Na sequência da denúncia remetida a esta autoridade, o assunto em epígrafe informo que está em curso e vai ser analisado a "pente fino" conforme a informação do esclarecimento e a Câmara Municipal irá prestar esse mesmo esclarecimento.

Mais, Ministério Público, Procuradoria-Geral da República: "Tenho a honra de acusar a receção da sua exposição e demais documentação anexa, apresentada por V.ª Ex.ª na Procuradoria-Geral da República em 13/09/2020, o que mereceu a nossa melhor atenção e de informar V.ª Ex.ª que se procedeu ao envio à Ex.ª Senhora Magistrada do Ministério Público, Coordenadora da Procuradoria da República Administrativa e Fiscal do Norte".

A Assessora *Maria Lopes*.

IGAMAOT - Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, assunto, denúncia relativamente a ilegalidades processuais, envolvendo o loteamento da Quinta dos Aquedutos: "Relativamente ao assunto referenciado em epígrafe, junto se reencaminha a V.ª Ex.ª a denúncia recebida nesta Inspeção Geral, atenta às competências desta Inspeção Geral de Finanças no exercício da tutela sobre as autarquias locais, neste caso da DGAL, nos termos dos efeitos previstos na alínea 1 do artigo n.º 2 do Decreto-Lei n.º 96/2012, mais se informa que na presente data foi dado conhecimento ao expoente e denunciante, solicitando-se que lhe seja providenciada a respetiva resposta". Estou a aguardar a resposta.

Chego à conclusão que o Continente está ilegal, o procedimento processual foi ilegal, conduzido por esta Câmara Municipal de Mirandela, nesse sentido, quero responsabilidades da Câmara Municipal de Mirandela em relação a isto, mais, há um edifício em Mirandela, que eu aqui falei várias vezes, o edifício da grua, está ilegal, eu quero ver se a Senhora Presidente da Câmara lhe passa um alvará de utilização, se o fizer a Senhora é posta na cadeia, digo-lhe eu.

----- A Senhora Deputada Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

"Chegados que somos ao final do mês de setembro de 2020, este ano tão atípico em tudo nas nossas vidas, importa olhar para o passado, compreender o presente e construir o futuro e um melhor futuro.

A preocupação que me traz hoje aqui é comum a todas e a todos, prende-se com a pandemia e impactos face à Covid-19 e da forma como a sociedade portuguesa e em especial a comunidade de Mirandela se reveste de estratégias para lhe fazer face.

Ao longo destes meses foi possível perceber que não se deixaram à sua sorte os alunos, sem condições de adaptabilidade ao ensino à distância.

Não se deixaram à sua sorte os empresários e produtores locais com a escassez de procura pelos meios tradicionais.

Não se deixaram à sua sorte as IPSS's do concelho que respondeu às necessidades de tantos dos nossos idosos.

Não se deixaram à sua sorte os mais idosos que sem meios para receber as suas pensões, viram reinventadas as formas de pagamentos.

Não se deixaram à sua sorte aqueles que têm necessidade de se desenvolver fisicamente e puderam contar com as aulas de desporto à distância.

Não se deixaram à sua sorte aqueles que estando em casa se viram e vêm mais fragilizados, e contam com a Linha de Apoio Psicológico.

Não se deixaram à sua sorte um grupo de guerreiros da costura que se queriam dedicar à confeção de equipamentos para proteção dos nossos profissionais de saúde.

Não se deixaram à sua sorte os animais domésticos e de rua que viram os seus direitos protegidos numa simpática campanha de sensibilização.

Não se deixaram à sua sorte aqueles que passando dificuldades para aquisição de bens alimentares e de higiene puderam contar com os kits de emergência.

Não se deixaram à sua sorte aqueles que com dúvidas sobre o seu estado de saúde puderam contar com um Centro de Testagem à Covid-19 localmente.

Não se deixaram à sua sorte aqueles que estando com saúde em risco se viram protegidos pelo Centro de Atendimento de Campanha a doentes Covid-19 no nosso Hospital.

Não se deixaram à sua sorte aqueles que precisaram de apoio no seu dia-a-dia e puderam contar com os voluntários.

Partilho também convosco, que no início do mês de setembro foi constituída a Comissão de Acompanhamento Concelhio ao impacto da Covid-19, formada pela Mesa da Assembleia Municipal e por Membros de todas as bancadas deste coletivo. A missão desta Comissão é poder acompanhar a implementação das políticas concelhias, os investimentos, as prioridades, a razão da premência desta intervenção, prevenindo-se para o mês de outubro a próxima reunião.

A esta Assembleia Municipal daremos o *feedback* dos trabalhos decorridos e das *démarches* julgadas oportunas para que Mirandela se torne mais resiliente neste quadro social tao complexo.

No último mês também, têm decorrido trabalhos para a minimização da propagação da Covid-19, com especial preocupação enfoque na abertura do ano escolar, organização dos transportes escolares que ainda está em aperfeiçoamento, encetaram-se diligências de apoio às variadíssimas coletividades para a retoma dos seus trabalhos, deu-se formação e fez-se sensibilização sobre higiene e limpeza, deu-se apoio à elaboração de Planos de Contingência. Manteve-se a difusão de mensagens sonoras pela carrinha da Proteção Civil, desinfetaram-se as ruas, deu-se apoio especial e urgente à Freguesia das Aguieiras face à sua situação atual e complexa, continuaram os contactos frequentes com as autoridades de saúde, forças de segurança, Juntas de Freguesia, Bombeiros Voluntários...

Distribuíram-se equipamentos de proteção individual e deu-se apoio ao grupo de voluntários desta causa.

E porque já olhamos para o passado e para o presente, importa alicerçar futuro.

E assim, Senhora Presidente questiono, existem algumas angústias a que invariavelmente não somos alheios. Será possível da sua parte a partilha de informação sobre as estratégias concelhias futuras para combater a Covid-19 nesta 2.ª vaga que se anuncia?

De que forma pensa mitigar impactos económicos a médio e longo prazo nas empresas locais?

Quais as medidas de apoio à saúde dos municípios estão na calha deste Executivo para o final do seu mandato?"

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O título da minha intervenção é: “Escola segura em ano atípico de Sars Covid-19.

Vou iniciar a minha intervenção, proferindo uma afirmação, de *José Saramago*, nas suas desavenças de militância de um partido político: “Os partidos não têm sempre razão”. Para aqueles crónicos fundamentalistas seguidores do líder de um qualquer partido ficam reféns de poder criticar e opinar o que lhe vai na consciência.

Não me inibo de criticar e ter opinião própria porque o meu espírito, a minha consciência é independente e livre. Esta liberdade, que nem todos conseguem conquistar mentalmente, é a melhor fórmula para quem presta um serviço em prol de uma comunidade.

Este estatuto que adquiri, para mim mesmo e pela força da minha profissão, atrevo-me a fazer uma avaliação, quantitativa numa escala de 1 a 5, às políticas e aos processos da abertura e regresso à escola na modalidade presencial. Claro que quem aceita a crítica corrige, afina e passa do estado de eficácia para o estado de eficiência. Os meus avaliados são 2: o poder local e o poder central porque os outros não comparecem, fazem parte da lista da turma, mas não têm visibilidade política e pela sua AUTORIDADE estão dispensados da avaliação de competências.

A avaliação vai-se cingir às competências de cada um.

Vamos começar pelas competências diretas e indiretas do poder central:

1. Estruturar a escola em “bolhas” de alunos, para prevenir e controlar focos de infeção: ideia excelente – nível 5; (relação ponto 1)
2. Reestruturação das turmas, injetando mais alunos por turma confinado a espaços de sala de aulas pequenos – nível 1;
3. Definição de rácios de assistentes operacionais – em tempo de pandemia requer um reforço maior de vigilância, pelo que deviam aumentar. Tendo-se verificado, ao longo destes anos, a falta de pessoal operacional, torna-se evidente e humanamente impossível cumprir as orientações de vigilância e higienização – nível 2; (relação ponto 2)
4. Num país que todos conhecemos, Arquipélago da Madeira, toda a comunidade escolar foi testada, vacina da pneumonia incluída e continua a ser diariamente testada na medição da febre. No nosso país Portugal Continental, à exceção de algumas autarquias que testaram a comunidade, tudo foi para o repositório da escola – nível 1;
5. Higienização das salas – com o parco corpo de assistentes operacionais e as inúmeras salas torna-se humanamente impossível a higienização de todas as salas, com a carga horária de intervalos de 5 minutos – nível 2; (relação ponto 6,7,8)
6. Salas das Tecnologias - Nem se renunciaram. Como se as salas tivessem tantos computadores como n.º de alunos. Os laboratórios de informática têm 13 computadores para 27 alunos. Este cenário é o oposto do distanciamento pretendido. Não houve o mínimo de preocupações para resolver esta questão - nível 1. (relação ponto 10)

As competências do poder local que lhe são conferidas de uma forma direta e indireta:

1. A operacionalização das “bolhas” – colocação de fita plástica ineficaz, porque passado meio dia de aulas as mesmas estavam todas no chão sem qualquer utilidade – nível 2;
2. Cumprimentos dos rácios dos assistentes operacionais – foram cumpridos, logo este ano com a transferência da competência para as autarquias do pessoal não docente, a resposta da Câmara foi positiva. Contudo continua a haver uma carência de pessoas auxiliares por força dos rácios definidos pelo Ministério da Educação – nível 5;
3. Manutenção dos edifícios escolares – Tem, ao longo deste mandato, havido uma enorme preocupação na manutenção dos edifícios, tornando-os dotados de operacionalidade. Neste momento devido às circunstâncias do tempo de hoje, denota-se falta de mobiliário nas salas para o cumprimento do distanciamento – nível 3;
4. Transportes escolares e refeições - Houve falhas no que concerne ao serviço de refeitório que me parecem colmatadas. Na medida do possível foi tudo atempadamente assegurado com as normas de segurança que lhe é exigido - nível 4;
5. Higienização e desinfeção do espaço escolar - Existe material, q. b. para já, de dispensadores de solução antisséptica de base alcoólica em todos os espaços comuns e salas de aula - nível 5;
6. Desinfeção de todos os espaços da escola por parte do Serviço Municipal de Proteção Civil e fornecimento de material para produtos de desinfeção/higienização - Observa-se a marca da autarquia nos produtos - nível 5;
7. Fornecimento de máscaras, a toda a comunidade escolar - foram oferecidos, ao 2.º dia de aulas pela autarquia, kits de máscaras laváveis, tendo-se observado o mesmo procedimento nos transportes escolares. Foram colocadas, nos espaços comuns, sinaléticas horizontais para orientações dos alunos - nível 5;
8. Foi traçado um plano de entrada de alunos e circuitos de alunos que se revelam ineficazes e, com a falta de auxiliares, promovem 2 tipos de aglomerados de pessoas: alunos aquando da entrada na escola à espera que o portão abra e de alunos e encarregados de educação, igualmente, à espera que o portão para a saída - nível 2;
9. Sabemos que as crianças de 1.º ciclo estão dispensadas das máscaras. A autarquia colocou 300 divisórias em acrílico - nível 5;
10. Salas de tecnologia - fornecimento de películas para computadores e toalhetes de desinfeção para que cada aluno desinfete o seu espaço de trabalho o que, em minha opinião, seria um procedimento mais eficiente, a ter em conta para todas as salas - nível 3.

Em suma, o poder central está chumbado com média de 2 e só não reprovam porque as competências essenciais não prescrevem.

O poder local teve uma média de 3,9 o que é necessário refletir e afinar alguns procedimentos.

A maior preocupação, na comunidade docente e não docente, e não sei se está avaliada, é o facto de que na comunidade escolar se encontrarem alunos provenientes de focos de infeção, nomeadamente, Soutilha, Agueiras e Rebordelo. Sabemos que esses alunos estão na escola sem terem sido testados. Não sabemos se são assintomáticos, nem temos qualquer informação sobre o assunto. Esta pandemia, para certas idades, poderá ser uma constipação mas para outras ideias poderá ser fatal. Como existe um corpo docente e não docente com a média de idade fatal pergunto:

O que está a ser feito, o que foi feito para assegurar que a escola está segura, para todos? Que balanços existem, que ilações podemos retirar do arranque do ano letivo?"

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou apenas colocar duas questões muito telegráficas.

A primeira tem a ver com uma via de acesso a Mirandela que inicia nas pirâmides, é uma obra que foi realizada recentemente, visível, ninguém falou nela. Quero elogiar a Câmara pelo que fez, ainda que parcialmente, e perguntar se fica por ali a obra ou se prossegue a sua diretriz?

A outra questão tem a ver com um terreno que existe entre o Variante e a Casa Melo, onde há cerca de um ano foi feita uma escavação e que atualmente se verifica lá uma lagoa.

Queria saber o que se passa com estes dois casos.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção tem a ver com uma recomendação à Câmara Municipal, ou seja, um pedido de reconhecimento do mérito da Festa Transmontava.

“Recomendação

Reconhecimento do mérito da Festa Transmontana

Em 1980 a DORT - Direção da Organização Regional de Trás-os-Montes do PCP (Bragança e Vila Real), num quadro político, económico e social muito difícil, empenhada na defesa do regime democrático, construiu e organizou a “Festa Transmontana”.

A “Festa Transmontana” foi uma festa popular de afirmação política do PCP, que teve lugar nos dias 23 e 24 de agosto de 1980, no Parque da Maravilha em Mirandela. Disponibilizando uma ampla oferta cultural e política, com concertos, debates sobre os problemas regionais, um espaço criança, tendo culminado no dia 25 com um grande comício que contou com a participação de *Álvaro Cunhal*, Secretário-geral do Partido Comunista Português.

A “Festa Transmontana” para além da sua dimensão política e cultural, dos valores da fraternidade e amizade que expressou, da denúncia dos graves problemas da região e das populações que fez, deixou, pelo empenho, dedicação e trabalho de muitos comunistas e democratas transmontanos, infraestruturas básicas para o que viria a ser o Parque de Campismo da Maravilha.

A “Festa Transmontana”, como afirmou *Sérgio Teixeira*, dirigente do PCP, ao Jornal Diário de 28 de agosto de 1980, “serviu, também, para melhorarmos as potencialidades do parque, pois o que agora fizemos é já a resolução de grandes carências do local. Construímos uns sanitários com chuveiro e trouxemos luz até aqui. As obras realizadas ficarão, depois, como é natural, ao dispor dos frequentadores do parque.”

Considerando o 40.º aniversário da realização da Festa Transmontana;

Considerando que esta foi uma festa de afirmação dos valores de abril expressos na Constituição da República Portuguesa, mas também de luta pela fruição cultural para todos, com uma oferta diversificada pouco habitual na região nessa altura;

Considerando que a realização da Festa Transmontana permitiu melhoramentos significativos no Parque da Maravilha, que resolveram alguns dos problemas daquela área e trouxeram à população uma área de lazer com condições adequadas.

Assim, a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida em 25 de setembro de 2020, delibera recomendar à Câmara Municipal:

- 1 - Que no 40.º aniversário da Festa Transmontana seja reconhecido o mérito desta do ponto de vista cultural, político e social.
- 2 - Que seja colocada uma placa comemorativa no Parque de Campismo da Maravilha que assinala o 40.º Aniversário da Festa Transmontana organizada pelo PCP, e homenageie o contributo que prestou à comunidade.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer todas as questões que foram colocadas.

Relativamente à Estrada dos Vales, de facto não houve nenhum contacto do Senhor Presidente da Câmara de Valpaços, houve o contacto de um município que faz a estrada. Aquilo que posso dizer é que solicitei aos serviços operacionais para fazerem a limpeza das bermas.

Em relação à questão da estrada, não sei se já foi executada, sei que na altura que solicitei havia impedimentos por causa dos avisos vermelhos, portanto, logo que os serviços operacionais me respondam darei essa informação ao Senhor Presidente de Junta.

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado *António Figueiredo*, fizemos um atendimento presencial com o Senhor Arquiteto, uma tarde inteira, em que foram levantadas todas as questões e foram respondidas todas as questões com os processos na Câmara Municipal.

[Handwritten initials]

Quanto às questões da Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, dizer que iremos acompanhar e manter o Posto de Comando Operacional em funcionamento.

Relativamente ao Senhor Deputado *Luís Mosqueiro* e à questão que colocou da Escola Segura para todos, tem sido feito um esforço por toda a comunidade educativa, mas o risco nunca é zero e estamos preocupados com os casos que eventualmente possam ocorrer nas escolas, sendo que aí, sim, será também a Saúde a dizer as prioridades e tudo aquilo que vai ser implementado.

Em relação às questões colocadas pelo Senhor Deputado *José Trovisco*, dizer que a obra de pavimentação foi uma obra que foi executada para suprir as dificuldades da via. No entanto, existe um projeto global para alargamentos. Está a fazer-se um processo de negociação com os proprietários dos terrenos privados para aquisição das parcelas que o Município ocupará com a obra, uma discussão, hoje, aqui sobre isso também. Ou seja, não podemos executar projetos se não houver antes a negociação com os privados.

Relativamente ao processo entre o Variante e a Casa Melo, dizer que o processo está na CCDR para apreciação, uma vez que foi solicitado pelo requerente um parecer à CCDR e a Câmara Municipal aguarda esse parecer.

Quanto ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, em relação ao Parque de Campismo Três Rios da Maravilha, assinalando a placa comemorativa, é uma questão que vamos ver internamente, avaliar e decidir juntamente com os serviços de Turismo que neste momento gerem o Parque de Campismo.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigada Senhora Presidente.

Deixem-me dizer o seguinte, porque nem ficaria bem com a minha consciência. Não me parece nada correto que o Senhor Deputado que faça as questões, imediatamente após fazê-las “vire as costas a esta sala”, se vá embora e nem queira saber da resposta. Só estou a falar para os Senhores Deputados que tomaram essa atitude.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Agradeço a presença de todos e a participação ativa nesta Sessão e essencialmente agradecer àqueles que se mantiveram “firmes” no seu lugar até ao final, porque de facto foi uma maratona e há Deputados que fazem finca-pé para se manterem e isso é louvável. Muito obrigado.

2.º Período de Intervenção do Público

06 - Público - 2.º Período de Intervenção.

----- Não houve qualquer intervenção do público.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 22 horas.

O Presidente da Assembleia Municipal;

[Handwritten signature of Luís Augusto de Meló Guimarães]
Luís Augusto de Meló Guimarães

A Primeira Secretária;

[Handwritten signature of Luísa Maria Almeida Torres Belchior]
Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;

[Handwritten signature of José António Costa Ferreira]
José António Costa Ferreira